

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

MARJORRY CALUMBY GOMES DA SILVA

**REDE DE COMUNICAÇÃO ELDORADO: CONEXÕES ENTRE
POLÍTICA E PODER NO SUL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves

Coorientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

**CRICIÚMA (SC)
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S586r Silva, Marjorry Calumby Gomes da.
Rede de Comunicação Eldorado: conexões entre política e
poder no sul de Santa Catarina / Marjorry Calumby Gomes da
Silva. - 2018.
126 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul
Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico, Criciúma, 2018.

Orientação: Ismael Gonçalves Alves.

Coorientação: Alcides Goularti Filho.

1. Mídia. 2. Televisão. 3. Comunicação de massa – Aspectos
políticos. 4. Comunicação de massa – Aspectos sociais. 5. Rede
de Comunicação Eldorado. I. Título.

CDD 23. ed. 302.234

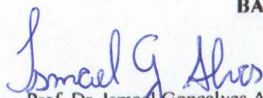
Marjorry Calumby Gomes da Silva

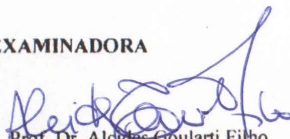
Rede de Comunicação Eldorado: conexões entre política e poder no Sul de Santa Catarina

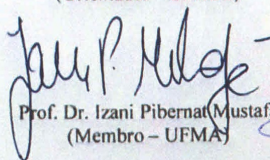
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

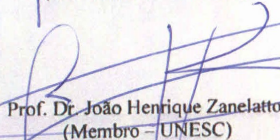
Criciúma, 31 de Agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Orientador - UNESC)

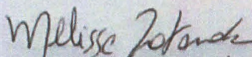

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
(Coorientador - UNESC)


Prof. Dr. Izani Pibernat Mustafá
(Membro - UFMA)


Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Membro - UNESC)

Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller
(Membro Suplente - UNESC)

Marjorry Calumby Gomes da Silva
Mestrando


Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
Coordenadora do PPGDS - UNESC

Prof.ª Melissa Watanabe
Coordenadora do Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico - UNESC

Dedico àqueles que são a razão do meu viver: a minha mãe Cristina, ao meu pai Marclério e a minha irmã Marjorie.

AGRADECIMENTOS

Concluir essa dissertação é motivo de grande alegria e orgulho para mim e para todos aqueles que sempre estão à minha volta e torcem por mim. Foram momentos de descoberta, medo, insegurança, alegria, entendimento, amadurecimento, fortalecimento e superação.

Só cheguei aqui porque tive a ajuda e apoio de muitas pessoas às quais serei eternamente grata ainda que não consiga agradecer a cada uma. No entanto, a elas, dedico os meus agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus por tudo aquilo que tem me oportunizado, e por ter me lembrado em cada dificuldade encontrada no decorrer desses dois anos e meio que eu era capaz, nutrindo-me de forças, confiança, fé e coragem para concluir.

Ao professor Dr. Ismael Gonçalves Alves, meu orientador, quero lhe agradecer, especialmente por ter confiado em mim, por tanta paciência e disponibilidade, por todo o conhecimento compartilhado, pelo exemplo como professor dedicado e pelo cuidado na forma e condução da orientação.

Aos meus pais Marclério e Cristina e a minha irmã Marjorie que sempre conseguiram compreender a minha ausência devido às horas de pesquisa, as quais não me permitiram estar presente em vários momentos importantes, mas que sabiam que estávamos juntos de coração. Vocês sempre me apoiaram em minhas escolhas e sempre se mostraram preocupados comigo. Obrigada por tanto amor, carinho e incentivo. Amo-os.

A professora Dra. Ana Maria Fonseca, minha segunda mãe, amiga e grande incentivadora, fazendo-se presente a cada momento da minha vida, sempre com palavras de carinho, apoio e muito amor a mim dispensados.

Aos grandes amigos que entenderam a minha ausência no decorrer do período, principalmente, nos últimos meses da conclusão.

Aos colegas de curso, obrigada pelos ensinamentos.

Aos colegas da RBS/NSC que me ajudaram na busca de informações que se tornaram valiosas para a pesquisa, a minha gratidão.

A UNESC, principalmente a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico pela orientação e prontidão a respeito de trâmites burocráticos.

Aos professores do programa, em especial ao professor Alcides Goularti (Coorientador), a Izani Mustafá (professora convidada) e ao Henrique Zanelatto, pelas contribuições na banca de qualificação e na

defesa final. E a professora Adriana Carvalho, que mesmo não tendo sido minha professora durante o programa e nem estando mais na instituição de ensino, sempre me incentivou e apoiou no decorrer do mestrado.

Por último, mas também em primeiro lugar, quero agradecer ao Fabrício Fonseca Machado por ter sido o grande idealizador para que isto fosse possível, acreditando que eu seria capaz desde o primeiro pensamento. O meu eterno agradecimento.

“Tenho em mim todos os sonhos
do mundo.”

Fernando Pessoa

RESUMO

Os meios de comunicação se apresentam como peças fundamentais que colaboram com as mudanças políticas e sociais, através da velocidade e facilidade ao acesso a divulgação das informações, que por sua vez, impactam diretamente e de forma dialógica na formação de sentimentos políticos, gostos, costumes, entre outros. Neste sentido, a mídia televisiva é um poderoso instrumento de comunicação em massa, além de detentora de ferramentas de crescimento, desenvolvimento e influenciadora de opiniões. Pois, possui força responsável em ditar comportamentos sociais, culturais, políticos e padrões por meio dos seus estímulos e incentivos. O discurso midiático é extremamente importante nas sociedades contemporâneas, alcançando diferentes estratos da população, criando mecanismos discursivos que podem ou não impor novas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais que são assimiladas e filtradas por seus interlocutores. Como elemento central deste trabalho, analisamos o período que vai de 1978 a 1995 marcando a chegada da televisão na região sul do estado de Santa Catarina através da TV Eldorado (Grupo RCE). Ao se analisar os registros documentais através de documentos históricos, publicações contemporâneas e retrospectos, observou-se que o cenário de poder econômico existente na família Freitas, bem como interesses político-partidários por parte do Diomício Freitas que foram elementos centrais para a aquisição de uma rede de televisão. A Rede Eldorado de Comunicação, por meio de um canal televisivo durante algum tempo foi o principal veículo de comunicação do sul do estado, e por seu impacto regional e capacidade de construir discursos hegemônicos, foi utilizado como instrumento e mecanismo de solidificação do poder da família Freitas.

Palavras-chave: Mídia, Televisão, Discurso, Poder.

ABSTRACT

The media present themselves as fundamental pieces that collaborate with political and social changes, through the speed and ease of access to information dissemination, which in turn, directly and dialogically impact on the formation of political sentiments, tastes, customs, among others. In this sense, television media is a powerful instrument of mass communication, as well as having tools for growth, development and influencing of opinions, it has a responsible force in dictating social, cultural, political and patterns of behavior through its stimuli and incentives. Media discourse is extremely important in contemporary societies, reaching different strata of the population, creating discursive mechanisms that may or may not impose new social, political, economic and cultural demands that are assimilated and filtered by their interlocutors. As a central element of this work, we analyze the period from 1978 to 1995 marking the arrival of television in the southern region of the state of Santa Catarina through TV Eldorado (Grupo RCE). By analyzing the documentary records through historical documents, contemporary publications and retrospectives, it was observed that the scenario of economic power existing in the Freitas family, as well as political-party interests on the part of Diomício Freitas that were central elements for the acquisition of a television network. The Eldorado Network of Communication, through my TV channel for some time was the main communication vehicle of the southern state, and for its regional impact and capacity to construct hegemonic discourses was used as instrument and mechanism solidification of the power of the Freitas family.

Keywords: Media, Television, Speech, Power.

RESUMEN

Los medios se presentan como piezas fundamentales que colaboran con los cambios políticos y sociales, a través de la velocidad y facilidad al acceso a la divulgación de las informaciones, que, a su vez, impactan directamente y de forma dialógica en la formación de sentimientos políticos, gustos, costumbres, entre otros. En este sentido, la comunicación televisiva es un poderoso instrumento de comunicación masiva, además de poseedor de herramientas de crecimiento, desarrollo e influenciadora de opiniones, posee también fuerza para dictar comportamientos sociales, culturales, políticos y patrones a través de sus estímulos e incentivos. El discurso mediático es extremadamente importante en las sociedades contemporáneas, alcanzando diferentes estratos de la población, creando mecanismos discursivos que pueden o no imponer nuevas demandas sociales, políticas, económicas y culturales que son asimiladas y filtradas por sus interlocutores. Como elemento central de este trabajo, analizamos el período que va de 1978 a 1995 marcando la llegada de la televisión en la región sur del estado de Santa Catarina a través de la TV Eldorado (Grupo RCE). Al analizar los registros documentales a través de documentos históricos, publicaciones contemporáneas y retrospectivas, se observó que el escenario de poder económico existente en la familia Freitas, así como intereses político-partidario por parte del Diomício Freitas que fueron elementos centrales para la adquisición de una red de televisión. La Red Eldorado de Comunicación, por medio de su canal televisivo durante algún tiempo fue el principal vehículo de comunicación del sur del estado, y por su impacto regional y capacidad de construir discursos hegemónicos fue utilizado como instrumento y mecanismo solidificación del poder de la familia Freitas.

Palabras clave: Medios, Televisión, Discurso, Poder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro jornal impresso de Criciúma: O Mineiro	35
Figura 2 – Jornal impresso de Criciúma: Folha do Povo	37
Figura 3 – Jornal impresso de Criciúma: Tribuna Criciumense.....	39
Figura 4 – Jornal impresso de Criciúma: Correio do Sudeste.....	41
Figura 5 – Jornal impresso de Criciúma: Jornal da Manhã.....	42
Figura 6 – Premiação ao Grupo Freitas de Qualidade do Brasil	67
Figura 7 – Diomício Freitas ao lado da sua esposa Agripina Francioni.....	69
Figura 8 – Sede do prédio do Grupo RCE	99
Figura 9 – A programação da TV Eldorado na sua inauguração.....	101
Figura 10 – Primeiro debate na TV Eldorado com a presença oito deputados estaduais de Santa Catarina.....	103
Figura 11 – Homenagem póstuma do jornal Tribuna Criciumense ao Diomício Freitas.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Aliança Liberal
AM	Amplitude Média
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
ANFACER	Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASCN	Sociedade Criciumense de Assistência aos Necessitados
AT&T	<i>American Telephone and Telegraph</i>
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá
CCU	Companhia Carbonífera de Urussanga S.A
CECRISA	Cerâmica Criciúma S.A.
CEPCAN	Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CESACA	Cerâmica Santa Catarina S/A
CEUSA	Cerâmica Urussanga S.A.
CNMCBB	Companhia Nacional da Mineração de Carvão Barro Branco
CNT	Central Nacional de Televisão
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FM	Frequência Modulada
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IAPETC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos empregados de Transporte e Cargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICISA	Indústria Cerâmica Imbituba
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
INCOCESA	Indústria e Comércio de Cerâmica S.A.
ITU	<i>International Telegraph Union</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NAVECAL	Navegação Catarinense
NBC	<i>National Broadcasting Company</i>
OM	Organizações Martinez

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGDS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBS	Rede Brasil Sul
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicações
RCA	<i>Radio Corporation of America</i>
RCE	Rede de Comunicação Eldorado
SC	Santa Catarina
SCAN	Sociedade Criciumense de Assistência aos Necessitados
SIECESC	Sindicato Indústria de Extração Carvão Estado Santa Catarina
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S.A
TV	Televisão
UDN	União Democrática Nacional
UHF	Frequências Ultrarrápida
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UND	União Democrática Nacional
VHF	Frequência Muito Elevada
W2XBS	Taxa de Frequência da Imagem Representada em Hertz

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 A COMUNICAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E LOCAIS	29
2.1 A MÍDIA IMPRESSA DE CRICIÚMA: ASPECTOS E PARTICULARIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA	33
2.2 NAS ONDAS DO RÁDIO: A RÁDIO COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE INTERESSES.....	45
3. ASCENÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO GRUPO FREITAS EM SANTA CATARINA: DE MINERADORES A EMPRESÁRIOS DA MÍDIA	55
3.1. DIOMÍCIO FREITAS: ASPECTOS DE UMA TRAJETÓRIA DE VIDA.....	55
3.2 REDE DE COMUNICAÇÃO ELDORADO: NOVOS EMPREENDIMENTOS E A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO LOCAL	70
3.2.1 Rádio Eldorado: a radiofonia como elemento de fortalecimento político	75
4 TELEVISÃO E RELAÇÕES DE PODER: A REDE ELDORADO DE COMUNICAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO POLÍTICO	83
4.1 A TELEVISÃO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E PERCURSOS NACIONAIS	85
4.1.1 Ações Regulatórias da Radiodifusão no Brasil	90
4.2 A TV ELDORADO: IMAGEM E SOM NO SUL DE SANTA CATARINA	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

1 INTRODUÇÃO

A intenção desta pesquisa se construiu a partir de minhas experiências laborais no mundo das comunicações. Minha motivação inicial era compreender o processo de surgimento da televisão na cidade de Criciúma. Cidade na qual moro há cerca de quatro anos, vinda do estado do Rio Grande do Sul, onde já atuava na área da comunicação como gerente comercial na rádio Atlântida, pertencente a então Rede Brasil Sul de Comunicação (Grupo RBS). Essa transferência ocorreu no ano de 2014, e teve como objetivo me tornar gerente comercial da rádio Atlântida na região do sul de Santa Catarina. Após um ano e meio atuando no veículo rádio, fui promovida como gestora da televisão na mesma região e, posteriormente, assumi toda a gestão da emissora, sendo responsável por todos os veículos de comunicação do Grupo RBS (televisão, rádio, jornais e digital). Esse contato com a região acabou despertando em mim o interesse em conhecer mais um pouco sobre o histórico local: sua emergência, disputas políticas, estruturação econômica, movimento de trabalhadores, e também o surgimento e a organização da mídia local.

Para dar conta de tal inquietação inicial, busquei-me enveredar por registros documentais, tais como jornais, impressos e legislações, além de um variado conjunto de referenciais teóricos que me ajudou a pensar este objeto de pesquisa, agora apresentado como dissertação e, analisar o processo de surgimento e solidificação dos meios de comunicação no sul de Santa Catarina, mais especificamente na cidade de Criciúma. No que tange o conjunto diversificado de mídias locais, buscou-se entender a emergência da Rede de Comunicações Eldorado (RCE), e mais especificamente sua emissora de TV. Como recorte e marco temporal elencamos chegada e o fim da TV Eldorado na região, período entre 1978 a 1995, buscando compreender quais foram os fatores sociais e políticos determinantes que contribuíram para que este processo fosse possível, além de identificar a força e o poder do discurso propagado por este veículo de comunicação na solidificação de um grupo familiar e empresarial local, os Freitas.

Neste sentido, tentando-se aproximar teoricamente das relações de poder estruturadas por meio dos discursos midiáticos, aproximou-se de algumas questões levantadas pelo filósofo Michel Foucault (1986), para ele o discurso é uma importante ferramenta na solidificação de grupos hegemônicos que impõem suas formas de pensamento e ações no mundo aos demais. Assim, pode-se compreender que a mídia não

apenas veicula, mas constrói discursos e produz significados e sujeitos que logo aderem, não sem resistência, a sistemas de pensamento que são majoritários, propagando assim suas ideias. Ainda para Foucault (1986), o discurso ultrapassa a referência a “coisas”, ele vai além da utilização das letras, palavras, imagens, sons e frases, e não simplesmente a expressão referente a algo. Para o autor, o discurso é um conjunto de enunciados apoiados numa formação discursiva, ou seja, um sistema de relações que funciona como regra, prescrevendo o que deve ser dito numa determinada prática discursiva. Para ele:

[...] a arqueologia define as regras de formação de um conjunto de enunciados. Manifesta, assim, como uma sucessão de acontecimentos pode, na própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica [...]. A arqueologia não nega a possibilidade de enunciados novos em correlação com acontecimentos exteriores. Sua tarefa é mostrar em que condições pode haver tal correlação entre eles, e em que ela consiste precisamente (quais são seus limites, forma, código, lei de possibilidade) (FOUCAULT, 1987, p. 121).

A história política do nosso país é extremamente recente se considerarmos a fragilidade da economia e sua democracia ainda em solidificação, ainda que nas últimas décadas se teve grandes conquistas políticas, econômicas e sociais. Para o estado de Santa Catarina, os anos 1970 foram decisivos na solidificação da economia. O cenário político fervilhava nos anos 1978 e 1979 com a escolha do novo governador e prefeitos dos municípios. Em Criciúma, a realidade era a mesma, visto que a cidade caminhava para se consolidar como uma das economias mais importantes do estado. Os veículos de comunicação da época anunciavam diversas notícias relacionadas ao mundo da política e, como formadores de opinião, de certa forma, influenciaram de forma dialógica seus leitores e espectadores.

Um dos primeiros espaços de discussão e circulação de ideias da cidade bem como da região foram os jornais impressos, pois através deles era possível transmitir notícias e informações na sociedade. A comunicação se dava pelos donos do poder que, em sua maioria, eram os políticos que divulgavam as informações dos seus interesses buscando atrair novos olhares se aproximando de seu público e possíveis eleitores desejando a construção de confiança por parte dos

leitores frente ao que era informado. No sul do estado, o jornal impresso era o principal veículo da época e tinha como principais referências o Jornal do Sul, liderado pelo jornalista Aires Joaquim Filho e o Correio do Sudeste, sob a direção do advogado Alfredo Flávio Gazzola.

De acordo com Agilmar Machado e Osvaldo Torres (2000), em vários períodos do século XX boa parte dos jornais editados no Sul do Estado de Santa Catarina eram semanários, quinzenários ou mensários e cada um deles possuía uma determinada linha ideológica ou filosófica, fosse movida pela divulgação social, político-partidária ou por interesses econômicos. Ainda de acordo com os autores, era fácil identificar que os órgãos escritos surgiam e sumiam com a mesma rapidez. Essa circulação efêmera se derivava de fatores facilmente compreensíveis: interesses políticos, transcorridos de pleitos.

Comandado pelo Grupo Diomício Freitas, o rádio era o outro veículo de importância na cidade cuja estação era exclusiva na região: a Rádio Eldorado. Foi então que o grupo expandiu seus negócios e implementou no sul do Estado, pela primeira vez, uma rede transmissora para o município: a TV Eldorado. A TV cresceu e ganhou espaço na cidade se tornando pouco tempo depois da sua instalação o principal veículo de comunicação da região. O surgimento da televisão no sul catarinense ocorreu por meio da TV Eldorado, comandado pelo empresário Diomício Freitas e a Rede de Comunicação Eldorado (Grupo RCE). Neste período, a imprensa, através da comunicação televisiva, ganhava espaço, força e credibilidade ao disseminar informações locais. Assim, esta pesquisa teve como principal objetivo perceber, através do Grupo Eldorado, como ocorreu a construção o processo de implementação da TV na região, ressaltando os diferentes interesses políticos, familiares e pessoais envolvidos em seu processo de implementação.

Teoricamente esta dissertação se embasou na discussão do localismo, levando em consideração a importância dos meios midiáticos no espaço em que está inserido, a sua influência na sociedade e o poder político que possui no grau de penetrabilidade regional. A regionalização da mídia é uma tendência que busca estreitar cada vez mais a comunicação entre seus consumidores/espectadores adequando a linguagem e os temas abordados de forma a fazer sentido e envolver toda a comunidade em problemáticas que estão ao seu redor, facilitando o processo de comunicação e interação. Este processo está intimamente ligado aos avanços da tecnologia que encurtaram as distâncias permitindo o rápido acesso a diversas formas de comunicação, não

diminuindo a importância do que acontece no ambiente em que se vive. Apesar da globalização, a informação local é aquela que mais interessa, pois trata das questões locais e regionais, aborda o cotidiano, expõem episódios e narrativas de pessoas conhecidas. Este processo fez com que as mídias locais fossem extremamente disputadas, pois seus impactos no cotidiano social são solidamente profundos e capazes de mobilizar em torno de problemáticas comuns um número expressivo de sujeitos (SLAVIERO, 2009).

A crescente evolução no campo da comunicação ao longo do século XX possibilitou a delimitação de questões relacionadas ao localismo e, a aproximação das pessoas as suas raízes, conforme argumenta Gutiérrez Olórtégui (1996), a busca do local se tornou uma necessidade criada pelo global. Já Teixeira (1999), ao analisar os veículos de comunicação, verificou que “uma emissora local possibilita ao grupo e região em que atua que se intercomunique e se auto identifiquem” (TEIXEIRA, 1999, p. 186). Pois, “fornece informações coerentes e adequadas às suas necessidades e interesses da comunidade. Estimula a formação de consciências críticas e revaloriza a cultura local” (TEIXEIRA, 1999, p. 186).

De acordo com Foucault (2012), considerando o discurso como uma prática social, ele possuiu a seguinte crítica referente aos procedimentos de controle do que é produzido, por quem é produzido, e de como se distribuem os discursos:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

No campo da política, buscamos nos aproximar das relações entre poderosos grupos econômicos e políticos, visando entender como no Brasil as concessões fazem parte de um jogo de interesses que visam solidificar e respaldar poderes já constituídos. Desta forma, percebemos que a TV é um dos principais meios de comunicação existentes. É através dela que a sociedade recebe informações relevantes que ajudam a formar opiniões, crenças, valores e comportamentos. No interior do processo de produção da notícia elas acabam sendo influenciadas por certos interesses próprios, que muitas vezes relacionados a partidos

políticos ou a pequenos grupos com poder, buscam influenciar a sociedade a comportamentos ou posturas que lhes convém.

Em Criciúma não foi diferente. As famílias que detinham o poder eram as que se destacavam economicamente fazendo parte de grupos empresariais que buscavam manter seu *status quo* privilegiado. Durante a análise, se percebeu que o interesse por parte de grandes empresários e familiares na utilização das concessões públicas de rádio e televisão visavam contribuir de forma significativa para a manutenção e asseguramento desse poder, pois os meios de comunicação locais possuem a capacidade de entrar em diferentes lares e produzir significados únicos a sua comunidade interlocutora.

Diante desse contexto, os meios de comunicação se desenvolveram com as novas dinâmicas socioeconômicas e as disputas de poder local. Desta forma, foi neste contexto de múltiplas mudanças que a comunicação passou por transformações, atravessando barreiras e encurtando distâncias com o propósito de ampliar o seu alcance, divulgar os acontecimentos, despertando o interesse para as informações locais, valorizando as informações da região, as suas realidades e a sua história.

Podemos afirmar ainda que as plataformas como a televisão, jornais escritos e rádio abordam distintas temáticas, sejam elas relacionadas à educação, economia, região, saúde, segurança e dentre essas, a política. No entanto, a pauta da política é a mais disputada, pois é por meio dela que se busca defender determinados pontos de vistas e ideologias, numa incessante disputa pela hegemonia da opinião pública.

De acordo com John B. Thompson, no livro *A Mídia e a Modernidade*, do ponto de vista social a mídia se associou ao desenvolvimento das sociedades modernas, definido como “a era da informação”. Para o autor, “os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar esses meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmo” interligando indivíduos dos mais diferentes estratos sociais a interesses comuns (THOMPSON, 2001, p. 208).

Metodologicamente, essa dissertação foi fundamentada na ótica da interdisciplinaridade, reunindo diversas áreas do conhecimento como a História, Comunicação, Economia, Sociologia e Ciências Políticas as quais favorecem as novas formas de aproximação da realidade social e leituras de dimensões socioculturais das comunidades humanas (FAZENDA; VARELLA; ALMEIDA, 2013).

Desta forma, para responder tais questionamentos e alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa é qualitativa de natureza exploratória, possuindo como método da técnica de análise documental através de documentos históricos, publicações contemporâneas e retrospectos com autores pré-selecionados. A escolha da abordagem está embasada na concepção de Poupart; et al., (2008, p. 109): “a pesquisa qualitativa pode servir de base para a implantação de novas estruturas que levem em conta a capacidade dos sujeitos de mobilizar uma diversidade de recursos de apoio e ajuda mútua”.

Possuindo como base os conceitos dos autores citados, e atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa possui o seu primeiro capítulo intitulado “A comunicação no Brasil: trajetórias e experiências nacionais e locais” que procura ambientar a região sul do estado de Santa Catarina no reconhecimento da sua identidade e cultura, considerando o cenário local, além dos meios de comunicação existentes no recorte temporal.

A seguir, no segundo capítulo “Ascensão e diversificação do Grupo Freitas em Santa Catarina: de mineradores a empresários da mídia”, procura-se entender a RCE como grupo e a história da organização: como ela surgiu, os seus negócios e a diversificação dos segmentos de atuação, como foi o início da Rádio Eldorado, por qual motivo houve o interesse da concessão da televisão e a sua vinda para a região.

No terceiro capítulo “Televisão e relações de poder: a Rede Eldorado de Comunicações como instrumento de fortalecimento político”, o objetivo é estudar a relação da televisão e a política no sul catarinense na época e identificar os interesses de poder entre estes, por meio da relação do seu fundador Diomício Freitas com grupos e partidos políticos.

2 A COMUNICAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E LOCAIS

A mídia no Brasil emergiu no Rio de Janeiro no ano de 1808 com a produção e a distribuição do jornal impresso intitulado *A Gazeta do Rio de Janeiro*. No ano de sua fundação as principais publicações estampadas em suas páginas estavam relacionadas aos decretos da Corte e a cobertura das atividades da família real, exilada no Brasil. Já entre o início e meados do século XX, com a atualização no parque gráfico, surgem às primeiras revistas nacionais chamadas de *Revista Ilustradas*, nelas circulavam anúncios dos mais variados espectros, mas seu diferencial estava nas ilustrações e cores utilizadas. As revistas possuíam como principais anunciantes empresas de medicamentos, profissionais liberais como médicos e advogados, transportes terrestres e marítimos, entre outros, que se aproveitavam de sua ampla circulação para ofertar serviços e chegar a diferentes rincões do país (COMUNICAÇÃO NO BRASIL, 2013). Neste este momento, a mídia impressa já demonstrava seu potencial na formação de opinião e na interiorização da informação, sendo capaz de provocar em seu público leitor o desejo e a vontade de consumo de bens e serviços.

Tradicionalmente, na esfera científica, o conceito de mídia é bastante amplo se considerarmos o largo emprego que ela possui. A palavra mídia tem origem latina que significa médium, meio, e na presente pesquisa vamos considerar como seu conceito o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana, por meio de aparatos tecnológicos e específicos com o objetivo final de gerar a comunicação, impor discursos homogêneos e difundir ideias apreendidas coletivamente.

Neste contexto, a midiaticização é um processo que não deve apenas ser entendido como instrumentos de interação entre diversos campos, mas uma realidade mais complexa, gerando novas formas de vida, influenciando diretamente em práticas sociais e seus funcionamentos. Dito de outra forma, a midiaticização é instrumento de poder que por meio de seus diversos mecanismos de ação possui a capacidade de construir, fomentar e solidificar formas de pensamento, vivências e formas individuais e coletivas de vida social. Assim, partir destas premissas e baseados nas discussões elaboradas por Michel Foucault (1986), entendemos que a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e significados que envolvem os sujeitos em projetos de poder particulares ou grupais, arrefecendo possíveis focos de

resistência. Ainda de acordo com Foucault “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nós queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Corroborando com estas análises Lopes (2003), afirma que o campo da comunicação é o resultado de um “contrato” múltiplo que mobiliza diversos sujeitos em torno de ideias hegemônicas, conforme o autor:

Considerando as diferentes condições sociais, dir-se-ia que os contratos de comunicação são múltiplos e celebráveis nos momentos em que há o encontro entre parceiros. Imagina-se que eles existem de fato ou estão em processo de montagem, a partir do exame dos atos e situações comunicacionais que neles circulam. Seus elementos mais essenciais são o comportamento social, as manifestações discursivas e o sistema de crenças dominantes em cada época (LOPES, 2003, p. 168).

De acordo com Perruzo (2005), entender o processo de regionalidade da mídia é de suma para compreender seu papel social e cultural, pois “a mídia local tem como base a informação gerada nos acontecimentos dentro de uma determinada região, gerando a identificação daquela mesma localidade ou região.” (PERRUZO, 2005, p.14). Por outro lado, o conceito de região, na visão de Corrêa (1991), “está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, a ideia de que a superfície da terra é constituída por áreas diferentes entre si”, e que fazem sentido, sobretudo, para quem ali habita. A regionalização da mídia é uma tendência que se intensifica nos mercados, no exterior e no Brasil, que buscam estreitar cada vez mais a comunicação com seu público e, a ele, adequar a sua linguagem e os temas abordados com a finalidade de atingir com precisão, maior fatia da população, aproximando seus interlocutores dos projetos políticos, sociais e culturais hegemônicos.

Entender e controlar o local é de suma importância para os grupos midiáticos, pois é o espaço regional que as pessoas vivem e é nele que os discursos, ações e vontades são reconhecidos, introjetados, e assumidos como verdades. Desta forma, mesmos com os avanços tecnológicos, que reduziram as distâncias e permitiram acesso mais rápido e fácil a todo tipo de informação global, a importância do que acontece no ambiente em que se vive não diminuiu.

Com a globalização e o avanço tecnológico nas últimas décadas, a população mundial passou por profundas transformações em seus hábitos, referentes ao consumo das informações. De acordo com Amartya Sen (2010), a globalização não é nova e nem necessariamente ocidental, nem tampouco é uma maldição, posto que durante milhões de anos têm contribuído para o progresso do mundo através das viagens, do comércio, de imigração, das muitas influências culturais, da disseminação do conhecimento e saberes incluindo a ciência e a tecnologia. Já o autor Ortiz, no que toca a globalização, coloca um desafio “[...] imaginar a política dentro de parâmetros universais e mundializados. Isso significa que o debate sobre a cidadania, realizado em termos tradicionais, se esgotou. É necessário ampliá-lo e percebermos o mundo como uma ‘sociedade civil mundial.’” (ORTIZ, 1997, p. 270-275).

Neste contexto de interação entre o global e o local, a mídia regionalizada tem como centro de interesse as informações geradas a partir de processos ocorridos dentro de uma determinada região. Pois são nestes espaços que as coisas possuem significado e são facilmente consumidas pelos sujeitos. Foi por meio destas necessidades, de entender o local que, ao longo do século XIX e XX, inúmeros semanários foram criados em todo Brasil com a finalidade de satisfazer seus leitores ao mesmo tempo em que criava e impunha determinadas formas de pensar e agir no mundo. E com o Estado de Santa Catarina, não foi diferente.

Entre os anos de 1831 a 1970, na região sul catarinense os jornais também eram semanários, quinzenários ou mensários. Neste período, os veículos de comunicação passavam por inúmeras dificuldades que iam desde os anúncios que não cobriam sequer a tiragem final e nem as despesas administrativas, até problemas com a redação e impressão. Os jornais impressos surgiam e desapareciam do mercado conforme as dificuldades de sua manutenção e circulação apareciam. Os autores Machado e Torres (2000, p. 78), descrevem que “no sul catarinense, entre os jornais que perduraram por longo tempo em circulação constante, podem-se enumerar nos dedos. Duas mãos será demais.”. Porém, estudar a emergência e a circulação de jornais impressos são essenciais para entender partes das dinâmicas socioculturais que enredam uma sociedade. Pois eles são uma forma de comunicação que proporcionavam e ainda proporcionam a interação entre os diversos indivíduos que compõem um mesmo grupo social, aproximando-o de interesses comuns.

Mesmo circulando poucas vezes por semana e em muitos momentos operando frente às adversidades, os jornais locais ocuparam um importante lugar cultural ao se dedicarem a temas que, sobretudo, abordavam a realidade de grupos sociais que não eram alvo de interesse da grande mídia nacional. Por meio deles é possível entender quais elementos foram e são constituintes de uma identidade.

Sobre a mídia impressa, deve-se lembrar de que os jornais diários passaram, nas décadas de 1970 e 1980, por um grande processo de modernização industrial, gráfico e editorial, incorporando em suas rotinas produtivas técnicas jornalísticas padronizadas (em geral, resumidas por manuais de redação) e adotando uma política de recrutamento profissional. Estas mudanças foram acompanhadas por políticas comerciais e de marketing agressivas que transformaram conceitualmente os jornais em prestadores de serviços e os antigos leitores em consumidores (AZEVEDO, 2006).

A mídia brasileira até a década de 1960 era circunscrita principalmente a imprensa escrita e ao rádio e, detinham um alto nível de envolvimento e participação nas lutas políticas locais. A televisão ganharia notoriedade a partir da década de 1970. O período de 1964 a 1985, marcado pelo regime militar e pela censura à imprensa, foi também caracterizado pela forte expansão do sistema de mídia, pela ascensão da televisão como principal veículo de massa, pela modernização e concentração dos jornais diários e pela grande expansão e segmentação do setor de revistas. No que tange a importância do local a compreensão das distintas realidades sociais, políticas, culturais e econômicas Ortiz, disserta:

O “local” participa ainda de uma outra qualidade: a diversidade. Na verdade, ele se opõe ao “nacional” e ao “global” apenas como abstração. Visto de perto, qualitativamente, ele constitui uma unidade coesa. Seria, pois, mais correto falarmos de “locais”, no plural. Cada lugar é uma entidade particular, uma descontinuidade espacial (ORTIZ, 1999, p. 59).

Desta maneira, podemos afirmar que a mídia local e regional é um importante objeto para compreender, ou ao menos nos aproximar, as diferentes combinações socioculturais, que assomadas as de médio alcance, novos jornais, a instalações de torres repetidoras para as televisões e a criação de agências publicitárias, impulsionaram a inserção do local no global e vice-versa (FABRE, 2016). Em uma linguagem mais regional se torna mais fácil à troca de identificação e do

entendimento entre todos, levando em consideração a diversidade da cultura, da geográfica e as peculiaridades locais. Como afirma Peruzzo, “o local e o regional só podem ser compreendidos na relação de um com o outro, ou deles com outras dimensões espaciais, como o nacional e o global” (PERUZZO, 2005, p. 26).

De acordo com Regina Festa e Luiz Santoro (*apud* Cabral, 2006), o processo de regionalização da mídia brasileira foi percebido a partir de transformações ocorridas nos meios de comunicação no início da década de 1980, isso explica o crescimento do número de emissoras de televisão e a formação das redes regionais de televisão a partir deste período. Segundo Peruzzo (2005), um marco para o início da regionalização da mídia no país foi a instalação da Rede Brasil Sul (RBS), a partir de 1963, no interior do Rio Grande do Sul. Considerado o maior conglomerado regional do país, a RBS tinha em sua proposta de regionalização incluir os limites geográficos, os traços culturais e o tamanho de cada mercado.

Assim, os meios de comunicação nos possibilitam conhecer novas culturas, nos aproximando de lugares, vivências e histórias, facilitando esse acesso. Cada plataforma possui a sua importância. A imprensa no que diz respeito aos jornais, nos apresentam fontes ricas de informações, além de serem grandes influenciadores de costumes, posicionamentos e atitudes da sociedade. No próximo item nos deteremos a estudar os principais jornais impressos que circularam na cidade de Criciúma, consolidando grupos de interesse e formatando as vontades de seus consumidores.

2.1 A MÍDIA IMPRESSA DE CRICIÚMA: ASPECTOS E PARTICULARIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA

O jornal impresso é o mais antigo e tradicional meio de comunicação que ainda está em uso na atualidade, mesmo com a chegada das rádios, TVs e a internet. Muitas são as discussões sobre este meio de comunicação, principalmente, quando a referência é na mídia local. Os primeiros meios de comunicação que ligavam diferentes pontos do Estado de Santa Catarina, mais precisamente no sul do estado, resumiam-se a caminhos de tropeiros procedentes do planalto serrano que ao realizar suas vendas chegavam até aos municípios costeiros levando e trazendo informações. Esses tropeiros faziam o caminho da praia que interligava a serra ao litoral. Essas trilhas eram abertas pelas tropas, mulas ou boiadas que ali passavam e surgiram devido a

necessidade do deslocamento. Assomando-se e complementando estas, outras formas de comunicação passaram a interligar lugares distantes, os jornais impressos se tornavam cada vez mais acessíveis e a disseminação das informações foi sendo compartilhada.

Esse compartilhamento das informações só ganhou forças com o passar dos anos, acompanhando o desenvolvimento da região, quando a necessidade de informação se transforma imperiosa para a consolidação de relações socioculturais e políticas. Como explica Nogueira (2005, p. 01):

O registro de acontecimentos em jornais impressos está diretamente relacionado com a necessidade do homem de se relacionar com o espaço onde vive. Por meio das notícias publicadas, o homem se reconhece como membro da sociedade referida. Somente a partir dessa identificação que o leitor será capaz de refletir e criticar sobre problemas sociais que o rodeiam e, posteriormente, poderá contribuir para construção de uma nova realidade. É através dessa participação pública que o homem se apresenta como ator principal da própria história.

Essa identificação se enreda no processo de aproximar os leitores das atividades sociais das quais possui interesse, facilitado pela linguagem que sem muitos artifícios consegue aproximar os leitores de uma realidade vivida, traduzindo, simplificando e ressignificando os códigos de leitura. Esse processo de aproximação e facilitação da leitura e entendimento do que é lido é chamado por Erbolato (1991) de humanização:

Humanização quer dizer levar a informação até o ambiente do leitor, de maneira que ele a sinta. Não é escrever para o leitor. Mas redigir de tal forma que a notícia tenha um sentido para ele. *The Wall Street Journal*, que alcançou rapidamente grande circulação, demonstrou a importância de se escreverem notas financeiras à altura da compreensão e das possibilidades econômicas dos seus leitores... Humanizar uma história seria, também, enquadrar o personagem de um acontecimento no mesmo cenário da maioria dos leitores (ERBOLATO, 1991, p. 39).

A referida humanização aproxima o leitor dos acontecimentos, fortalecendo a sua identificação com a notícia. De acordo com os autores Agilmar e Torres (2000), todos os jornais editados no Sul do

Estado de Santa Catarina entre os anos de 1831 a 1970 possuíam a sua edição no formato semanal, quinzenal ou mensal, além de cada um seguir uma linha filosófica, ideológica e de interesses diferentes, já que cada um estava alinhado a diferentes partidos políticos e seus próprios interesses econômicos. Para os referidos autores, os órgãos partidários políticos deixavam claro seus interesses de circular nos jornais interferindo nas pautas publicadas financiando e facilitando a circulação dos impressos que quase sempre passavam por dificuldades financeiras.

Em Criciúma, no dia 1º de janeiro de 1926, o prefeito Marcos Rovaris, primeiro prefeito do município, juntamente com o Pedro Benedet e Frederico Minato deram início a história do jornal impresso no município.

Figura 1 – Primeiro jornal impresso de Criciúma: O Mineiro



Fonte: Jornal O Mineiro (1926, p. 1)

Intitulado *O Mineiro*, o jornal possuía uma edição quinzenal, além de ser órgão oficial da prefeitura, contado com tiragem e circulação que se estendeu até o ano de 1927. O jornal *O Mineiro* foi o impresso no qual foi possível perceber a aproximação da política na produção e circulação de conhecimento, como forma de difundir um discurso coeso e hegemônico. Esta relação entre grupos políticos que estavam no poder e o jornal impresso é assim apresentada por Barbosa (1997, p. 90):

Criando uma série de estratégias empresariais, editoriais e redacionais, procuravam atingir os leitores. Além disso, a imagem do poder público estava sempre presente nestes textos, difundindo uma eficiência, pois fazer-se compreender era fundamental para os grupos dominantes. E, para isso, não bastava a imposição de normas, era preciso unificar os discursos. E a imprensa cumprirá este papel através dos homens de letras: o jornalista, o repórter e o literato.

Em 1928, a região recebia um novo jornal, surgia *A República* que possuía como editor e redator Adolfo Campos. *O Frege* circulou entre os anos de 1945 e 1947, de propriedade de Rubens Sampaio, gerente do cinema da cidade, o “jornaleco” tinha um estilo crítico-humorístico. Entre os anos de 1949 e 1953 o advogado Pedro Vergara Corrêa fez circular o primeiro jornal colorido da região (capa e contracapa), chamado *Folha do Povo*. Corrêa era assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Carvão e o jornal defendia os direitos daquela classe, envolvendo-se constantemente em pautas políticas e trabalhistas em favor do movimento operário. *A Folha do Povo* era redigida e impressa nos fundos da banca particular do advogado, ao lado do antigo Foto Zappellini (MACHADO; TORRES, 2000). A Figura 2 traz o jornal *Folha do Povo*, de 30 de julho de 1951:

Figura 2 – Jornal impresso de Criciúma: Folha do Povo



Fonte: Folha do Povo (1951, p. 1)

Aproveitando-se do bom momento e da receptividade da população local da *Folha do Povo*, outros jornais foram organizados na cidade diversificando a pluralidade de ideias, bem como a perspectiva política. Contudo, devemos saber interpretá-los, pois existe a necessidade de conhecer a fonte por inteiro para identificar o real interesse em tais abordagens e temas. Algumas reflexões devem ser consideradas, como quem escreve ou redige tais abordagens, quem são os escritores, diretores e responsáveis pelas pautas, quais as posturas políticas e sociais desses responsáveis. São questionamentos plausíveis para entender se as abordagens são meramente informativas ou buscam criar coesão entre os leitores, conduzindo-os aos seus desejos e visões particulares.

O jornal mais antigo da região e que ainda possui circulação é a *Tribuna Criciumense*, criada em 1955 pelo advogado José Pimentel. A sua longa trajetória acarretou na troca de diferentes proprietários no decorrer de todos esses anos de atividade. No ano de 1959, ela foi adquirida pelo grupo Catão, Companhia Brasileira Carbonífera de

Araranguá (CBCA) e teve como diretor o itajaiense Valdemar Luz, e na sequência de sucessão João Carlos Pianta (empregado), Dauro Martignano (proprietário de terrenos e afiliado ao PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), Agilmar Machado (jornalista e escritor), Gundo Steiner (advogado) e Sebastião Humberto Pieri (radialista). De acordo com as fontes oficiais, José Pimentel era filho de Aurélio Pinto Pimentel e Maria de Andrade Pimentel. Nascido em três de março no ano de 1915, na cidade de Aracruz, localizado no estado do Espírito Santo, ele perdeu os seus pais muito cedo, e por isso, foi criado pelos seus irmãos mais velhos. Ainda muito novo, iniciou os seus estudos na cidade de Vitória no ES. Na sua época do ginásio, após a sua conclusão, ele também completou o curso pré-jurídico. Foi revisor e redator do Jornal 'Diário da Manhã' e Secretário e Redator-Chefe do Jornal 'Tribuna Capixaba', de Vitória. Em 1940, foi nomeado Secretário do Serviço Nacional de Itapemirim, tendo a sua transferência nesse mesmo ano para a cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu as funções de revisor de provas da Imprensa Nacional. A partir do ano de 1943, formou-se advogado na cidade de Niterói no Rio de Janeiro, onde passou a exercer a advocacia no foro carioca. Em 29 de junho de 1945, transferiu-se para a cidade de Criciúma (SC), onde atuou como advogado. Em 1949, casou com Darcy Angeloni, com quem teve as filhas Marilena, Ilka e Marília. José Pimentel, participou das fundações da Sociedade Criciumentense de Assistência aos Necessitados (SCAN), do Bairro da Juventude, dos Colégios Madre Teresa Michel e São Bento, e da Escola de Comércio de Criciúma, exercendo, nesta última, o magistério em Língua Portuguesa. Foi Vereador, por duas legislaturas, pela União Democrática Nacional (UDN). Foi Diretor-Presidente da Força e Luz de Criciúma. “A partir de 1950, exerceu a função de advogado na Companhia Carbonífera Próspera S/A” (ACLe, s/d, s/p); “José Pimentel faleceu em 06 de setembro de 1984, em Criciúma” (ACLe, s/d, s/p).

Seguindo o bom momento e o interesse constante da população por notícias locais a década de 1960 foi marcada pelo início das atividades de novos periódicos. Assim, como no caso de *O Mineiro*, um grupo político foi responsável pela idealização e criação de mais um jornal na cidade: Jornal de Criciúma, do advogado Nery Jesuíno da Rosa (prefeito atual, naquela época), juntamente com o jornalista Aryovaldo Huáscar Machado (secretário municipal e vereador, na época, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)). O jornal de Criciúma teve início das suas atividades no ano de 1961 com circulação

até 1963, quando houve a renúncia de Nery, que passou a residir em Florianópolis. A Figura 3 apresenta o jornal impresso de Criciúma *Tribuna Criciუმense*, de 21 a 28 de dezembro de 1963:

Figura 3 – Jornal impresso de Criciúma: *Tribuna Criciუმense*



Fonte: *Tribuna Criciუმense* (1963, p. 1)

Outros jornais emergiram, mesmo que de forma efêmera, como *Luzes do Sul* em 1958 por Maria Giselda Guglielmi; *Ouro Negro*, de Lucas Cruz; *O Combate*, de Agilmar Machado, Dauro Martignago e Lourival Martins, ambos com publicação em 1961, além de *Criciúma Nova*, de propriedade de Otto Farias, em 1965. A cidade possuía os

seguintes jornais diários: Jornal da Manhã, Tribuna do Dia, fundado em 2 de maio de 1955, e o Diário de Criciúma.

De acordo com Pereira (1992), o jornal Correio do Sudeste teve início das suas atividades no dia 13 de agosto de 1976, no formato tabloide com 16 páginas e tiragem de 1.200 exemplares. No ano de 1980, o Correio do Sudeste passou por dificuldades devido as práticas de censura política, pois a imprensa possuía, anteriormente, o costume de emitir suas opiniões particulares e individuais, durante a ditadura foi proibida de refletir sobre o contexto que estava inserida. Nesta época, o radialista Carlos Eduardo Mendonça, conhecido como Bolinha, assumiu a direção do jornal em 1983 na tentativa de reverter o cenário. Pedro e Zuleide Hermann eram proprietários do então, Correio do Sudeste, venderam o jornal para um grupo de empresários de Florianópolis.

Pouco tempo depois, havendo desinteresse por parte do grupo, em 25 de agosto, o Jornal da Manhã era fundado pelo casal, dois dias após a edição experimental, data em que circulou a primeira edição oficial do Jornal da Manhã (JORNAL DA MANHÃ, 2003). A Figura 4 traz a página 5 do Correio do Sudeste do dia 6 maio de 1980:


Figura 4 – Jornal impresso de Criciúma: Correio do Sudeste

Variedade

CORREIO DO SUDESTE 6 de Maio de 1980.

ENTRETENIMENTO

DESTAQUE PARA AMANHÃ



TV Eldorado Canal 9

11:30 h. EDUCATIVO-cultural
12:00 h. MOMENTO ESPORTIVO - informativo
12:30 h. EDIÇÃO - informativo em edição nacional
13:30 h. MATINE - entretenimento e filme
"SORTILÉGIO DE AMOR" - No elenco: Kim Novak, James Stewart e Jack Lemmon
15:00 h. HORA DO RECÍPEL - com o seriado Perce Lousa e Placido
16:15 h. MARY TYLER MOORE - aventura
16:45 h. TARZAN - aventura
17:45 h. ATENÇÃO - informativo
17:55 h. REVISTA FEMINA - apresentação Leila Caetano. Destaque para a peça "Xandão Marvilhosos" com Dêlia Antunes
18:45 h. CARTA ABERTA - informativo analítico e crítico. Apresentação: Aderbal Macêdo.
19:25 h. PE DE VENTO - novela de Benedito Roy Barbosa. No elenco: Cristina Mullins, Ester Goes, Fausto Rocha, Tamyara Ferreira, Carmen Silva, Dinizete Assunção, Nani Leal Maia, e Bete Mendes.
19:45 h. ATENÇÃO - informativo.
19:50 h. O TODO PODEROSO - novela. No elenco: Sebastião Campos, Denise Del Vecchio, Lilian Lemmest, Geraldo Del Rey, Eduardo Torreggiani, Cristina Santos, e Jorge Dória.
20:40 h. JORNAL BANDEIRANTES - informativo em edição nacional.
21:00 h. BLZINDO CHACRINHA - show de auditório.
23:30 h. O CAÇADOR - novela. Estrelado Quim Warich.
00:20 h. SESSÃO DA MADRUGADA - com o filme "PAO, AMORE FANTASIA". Estrelado: Vitorino De Siqueira e Gina Coltriglioni.

HOROSCOPO

ARIES-VARIÁVEL
TRABALHO: Os superiores ou outras pessoas influentes deverão ser seus aliados. AMOR: Benefício para o amor. SAÚDE: Boa. A sorte estará a seu lado, proporcionando gastos inesperados.

TOURO-VARIÁVEL
TRABALHO: Favorável para incrementar aptidões. AMOR: Certas situações íntimas devem ser esquecidas. SAÚDE: Seu organismo ainda não está habituado.

GÊMEOS-VARIÁVEL
TRABALHO: Pessoas distantes serão benéficas para o seu trabalho. AMOR: Tendências ao exotismo exagerado. Perigo de torturar-se sem objetivo. AMOR: O amor continua favorecido.

CÂNCER-FAVORÁVEL
TRABALHO: Não faça mudanças radicais. VOCE ESTÁ certo, mas não seja problemático. AMOR: O amor continua favorecido.

LEÃO-VARIÁVEL
TRABALHO: Evite transações comerciais com pessoas amigas. AMOR: Os outros estarão totalmente favorecidos, possibilitando novas conquistas. SAÚDE: Regular.

VIRGEM-CALMO
TRABALHO: Faça planos, deixe a realização para depois. AMOR: Não desista facilmente. SAÚDE: Examine sua alimentação.

LIBRA-VARIÁVEL
TRABALHO: Possível quebra de sua rotina. AMOR: Tratamento desfavorável ao amor. SAÚDE: Muita calma e nervos no lugar se quiser manter-se equilibrado.

ESCORPIÃO-RAZOÁVEL
TRABALHO: Faça o possível para impressionar os trabalhos criativos. AMOR: os outros favorecerão o seu amor no fim de hoje. SAÚDE: Calma e ponderação.

SACRIFÍCIO-BOM
TRABALHO: Favorável para o desenvolvimento de seu negócio, seja qual for. AMOR: Propício ao amor. SAÚDE: Atenção para evitar a mudança de seu um hipocôndrico. Cuidado.

CAPRICÓRNIO-BOM
TRABALHO: Avance firme em seus negócios públicos, ou comerciais. AMOR: Dia feliz para o amor. SAÚDE: Cuidado da saúde e do seu bem-estar pessoal.

AQUÁRIO-RAZOÁVEL
TRABALHO: Você tomará iniciativas afiladas ao sucesso. AMOR: Com paciência superará todas as dificuldades surgidas. SAÚDE: De muita atenção nos problemas de saúde.

PEIXES-VARIÁVEL
TRABALHO: Sucesso garantido se você tiver mais autoconfiança. Não desespere seus chefes. AMOR: Parece que atualmente a pessoa ainda está cansada de você. SAÚDE: Regular.

CORREIO LITERÁRIO

EVANGELHO DOS AMANTES

SONETO 76

Amada, quantas outras raparigas já encontrei ao longo do caminho que sou trilhando. As vias, de tomocho enovando muitas lórnitas castigas.

Amada, nunca tensas! São amigas que estão, também, sofrendo algum espinho, pois a existência é dura e bom castigo, que arranca e estaga o joio das espigas.

Elas procuram paz e luz e amor como tu sempre soras ao meu lado qual merce for ao lado de outra flor.

E se de ti que estou enamorado embora sofro sempre a mesma dor com quem na vida sofre respeito.

Artemis Zanoni.

PLAYBOY REVELA A DOCE NUDEZ DA ESTRELA LUCÉLIA SANTOS.

Finalmente ela exhibe toda a sua sensualidade em 8 páginas deslumbrantes, arrebatadoras para você.

É MAIS:

- Intervista com o cantor e compositor Milton Nascimento
- Como um país mudou através da reportagem exclusiva de correspondente especial do Rio
- Uma nova perspectiva americana com o filme "Uma Nova História Americana"
- Conteúdo de entretenimento de nível de elite de nível internacional
- Intervista com o cantor e compositor Milton Nascimento

PLAYBOY JÁ NAS BANCAS

JORNAL É CULTURA

DR. RAULINO SIMON
Cirurgia Geral
Consultas com hora marcada
das 14 às 18 horas
Castro
Hosp. S. João Batista, 23 - 212
Consultório 32 - 161
Residência 32 - 229

Fonte: Correio do Sudeste (1980, p. 5)

No dia 23 de agosto, foi publicado a primeira edição do Jornal da Manhã que ganhou espaço do anterior Correio do Sudeste. A primeira publicação possuía foco em mensagens de otimismo devido a mudança dos empresários/proprietários. O jornal possuía uma tiragem de aproximadamente 600 exemplares circulando em apenas três dias da semana: terças, quintas e sábados. O novo nome (bem como a sua logomarca) foram escolhidos através de concurso junto à população. As impressões eram realizadas em Porto Alegre, de acordo com negociações especiais como tipo do papel e a qualidade da tinta. Mesmo o jornal encontrando dificuldades, por não existir profissionais e meios

de trabalho/tecnologia mais adequados para o período, os empresários se dividiam na criação e geração de conteúdo das matérias, e mantiveram o jornal em circulação, se consolidando cada vez mais na cidade. A Figura 5 apresenta a capa do Jornal da Manhã do dia 05 de fevereiro de 1997:

Figura 5 – Jornal impresso de Criciúma: Jornal da Manhã



Fonte: Jornal da Manhã (1997, p. 1)

No ano de 1984, o Jornal da Manhã se consolidava como um importante veículo na região por tratar de temas locais, conquistando cada vez mais a confiança dos leitores por se identificarem com o localismo apresentado nas suas matérias. Nesta época, o jornal tinha na sua equipe: editor-chefe Osmar Nunes, pelo redator João Floriano de Cordes e o fotógrafo Ezequiel dos Passos. No ano de 1985, o Jornal da Manhã passa por mais uma mudança de empresários, desta vez, foi vendido para Joceli Ribeiro. Outra grande mudança foi referente às suas tiragens, que passou a ser realizada em Içara, região pertencente a Criciúma. O grande salto no ano de 1986, com um investimento ousado,

houve a aquisição de uma impressora própria, e também, da montagem de uma gráfica, com esse investimento alto, o jornal passou a ter suas edições impressas diariamente.

Em 1987 devido às fortes chuvas na região o prédio do periódico foi inundado, e com isso, sua sede foi interditada ocasionando a não publicação e tiragem do jornal por alguns dias, período necessário para reestabelecer as atividades após todos os danos causados pela chuva (JORNAL DA MANHÃ, 2003). Em 1990, o veículo foi vendido aos empresários Gilson Pinheiro, Deoclésio Pavei e Adelor Lessa. Após dois anos um grupo de 13 empresários, assume a direção do veículo e na administração, dentre eles, Milton Carvalho, Adelor Lessa e Valter Dieter. Com a chegada desses novos empresários, o jornal se fortaleceu, pois, a maioria deles fazia parte do mesmo partido político, gerando assim, maiores interesses em comum e reforço dos mesmos ideais junto à população. No dia 3 de novembro de 1997, o Jornal da Manhã entra em uma nova fase e adquire uma nova rotativa. Com equipamento de fabricação norte-americano agilizou o processo de entrega das edições e diminuído o tempo de impressão de 14 horas para até uma hora. Neste mesmo ano, o jornal muda para a sede atual, localizada na Rua XV de novembro nº184, centro de Criciúma (JORNAL DA MANHÃ, 2003).

O jornalismo em Criciúma se via envolvido pelo poder público local, que por meio de negociação de publicações oficiais e propagandas nos jornais, negociavam as pautas a serem discutidas. De maneira geral, os jornais eram tidos como “chapas brancas”, ou seja, os leitores nunca iriam encontrar uma matéria sobre questão ambiental e outras reportagens que atingissem os interesses de grupos políticos e econômicos, por exemplo. De acordo com Machado e Torres (2000), até o fechamento do Correio do Sudeste em 1983, havia uma ordem tácita de que matéria sobre o meio ambiente não se faria, a não ser matérias positivas. Acima de tudo, ressaltavam os aspectos positivos da economia, que estava centrada no carvão. A realidade midiática da época era dizer sim ao poder público. Como bem observa Emanuel Barreto (2006, p. 12):

Dentre os diversos segmentos midiáticos o jornalismo impresso tem especial importância e repercussão na área política, com laços historicamente firmados e legitimados. Acertou-se, ao longo do processo histórico entre jornalismo e política, um elo interativo, num complexo e intrincado sistema de ação e reação que acaba expresso no que chamaremos de atitude

noticiosa, ou seja: um relato que objetiva obter repercussão. Aqui, entenda-se que o jornal se apresenta como veículo e o jornalismo como a instituição legitimada. Para tanto, a instituição manifesta-se no jornal enquanto veículo, base material dinâmica da notícia, o locus.

Um dos principais meios de comunicação existentes é a imprensa. É através dela que a sociedade recebe informações relevantes que ajudam a formar opiniões, crenças, valores e comportamentos. O interior do processo de produção da notícia é perceber como os periódicos acabam sendo influenciados por certos interesses, que muitas vezes, estão relacionados a partidos políticos ou a pequenos grupos com poder que buscam influenciar a sociedade por meio de comportamentos ou posturas que lhes convém.

Segundo João Henrique Zanelatto (2012), os três únicos partidos existentes em Criciúma na década de 30 foram extintos com o estado novo em 1937, o Partido Republicano, Partido Liberal e o Integralismo. Os integrantes desses três partidos já extintos são responsáveis pela nova organização e formação partidária no pós 45. Podemos afirmar que todas as plataformas como televisão, jornais escritos e rádio abordam distintas temáticas, sejam elas relacionadas a educação, economia, região, saúde, segurança e dentre essas, a política. No entanto, a pauta da política é a mais disputada, pois é por meio dela que se busca defender determinados pontos de vistas e ideologias, numa incessante disputa pela hegemonia da opinião pública.

Na atualidade, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Penal 530, confirmou que os artigos 54, I, “a” e 54, II, “a” da Constituição contêm uma proibição clara que impede deputados e senadores de serem sócios de pessoas jurídicas titulares de concessão, permissão ou autorização de radiodifusão. O intuito desta proibição foi evitar os interesses do “poder político” e o controle sobre veículos de comunicação de massa, evitando abusos com relação aos interesses do próprio partido, afetando a isonomia, o pluralismo e o interesse público. Já que esta classe possui grande interesse nessas concessões e controle sobre empresas de radiodifusão, buscando influenciar as suas necessidades, já que estes veículos deveriam ser utilizados para gerar livre debate e informação a população e a quem mais possua interesse. A este fenômeno de políticos radiodifusores, chamamos de “coronelismo eletrônico”.

De acordo com John B. Thompson, no livro *A Mídia e a Modernidade*, analisa a mídia partindo do ponto de vista social, e

associa o desenvolvimento dos meios de comunicação como parte do surgimento das sociedades modernas, definindo o momento com “a era da informação” (THOMPSON, 2001, p. 261). No próximo item, abordaremos as dinâmicas em torno do rádio, elemento central do processo de comunicação e que complementou o poder do jornal impresso.

2.2 NAS ONDAS DO RÁDIO: A RÁDIO COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE INTERESSES

O rádio é um meio de comunicação de massa que surgiu no século XIX e passou por diversas transformações desde sua origem. Segundo Jung (2004, p. 46), o rádio é um meio com mais de oito décadas que alcançou 96% do território nacional, obtendo a maior cobertura entre todos os meios de comunicação e atingindo um público aproximado de noventa milhões de ouvintes. A partir dessa visão, nota-se tanto importância do rádio quanto a sua abrangência.

No século XIX – mais precisamente no ano de 1896 – surge o rádio que conhecemos hoje, que no período de seu desenvolvimento foi chamado de telégrafo sem fio. De acordo com a historiografia tradicional, coube a fama de inventor do rádio ao italiano Guglielmo Marconi, porém, dois anos antes, o brasileiro Roberto Landell de Moura já testava seus equipamentos em Porto Alegre, realizando e obtendo os mesmos resultados de Marconi, ou seja, transmitindo sinais a longa distância sem fio. No entanto, o padre Landell de Moura conseguiu comprovar publicamente seu invento apenas no ano de 1900, dando margem para que o italiano ficasse conhecido mundialmente como inventor do rádio (CÉSAR, 2005, p. 12).

Antes das experiências de Guglielmo Marconi, realizadas perto de Bolonha em 1895, Landell de Moura já fazia espantosos testes de transmissão e recepção de voz, sem fio, a uma distância de cerca de oito quilômetros. Suas experiências foram realizadas em São Paulo, da Avenida Paulista para Alto de Santana, nos anos de 1893 e 1894. Ele havia patenteado a invenção nos Estados Unidos da América (EUA) no começo do século XX. Logo que retornou ao Brasil, os jornais da época lhe davam oportunidade para descrever suas invenções na transmissão do rádio.

De acordo com Ferrareto (2001), a primeira transmissão radiofônica comprovada e eficiente ocorreu na noite de 24 de dezembro de 1906, onde o canadense Reginald Aubrey Fessenden transmitiu o

som de um violino, trechos da Bíblia e uma gravação fonográfica. Já no Brasil, a primeira transmissão oficial tem como data 7 de setembro de 1922, com a divulgação de um discurso do presidente Epitácio Pessoa. Conforme aponta Ortriwano (1985), antes da transmissão no Rio de Janeiro, haviam experiências já realizadas por alguns amadores, existindo até documentos que provam que o rádio no Brasil, nasceu em Recife no dia 6 de abril de 1919, com um transmissor importado da França por Oscar Moreira Pinto que inaugurava então, a Rádio Clube de Pernambuco, que depois foi associada também a Augusto Pereira e João Cardoso Ayres.

Pode-se considerar a data de instalação da radiodifusão no Brasil como 20 de abril de 1923, quando começa a funcionar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A emissora foi fundada por Roquette Pinto e Henry Morize, que tentavam impor um selo educativo. Em contrapartida, os aparelhos receptores eram muito caros, o que acabava o tornando um meio da elite, não da massa. Uma prova disso são as pessoas que costumavam buscar aparelhos receptores no exterior para baratear um pouco o custo do mesmo (ORTRIWANO, 1985. p. 27).

Muito se dizia que a televisão, inaugurada no país em 1950, iria fazer com que o rádio se tornasse ultrapassado e até mesmo extinto. No entanto, não foi isso o que ocorreu, o meio, assim como a Teledifusão, seguiu seus rumos de desenvolvimento. O rádio continua inovando constantemente, de um modo geral (tecnologias e recursos humanos) entregando seus produtos e serviços da forma que o consumidor deseja e buscando assim, um maior incremento de faturamento e disputando fortemente a corrida por audiência.

Para César (2005), desde sua emergência até sua atualidade os meios de comunicação como a imprensa, telégrafo, cinema, rádio e televisão sempre buscaram se adaptar a seu público consumidor, pois “[...] o que se depreende é que em toda e qualquer época o ser humano tem como característica essencial para a sua sobrevivência a necessidade de transmitir conhecimento” (CÉSAR, 2005, p. 87). A partir dessa visão, o ser humano acaba utilizando as tecnologias ao seu favor para que o conhecimento se torne possível.

Corroborando com estas análises, César (2005) define o rádio como um meio de comunicação de massa que se utilizando de ondas eletromagnéticas atinge um público numeroso, anônimo e heterogêneo, denominado audiência. Segundo o autor, sua audiência é anônima por conta de o comunicador não saber individualmente onde está cada um de seus ouvintes e, seu público ouvinte é heterogêneo por conta da

capacidade de captar pessoas de diversas classes sociais, com diferentes necessidades. Já para Ferrareto (2001, p. 59) a emissora de rádio é considerada uma prestadora de serviço que dispõe de “[...] informação e entretenimento à sua clientela, o público. Comercial, educativa ou comunitária, tem de se enquadrar em uma determinada legislação” e seu estilo normalmente varia de acordo com o público alvo selecionado.

A mensagem transmitida pelo rádio também é definida com base no público que a emissora quer atingir. A escolha desse público é dada de acordo com a classe social, faixa etária, hábitos de consumo, entre outras informações relevantes ao ouvinte, que por sua vez, não responde imediatamente a mensagem transmitida. Além disso, muitas pessoas podem receber a mesma mensagem ao mesmo tempo tornando a recepção simultânea. De acordo com a percepção de Mustafá (2009, p. 32) “Muitas pessoas viam no rádio a possibilidade de entreter a comunidade, tocando músicas e produzindo programas de auditórios e humorísticos. Alguns sabiam que podiam dominar os seus ouvintes com palavras, usando diferentes discursos.”

Quanto ao conteúdo e a forma da mensagem radiofônica, há uma ausência de contato visual, o que requer uma melhor audição por parte do ouvinte e uma fala mais adequada por parte do locutor. Sendo assim, Ferrareto (2001, p. 25), discute mais alguns pontos de atenção em relação à temática, tais como:

O conteúdo e a forma da mensagem radiofônica, pela ausência de alguns elementos e presença de outros, são condicionados basicamente por seis fatores: a capacidade auditiva do receptor, a linguagem radiofônica, a tecnologia de transmissão e recepção empregada, a fugacidade, os tipos de público e as formas de recepção.

Os horários chamados de pico (aqueles em que a programação é mais consumida, ou seja, possui o maior número de ouvintes em determinada programação), são horários que atingem um maior número de ouvintes, tornando assim, horários de fácil comercialização de espaço. “A audiência é alta nesses horários em que as pessoas ficam sintonizadas no rádio enquanto estão no trânsito da cidade, [...] de casa para o trabalho e vice-versa” (SHAYER, 2002, p. 42). Comercialmente, o rádio possui um baixo custo, o que facilita a comercialização dos serviços. Quanto aos recursos financeiros das emissoras de rádio, entende-se que estes são derivados da venda de espaços comerciais, muitas vezes patrocinando programas ou inserindo mídia avulsa com tempos diferenciados, além de muitas outras maneiras. Ainda se

tratando da temática comercial, o rádio requer pouco investimento em termos absolutos para a transmissão da mensagem. Em contrapartida, requer uma maior frequência do comercial no ar devido a sua baixa cobertura por mensagem e a baixa rotação de estoque.

O rádio tem como ponto forte a capacidade de atrair a atenção do ouvinte enquanto está em movimento, ou seja, o ouvinte não precisa necessariamente ficar sentado no sofá para ouvir a rádio como em outros veículos de comunicação (televisão). Um exemplo dessa afirmação está em uma característica bastante comum do ouvinte de dirigir e ouvir rádio ao mesmo tempo. Em compensação, isso acaba fazendo com que o rádio não atraia atenção integral do seu público, que desenvolve certa dificuldade na criação de materiais comerciais, mostrando cada vez mais a importância de comerciais criativos e envolventes ao seu público alvo (SHAVER, 2002).

Outros apontam que pessoas ouvem mais rádio do que assistem televisão. Isso se dá por conta da portabilidade do rádio, ou seja, ele pode ser transportado a qualquer lugar, em qualquer momento. “O ouvinte escuta a programação enquanto está fazendo outras coisas: trabalhando, dirigindo, deslocando-se, comendo, tomando banho, descansando ou até mesmo dormindo” (CÉSAR, 2005, p. 75). Além disso, existe uma rapidez na colocação da mensagem, podendo entrar no ar instantaneamente por conta do seu imediatismo.

É importante destacar a capacidade do rádio em se complementar a outros meios de comunicação. “No aspecto exclusivamente jornalístico, o senso comum diz que o rádio tem a possibilidade de informar o fato no momento em que ele ocorre e direto do chamado palco de ação deste acontecimento” (FERRARETO, 2001, p. 46). Ou seja, o que diferencia o rádio da televisão é a instantaneidade na informação. Já a televisão, seguindo a mesma linha de raciocínio, aborda a notícia inserindo a imagem. Enquanto isso, os meios impressos trazem a notícia detalhada no dia seguinte, o jornal de forma quantitativa e a revista, qualitativa (FERRARETO, 2001).

Com as mudanças e a velocidade nas informações, principalmente quando se trata de comunicação e economia, o que leva a uma série de melhorias tecnológicas que aproximam as pessoas e promovem a conexão entre países, empresas e corporações de todos os tipos. Nesse momento, vê-se – com urgência – a necessidade de valorização do rádio diante desse processo crescente, pois este meio de comunicação tende a estar sempre presente na rotina da população e como meio de fácil acesso fazendo parte do conjunto de utensílios de

todo cidadão. “No mundo todo as coisas são assim, rápidas, instantâneas e dinâmicas. A comunicação corre atrás dos fatos e acontecimentos com a velocidade de uma tecnologia que cresce a cada momento” (CÉSAR, 2005, p. 35).

O fim do rádio é questionado desde o surgimento da televisão em meados do século XX. Ao longo do tempo, é evidenciado que tal pensamento não passa de uma precipitação por parte dos indivíduos que afirmam a extinção do rádio. A proporção dessa afirmação se torna ainda maior com a popularização da internet, que coloca à prova todas as capacidades dessa mídia tradicional. Atualmente, vive-se uma era de mudanças tecnológicas. Para os pensadores Abdalla Júnior e Ramos (2005, p. 119) “estamos às portas da implantação de uma nova plataforma tecnológica, a do rádio digital, para qual são apresentadas as características das tecnologias existentes”. Em consequência dessas mudanças, os meios de comunicação sofrem alterações em grande proporção e chegam a abordar questões culturais e sociais. Toda vez que esse tipo de alteração tecnológica acontece “abrem-se as esperanças para que profundas mudanças sociais venham acompanhar as mudanças tecnológicas” (ABDALLA JÚNIOR; RAMOS, 2005, p. 119).

Prado (1989), destaca o rádio como o “sistema de distribuição de mensagens mais extenso, ágil e barato com que conta a sociedade atual”. Também é considerado um meio que utiliza o esquema clássico de comunicação: emissor-meio-receptor, onde o locutor – também conhecido como comunicador – utiliza os microfones do meio de comunicação chamado rádio para levar uma mensagem ao receptor, que nesse caso, é a audiência.

No sistema analógico, assim classificado por Rodrigues (2008), temos uma espécie de sinal contínuo que varia em função do tempo. A continuidade do sinal vem da origem da palavra analogia, que significa pontos de semelhança entre coisas diferentes. Esse sinal analógico acaba proporcionando ao rádio um som abafado, com algumas distorções e também com uma grande possibilidade de interferências, como os ruídos e as invasões clandestinas na mensagem transmitida. Conforme já destacado por César (2005), o início do rádio analógico no Brasil é marcado com o surgimento do meio, mas somente foi em 1931 – época em que o Brasil era presidido por Getúlio Vargas – que o governo autorizou a propaganda no meio. Inicialmente, o rádio tinha característica cultural e não comercial, tornando esse momento, uma fase experimental do rádio. Para a maioria da população o rádio era um sonho distante: os aparelhos receptores eram caros, o que os tornavam

privilégio da elite. Sua programação era composta por músicas clássicas, apresentações de cantores ao vivo, algumas notícias lidas de jornais e declamação de versos.

Neste contexto, segundo Ferraretto (2001), emissoras surgiam e desapareciam a todo o momento. Para sobreviver, algumas emissoras adotaram o sistema de Rádio Sociedade, no qual possuíam associados que colaboravam com uma quantia por mês. “A primeira dessas associações a transmitir efetivamente, embora sem frequência ou continuidade, foi o Rádio Clube de Pernambuco, em Recife” (FERRARETO, 2001, p. 98).

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela influência norte-americana no Brasil e, muito do que se fez aqui foi espelhado na programação do rádio nos Estados Unidos, alguns exemplos dessa inspiração norte-americana são as maneiras de como eram produzidos as propagandas e o uso dos nomes de patrocinadores em programas. “Ainda em 1940 estouram as radionovelas, que atraem ouvintes e patrocinadores.” (CÉSAR, 2005, p. 44). Quanto à questão da programação nesse período, referente aos estilos musicais, Kischinhevsky (2007, p. 16) discorre:

Em pouco tempo, o rádio abria o leque de sua programação, deixando de ser uma “caixa de música” para trazer às “massas” a chamada “música popular”. Não foi um processo simples: passaram-se anos até que o samba, a marcha, o frevo, a moda, o choro e outros estilos musicais extremamente heterogêneos – na maioria herdeiros de tradições que vinham do século XIX, com o cruzamento dos lundus de escravos e de ritmos europeus, como fado, polca, valsa – se afirmassem como a Música Popular Brasileira.

Com essas evoluções que o rádio estava passando, exigia-se mais profissionalismo por parte dos envolvidos diretamente com o meio. Já as radionovelas, passaram a conquistar “uma audiência cativa e inicia uma nova maneira de fazer propaganda: as promoções e o merchandising” (CÉSAR, 2005, p. 97). Ainda nesse período, testam-se novos formatos que vinham além do spot, do jingle e do patrocínio. Os programas começaram a ser preparados com antecedência e havia uma distribuição da programação com horários fixos (CÉSAR, 2005).

Após o sucesso das radionovelas, surgiram os programas em auditórios com comediantes e atores no elenco, além de sorteios de artigos oferecidos pelos patrocinadores. Como, por exemplo, produtos

de limpeza e brindes das grandes companhias americanas anunciantes no meio (KISCHINHEVSKY, 2007). O sucesso dos programas de auditório foi evidente, visto que muitas pessoas deixavam seus afazeres de lado para se divertir com esse novo estilo de programação.

Ao longo dos tempos, o rádio analógico passou a exercer um papel mais jornalístico, com participações de figuras importantes da política brasileira. Assim, o ouvinte – até então acostumado com o entretenimento – passou a se interessar também, aos poucos, por questões políticas. “Apesar da popularidade dos programas de auditório e radionovelas, as emissoras viviam sob a censura e requisição de horários para a divulgação de propaganda política governamental” (CAPARELLI, 1982, p. 81). Esse período de grande sucesso do rádio é conhecido como “Anos Dourados”, que conta também com o surgimento do programa “Voz do Brasil”.

Em 1950, justamente nos “Anos Dourados” do rádio, é inaugurada a televisão, que começava a abalar a hegemonia das rádios nacionais, conforme César (2005, p. 199):

Os principais motivos de preocupação eram os seguintes: a televisão tirava – no caso de empresas proprietárias de rádio e televisão – os recursos para sua implantação; levava os principais talentos do rádio para administrar e produzir sua programação; ficava com parte das verbas publicitárias existentes na época. Nos dois primeiros casos, os prejuízos ao rádio, causados pela televisão, foram bastante significativos e pesaram muito para que, a partir da segunda metade da década de 1950, o rádio entrasse em declínio e vivesse sua fase de grande desânimo.

O surgimento da televisão é o primeiro passo para a transformação do rádio. Porém, quem iniciou os questionamentos referentes à extinção do rádio a partir do surgimento da televisão foram os profissionais diretamente envolvidos com o rádio, se colocando numa situação de risco e facilitando ainda mais a liderança da televisão. Já na década de 70, as emissoras de rádio sentiram a necessidade de oferecer ao ouvinte um produto tecnicamente mais refinado que, novamente, com o auxílio da tecnologia, permitiu criar um serviço de radiodifusão sonora resistente às interferências atmosféricas e com capacidade de transmitir sinais de áudio com ótima qualidade. Esse sistema é baseado em um antigo conceito proposto por Edwin Armstrong em 1933, conhecido como Frequência Modulada, ou simplesmente, FM. A qualidade de transmissão aliada a uma pequena área de cobertura fez das rádios FM

as líderes de audiência nos centros urbanos mais desenvolvidos, levando as rádios Amplitude Média (AM) para a zona rural (KISCHINHEVSKY, 2007).

Com essas adaptações, viu-se o dever em diminuir os valores dos equipamentos receptores. “Isso fez que o Brasil chegasse ao final da década com mais de 85% da população brasileira tendo fácil acesso ao rádio, marca sequer atingida no seu período de maior prestígio” (CÉSAR, 2005, p. 204). Ou seja, além do valor de aparelhos receptores mais acessíveis à população, tinha-se a opção de captar a nova frequência modulada (FM) em aparelhos que também conseguiam captar a antiga amplitude modulada (AM).

Na região de Criciúma, a rádio *Eldorado* foi fundada no ano de 1947 pelo empresário Diomício Freitas. A rádio mantinha sua posição de vanguarda, com programação que começaria a esboçar o padrão da época, com o rádio jornalismo dominando as manhãs. À tarde, ainda predominava o entretenimento, mas já com um espaço para noticiários. Diomício Freitas, empresário natural de do município de Orleans em Santa Catarina, foi importante figura política local circulando entre os mais diferentes círculos de poder. Membro da Aliança Liberal junto com o Nereu Ramos, participou na Revolução de 1930, integrado no Batalhão Osvaldo Aranha. No início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornou-se gerente das empreiteiras Carbonífera Barracão e Carbonífera Ouro Fino. Diomício se associou a Santos Guglielmi — no que seria a origem do Grupo Freitas-Guglielmi — e adquiriu a concessão da Carbonífera Caeté na década de 40 realizando a extração de carvão mineral, posteriormente, adquiriu também a concessão da Carbonífera Visconde de Taunay, da qual já era diretor, e cujo nome foi alterado para Carbonífera Cocal. Em 1945 se filiou à União Democrática Nacional (UDN). Diomício Freitas iniciou a sua trajetória política após assumir cargos importantes na área dos negócios, ganhando poder, respeito e forças para se dedicar cada vez mais na área política, presidindo o Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão e a Associação Nacional dos Fabricantes de Azulejos, e foi conselheiro de uma companhia de investimento. No próximo capítulo abordaremos de forma mais detalhada sua trajetória de vida, já que ele é um dos elementos centrais desta pesquisa.

Seguindo a tendência de interesses políticos locais, a Rádio Difusora de Criciúma nasceu pelas mãos do ex-governador e ex-deputado federal Doucel de Andrade do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pessoa da íntima confiança do então Vice-Presidente da

República João Goulart. A rádio teve a sua fundação em 1961, sob a coordenação do Addo Vânio de Aquino Faraco. Addo era filho e neto de políticos e foi dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro em Criciúma e deputado estadual. Apoiava a luta dos mineiros do carvão e era apoiado pelos Sindicatos de Criciúma. Addo também era ex-agente do extinto Instituto de Aposentadorias e Pensões dos empregados de Transporte e Cargas (IAPETC).

A Rádio Difusora possuía fortes ligações políticas, e era utilizado em maior escala por políticos na tentativa de propagar os interesses próprios. A Difusora possuía ainda dois interesses, o primeiro voltado para a política com os partidos de esquerda, outro, em se tornar uma rádio popular, atingindo todas as classes sociais, uma vez que o rádio é um meio de comunicação de massas. O *slogan* da Difusora se baseava na ideia de que era a rádio do trabalhador e com isso, procurava se aproximar dos seus ouvintes na tentativa de lhes arrebatá-lo de sua concorrente, a rádio Eldorado.

Com a queda de João Goulart, a Difusora sofreu restrições no seu funcionamento, passando a pertencer ao deputado estadual Antônio Guglielmi Sobrinho e Fidélis Barata, ambos com ligação a elite mineradora. Ainda com relação a queda de João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, a imprensa defendeu a posse de Goulart, mesmo não demonstrando confiança na sua capacidade de governar o país. Nesse período, a imprensa ainda se pautava por um comportamento partidário, ou seja, refletia os interesses ideológicos dos partidos políticos, embora não fosse sustentada por eles. O debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação. Após a derrubada de Goulart, foi implantada a censura aos meios de comunicação e teve início a perseguição às lideranças políticas, sindicais e intelectuais. Algumas rádios, como a própria Difusora, começaram imediatamente a se distanciar dos novos detentores do poder e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelos militares. Em 1977, um incêndio destruiu a Rádio Difusora, que voltou ao ar no dia seguinte com aparelhos cedidos pela Eldorado. Embora houvesse ainda uma forte concorrência, as emissoras mantinham interesses entre si, como, por exemplo, impossibilitar a entrada de uma nova rádio como concorrente. A Difusora deixou de existir no final de outubro de 1977 e, devido a questões burocráticas, houve o afastamento do antigo proprietário Vânio de Aquino Faraco. Com isso, a Eldorado se tornou a principal estação de rádio da cidade, ao menos até o início dos

anos 90, estabelecendo-se como a única emissora de rádio AM de Criciúma. Ainda em relação aos interesses em torno da rádio AM na região, os Freitas possuíam a intenção de se tornarem os únicos neste dial. Pois, chegava nas diversas residências da região cricumense, gerando assim, maior poder de alcance, e conseqüentemente, um maior número de pessoas impactadas com as suas informações e ponto de vista.

Ao longo da sua história, segundo César (2005), o rádio cumpriu diversos papéis importantes e atendeu a variados interesses da população. Além disso, a tecnologia sempre propôs ao rádio a necessidade de evolução, onde o meio teve que se adaptar “à mudanças dos tempos e hoje alcança a marca de mais de 145 milhões de ouvintes, contra cerca de 105 milhões de telespectadores e, no máximo, 16 milhões de leitores de jornais e revistas”, no Brasil. No próximo capítulo, buscaremos demarcar e analisar a estruturação da família Freitas em torno dos meios de comunicação, resultando na formação da Rede Catarinense Eldorado, iniciada com a aquisição de uma estação de rádio, como vimos anteriormente.

3. ASCENÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO GRUPO FREITAS EM SANTA CATARINA: DE MINERADORES A EMPRESÁRIOS DA MÍDIA

Foi no governo de Vargas que a indústria de carvão do sul catarinense ganhou fôlego; a partir de 1930, com grandes incentivos do governo federal. Teixeira fala que o sonho dos mineradores catarinenses se concretizaria, durante os anos Vargas, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1945 e do complexo carbonífero implantado na região (TEIXEIRA, 1996).

De acordo com Silveira (2004), o impulso do carvão gerou fortes transformações no sul catarinense, principalmente nos períodos das duas Grandes Guerras, quando a importação de carvão da Europa fora interrompida. Neste momento, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda; a política de substituição de importações; o incentivo do governo à extração de carvão com a implantação da obrigatoriedade de consumo de 10% em 1931 e 20% em 1940; o Plano de Metas (1956/61) e; o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1974/78), com os investimentos em setores básicos da economia brasileira, garantiam a sobrevivência e a expansão da economia Carbonífera do Sul, originando os principais capitais locais (Gaidzinski, Búrigo, Guglielme, Diomício Freitas, entre outros).

Este período foi marcado pelo empoderamento das famílias proprietárias das empresas carboníferas, que além de possuírem uma grande força econômica e política na região, eram detentoras de meios de comunicação e controlavam a imprensa local. Desta forma, o Grupo Freitas começou a ganhar mais destaque, força e com isso, mais notoriedade, o que os levou a expandir os seus negócios e fortalecer o seu nome no estado. Neste capítulo, abordaremos a consolidação da família Freitas como um importante elemento político e econômico local, focalizando na trajetória de Diomício Freitas e até a expansão de seus negócios para o ramo de comunicação.

3.1. DIOMÍCIO FREITAS: ASPECTOS DE UMA TRAJETÓRIA DE VIDA

Filho de Manuel Delfino de Freitas e de Maria Benvinda de Freitas, Diomício Freitas era natural do município de Orleans em Santa Catarina, onde nasceu no dia 19 de abril de 1911. Concluiu seus estudos primários aos 13 anos de idade, iniciando sua vida laboral como

praticante de telégrafo na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. Os telégrafos eram instrumentos fundamentais na comunicação das ferrovias, principalmente por questões de segurança, pois era por meio deles que as estações férreas se comunicavam para seguir viagem em direção a estação seguinte, já que tinham que aguardar essa autorização para evitar que mais de um trem estivesse na mesma linha. Diomício se manteve durante 17 anos nessa companhia, na qual posteriormente passaria do cargo de telegrafista para o de agente de estação de primeira classe. O agente era responsável por auxiliar passageiros com dúvidas sobre o itinerário e garantir a segurança e integridade dentro das estações, zelando pelo bom funcionamento do sistema ferroviário.

Posteriormente e já no ano de 1929, integrou o movimento político chamado de Aliança Liberal (AL), iniciando suas relações com a já consolidada figura política de Nereu Ramos, importante representante das elites catarinenses. De acordo com João Henrique Zanelatto (2012), em Santa Catarina a Aliança Liberal representou a reorganização do sistema político estadual consolidando a posição da família Ramos como oposição aos tradicionais representantes da Primeira República, defendendo o nome de Getúlio Vargas à Presidência da República e contra a do candidato governista Júlio Prestes. Neste emaranhado político a figura de Nereu Ramos, membro da Aliança Liberal, ganha destaque em todo o Estado espraiando e interiorizando sua zona de influência em distintas regiões de Santa Catarina. Conforme afirmam Walter Fernando Piazza (1984) e Carlos Humberto Correa (1984), a instalação do regime republicano em Santa Catarina culmina com a ascensão ao poder público estadual de uma nova leva de políticos que, sob a legenda do Partido Republicano, passaram a controlar os rumos da administração pública durante toda a Primeira República. A ruptura entre esses políticos e o Partido Republicano só viria acontecer de fato no início dos anos 1920 com a fundação, por Nereu Ramos, da Reação Republicana em 1921; posteriormente, com o Partido Liberal Catarinense, em 1927, atingindo seu ponto alto com a Aliança Liberal em 1929. Foi por meio desta relação que Diomício Freitas se integrou a vida política do Estado, iniciando sua trajetória como controversa figura política do sul de Santa Catarina. De acordo com o historiador João Henrique Zanelatto (2012, p. 54):

A morte de Hercílio Luz, em 1924, e de Lauro Müller, em 1926, abriu um espaço para as novas lideranças que já vinham se configurando havia algum tempo. Do Vale do Itajaí, a família Konder,

e, de Lages, os Ramos. Os Ramos, juntamente com Henrique Rupp Júnior, fundaram a Aliança Liberal em 1929, ligada ao grupo gaúcho Vargas, provocando a quarta cisão no Partido Republicano Catarinense, deflagrando um conflito entre as famílias.

Durante Revolução de 1930 e envolvido na questão política local, o nosso personagem fez parte do Batalhão Osvaldo Aranha, que integrava a chamada Coluna do Litoral. Comandada pelo general Ptolomeu Assis Brasil, a coluna partiu do Rio Grande do Sul nos primeiros dias de outubro de 1930, tomando as cidades de Araranguá, Criciúma, Urussanga, Tubarão, Laguna, Imbituba, Garopaba, Palhoça e São José em nomes das forças aliadas a Getúlio Vargas (NUNES, 2009). Ainda com relação a Revolução de 30, pode-se dizer que foi um movimento iniciado em 03 de outubro de 1930, liderado por Getúlio Vargas e chefiado militarmente pelo Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Comandava políticos e militares saídos do estado do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais tendo o objetivo de chegar a cidade do Rio de Janeiro (na época era a capital federal do país), para depor o então presidente Washington Luiz. Os motivos principais da intitulada “Marcha Revolucionária” (como também foi conhecida) era o rompimento da chamada política do café com leite, que culminou com a eleição de Júlio Prestes. Além do fator político, o país passava por uma grave crise financeira desencadeada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque nos Estados Unidos, que atingiu em cheio a frágil economia brasileira já que o referido país era o principal comprador de café exportado pelo Brasil.

De acordo com Carlos Humberto Correa (1984), algumas das principais cidades do estado como Porto União, Lages, Joinville, Blumenau, Tubarão e Araranguá testemunharam os deslocamentos dos rebeldes (também conhecidos como lençóis vermelhos) e tiveram suas áreas ocupadas por acampamentos, acessos bloqueados e comunicações interrompidas. No que tange a adesão do movimento por parte da população destas cidades não existem números claros já que na mesma proporção que os cidadãos eram contra esse movimento, outro tanto deles eram a favor, prestando solidariedade aos rebeldes por meio da disponibilidade de moradia e comida.

O objetivo dos insurgentes era chegar ao centro do país e, desta forma, as tropas se dividiram para avançar no seu objetivo. Um comboio avançou de trem pela cidade de Porto União para adentrar no Paraná, enquanto o outro comboio tinha o objetivo de se aproximar da capital

Florianópolis. Ainda de acordo com Karla Leonora Dahse Nunes (2009), o movimento se tornou vitorioso em 24 de outubro de 1930 e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório em 03 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 e, fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.

Frente a estas mudanças políticas e já gozando de certo prestígio no espaço local, que o levava a circular entre as mais distintas esferas de poder, com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Diomício Freitas se tornou gerente das empreiteiras Carbonífera Barracão e Carbonífera Ouro Fino, importantes mineradoras da Região Carbonífera Catarinense. Em 1944, associou-se a Santos Guglielmi, no que seria a origem do futuro Grupo Freitas-Guglielmi, na venda de “moinha”, considerada como um rejeito do carvão. Em outubro do mesmo ano, o grupo adquiriu a concessão da Carbonífera Caeté, sediada no município de Urussanga (SC). De acordo Belolli, Quadro e Guidi (2002), já na década de 50, Grupo Freitas-Guglielmi adquiriu a Carbonífera Cocal, que possuía uma boca de mina em Cocal do Sul e outra em Criciúma. Com a grande demanda pela extração no período Pós-Guerra, o carvão passou a se acumular nos pátios das minas, pois não existiam na época, navios para realizar estes transportes para a região sudeste do país, maior consumidora do insumo do período. A solução encontrada pelo grupo, assim como já praticado por outras carboníferas, foi de adquirir seus próprios navios para realizar este movimento para escoar a produção acumulada.

Na época, o capital disponível não era suficiente, fazendo com que os mesmos recorressem aos bancos visando conseguir um empréstimo para este investimento. Ao recorrer ao Banco de Indústria e Comércio do Estado de Santa Catarina (INCO), o empréstimo foi concedido e a compra de dois navios se tornou possível, sendo ambas as embarcações nominadas de Caeté e o Criciúma. Com a produção a todo o vapor em suas empresas, em pouco tempo, foi possível a compra de mais dois novos navios que foram chamados de Cocal e Orleans. No ano de 1956 uma concessão do Poder Executivo Federal, assinada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, autorizou a Carbonífera Caeté a lavrar carvão mineral no município de Criciúma, através do Decreto Nº 40.285, de cinco de novembro de 1956. Com a excelente produção na mineração, houve a fusão da carbonífera Caeté com a

Carbonífera Cocal, dando origem assim a Carbonífera Criciúma, pertencente ao mesmo grupo societário (BRASIL, 1956).

A família Guglielmi, parceira econômica e política dos Freitas, era descendente de imigrantes italianos e possuía como principais atividades o comércio, a agricultura e a pecuária. O primeiro contato da família Guglielmi com a indústria carbonífera ocorreu em 1912 por meio de Santos Guglielmi que, a pedido de José João Vasconcelos (João Mineirinho), começou a trabalhar em sua empreiteira¹ de carvão entre Urussanga Velha e Esplanada, na localidade de Rio Acima, atual município de Içara. Na empresa, inicialmente, Santos atuou na área administrativa, mas a sua experiência laboral na indústria teve curto tempo, pois logo ele precisou deixar o emprego para ajudar os negócios da sua família voltando a trabalhar junto ao seu pai. No decorrer do tempo, surgiu uma segunda oportunidade de trabalho com o seu tio Pedro Guglielmi que empreitava em uma pequena mineração. Essa mina ficava no bairro Napolini, em Criciúma, era conhecida como “Mina do Tonin” e extraía carvão para a Companhia Carbonífera Brasileira Araranguá (CBCA) (DIÁRIO CATARINENSE, 2010).

Em 1944, com os resultados positivos para a indústria carbonífera nacional ocasionada pelas restrições da Segunda Grande Guerra e com a experiência adquirida junto a família Guglielmi, Diomício Freitas adquiriu a concessão da Carbonífera Visconde de Taunay, da qual já era diretor, e cujo nome foi alterado para Carbonífera Cocal. Em 1945, afastando-se de Nereu Ramos, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN). Naquele momento a UDN representava, na política nacional, o principal partido na oposição ao Governo Federal. Neste sentido, a UDN surgiu como uma agremiação política capaz de fazer frente ao suposto populismo encarnado na figura de Vargas e de seus aliados políticos. Na arena partidária, ela refletiria a soma de avanços e recuos na temática liberal, a singular atração/repulsão pelo poder, o confronto entre a constante elitista e a tentação populista. Assim, “Havia duas direitas antidemocráticas aninhadas na UDN: uma que detestava a herança varguista e aspirava a ditadura militar por motivos políticos, e outra que tendia também para a ditadura militar, mas por reacionarismo econômico e hostilidade ao progresso social.” (FRANCO, 1964, s/p

¹Podemos definir aqui o termo empreiteira como as pequenas empresas que muitas vezes sem registro, atuavam na exploração do carvão prestando serviços a outras mineradoras, no que atualmente poderíamos definir como processo de terceirização do trabalho.

apud BENEVIDES, 1981, p. 5). Nesta mesma ótica, argumenta Maria Victória Benevides (1981, p. 06):

As questões se impõem, quer pelo lado da crônica política, quer pelo lado da análise sociológica. No primeiro caso, a escolha dos fatos decorre de sua vinculação possível com as expressões consolidadas como "partido dos cartolas", partido do anti-getulismo, partido do golpe, partido dos bacharéis, partido dos moralistas, "partido das vivandeiras dos quartéis", etc. No segundo caso, trata-se de apontar, nos fatos, a evidência ou não das afirmações sobre "o partido das classes médias", sobre a ambiguidade programática e a penúria ideológica e sobre a inviabilidade dos partidos nacionais (seriam mesmo "ficções legais"?).

Desta forma A UDN, tornou-se o principal partido de oposição a todos os Presidentes da República, exceto a Jânio Quadros. Suas bases sociais incluíam setores das elites agrárias e grupos importantes das classes médias urbanas, das quais Diomício Freitas seria fiel representante no sul de Santa Catarina. Em 1950, visando se inserir no ramo dos transportes do carvão, a partir dos portos de Santa Catarina, seu grupo criou a empresa de navegação chamada de Navegação Catarinense (Navecal). Adquiriu também – além de empresas em ramos variados – a Carbonífera Metropolitana, detentora na época da maior reserva de carvão de Santa Catarina. A Carbonífera Metropolitana foi fundada em 04 de janeiro de 1891, inicialmente, chamada Companhia Colonizadora Metropolitana na região de Nova Veneza, possuindo em sua direção Miguel Nápoli. De acordo com informações da empresa, em 1894, um ano após o Governo Federal já ter inaugurado oficialmente a Colônia de Nova Veneza, a Companhia Metropolitana S.A. iniciava a diversificação de suas atividades. De colonizadora e vendedora de terras passou a explorar de maneira ainda incipiente o carvão mineral na região Sul do estado Catarinense, e na sequência, em 1941, a empresa iniciou a extração de carvão mineral, além de ter o seu nome modificado, nascendo então a Carbonífera Metropolitana Ltda. As minas foram abertas por famílias de imigrantes em suas propriedades, sendo assim, logo, davam o nome a mina da família responsável, na década de 40, existiam minas chamadas Zanette, Colombo, De Brida, Colonial, Bratti e Moretti.

Ainda no início da década de 40 e a crescente demanda pelo carvão brasileiro, garantido por um conjunto de legislações que

assegurava a exclusividade de consumo em todo o território nacional o carvão criciumense passou a ser consumido nos principais centros industriais nacionais. No que se refere ao conjunto de legislações que ampararam e garantiram o consumo do carvão criciumense destacamos Decreto-Lei nº 3.605 de 10 de setembro de 1941, que reservava ao país boa parte da produção carbonífera “Considerando a conveniência de assegurar ao mercado interno o suprimento de tais necessidades” (BRASIL, 1941, p. 1). Com o recrudescimento da guerra, em 25 de agosto de 1942, o Governo instituiu o Decreto-Lei nº 4.613, tendo como medida emergencial a entrega obrigatória do carvão produzido no País ao Governo Federal (BRASIL, 1942).

De acordo com Belolli, Quadro e Guidi (2002), por não encontrar um setor organizado, em razão da situação excepcional vivida pelo País, o Governo sentiu a necessidade de criar um organismo destinado a controlar a política do carvão, desde a produção, transporte, consumo, formação de estoques, até preços. Por essa razão, o Governo baixou o Decreto nº 5.964 3 de novembro de 1943 encarregando a comissão de Marinha Mercante a tomar as providências necessárias, “enquanto durasse o estado de guerra” (BRASIL, 1943). Coube, portanto, a essa comissão a incumbência da distribuição do carvão mineral aos órgãos públicos indicados pelo próprio Governo, através da recém-criada Coordenação de Mobilização Econômica. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a extração do carvão mineral se tornou um elemento de segurança nacional e, para assegurar o desenvolvimento da indústria de base, a União baixou o Decreto-Lei nº 4.613, de 1942, que obrigava as empresas carboníferas a entregarem 75% de sua produção de carvão a CSN. Os 25% restantes poderiam ser comercializados livremente pelas companhias. No ano seguinte, com o recrudescimento da Guerra é baixado de forma emergencial, um novo Decreto-Lei, nº 5.964, em 3 de novembro de 1943. Este estabeleceu que a partir daquela data todo o carvão metalúrgico produzido em Santa Catarina seria reservado exclusivamente para atender a demanda da Usina de Volta Redonda, cabendo somente a CSN comercializar o excedente.

Além das leis e decretos reguladores, com relação à produção e distribuição do carvão nacional, inúmeros documentos interagem entre os ministérios e autarquias governamentais. Suas ações repercutiram diretamente nos assuntos da indústria carbonífera, envolvendo também, todos os meios de transportes do Sul do Estado de Santa Catarina, entre os quais se destacam os portos de Laguna e Imbituba e a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina. Desta forma, a esses mecanismos foram

destinados importantes investimentos financeiros para a sua modernização, a fim de atender o “esforço de guerra” implementado pelo Governo.

Foi nesta segunda metade dos anos 50, em 1957, que Santos Guglielmi decidiu trazer a sua família para morar em Criciúma, uma cidade que impulsionada pela indústria do carvão mineral, e já era o principal município da região sul do estado, ultrapassando a cidade portuária de Laguna. Nesta década, a população em Criciúma estava em desenvolvimento e saltou de 37 para 62 mil habitantes (CARBONÍFERA METROPOLITANA, 2017).

Em 1º de Julho de 1959, Diomício Freitas e Santos Guglielmi fecham a compra da Carbonífera Metropolitana no Rio de Janeiro, pertencente até então ao empresário Milton Euvaldo Lodi. Até esta aquisição, a Metropolitana era uma mina de encosta e plano inclinado. Neste mesmo ano, foi construído o Poço 1 da Carbonífera Metropolitana. O Poço 1 tinha duas camadas: Barro Branco e mais embaixo a Irapuá – o carvão subia de gaiola. Entre os anos de 1959 a 1969 foram também adquiridas pelo Grupo as minas Colonial, De Brida e Rio Bonito. Ainda referente a 1959, Diomício Freitas em sociedade a Santos Guglielmi, decidem investir no Esporte Clube Metropol (fundado em 1945 e pertencia a Cia. Carbonífera Metropolitana), o clube, o que segundo o jornalista José da Silva, representou um novo período para o time (SILVA JÚNIOR, 1996, p. 42). O Esporte Clube Metropol teve a sua fundação, mais especificamente em 15 de novembro de 1945, e era composto por funcionários e operários da Carbonífera Metropolitana. De acordo com Corrêa (2007) com a compra do time por parte de Diomício Freitas e Santos Guglielmi, houve tentativa de “amenizar” os ânimos dos seus funcionários que constantemente ameaçavam entrar em greve.

O time foi levado tão a sério em relação ao investimento, treinamento, profissionalização e preparação que após alguns anos, ganhou destaque como pentacampeão catarinense, e ainda, bicampeão da Taça Sul Brasil, possuindo uma passagem na Europa. Dite Freitas, filho do Diomício Freitas, tornou-se patrono do time e de acordo com a revista O Futebol na Região Mineira:

Na época nós tínhamos por objetivo o conagraçamento dos funcionários da Metropolitana com a direção da empresa. Foi uma maneira de se aproximar dos trabalhadores. Acontece que em 59 houve uma grande greve na carbonífera. Foi uma greve que marcou muito, que deixou alguns

ressentimentos. Uma greve de 29 dias. Naquele tempo não existia Metropol profissional, só um time amador e fraco, que existia apenas no papel. Era um time sem qualquer expressão. E nós, quando assumimos a direção da empresa, prometemos investir no Metropol como meta principal na parte social. Em troca, pedimos o apoio dos funcionários para recuperar a empresa. Demos o Metropol como retribuição, portanto (FREITAS, 1988, p. 8 *apud* SOARES 2010, p. 20).

Com essas palavras, Dite, nos remete a imagem do Diomício como paternalista. Para Thompson (1998), o conceito de paternalismo é impreciso, pois recai sobre fenômenos díspares, no tempo e no espaço. Segundo a historiadora Margareth Rago (1985), as crescentes mobilizações do movimento operário fizeram com que o empresariado se unisse a fim de tomar decisões conjuntas mais eficazes e sistemáticas que coibissem os constantes protestos contra as péssimas condições de vida e de trabalho. Assim, era preciso criar estratégias que incidissem sobre o proletariado para além dos muros da fábrica, cercando-o também em seus momentos de não-trabalho.

Já no campo político, de acordo com Cabral (2006), em outubro de 1962, Diomício Freitas foi eleito primeiro suplente de deputado federal por Santa Catarina na legenda da UDN, assumindo o mandato em fevereiro de 1963. Durante a legislatura foi membro efetivo da Comissão de Transportes e suplente da Comissão de Finanças da Câmara. Em declarações prestadas na época, defendeu a intervenção moderada do Estado na economia, considerando que a ampliação do monopólio estatal só seria aceitável por imperativo da segurança nacional. Manifestou-se também, favoravelmente à reforma agrária e à reforma eleitoral, defendendo a desapropriação das terras mediante indenização prévia e pregando a adoção da cédula única, a instituição dos distritos eleitorais, a redução do número de partidos e limitação dos gastos com a propaganda eleitoral. Seu mandato encerrou em janeiro de 1967.

Em Criciúma, cidade sob sua forte influência política, Diomício Freitas foi adepto de políticas ainda mais conservadoras, principalmente, no que diz respeito aos trabalhadores do carvão e o sindicato local. De acordo com Miranda (2013), na cidade existiam alguns movimentos que iriam contra o golpe militar, e esses movimentos de oposição tinham como principal foco a concentração no Sindicato dos Mineiros de

Criciúma. Este sindicato possuía desde 1957 na formação de sua direção, militantes e membros do Partido Comunista Brasileiro-PCB, e sua presidência foi ocupada por Antônio José Parente e tinha a sua postura classificada de combativa (VOLPATO, 2001).

Segundo Lemos (2008), nas eleições de 1957, Criciúma definiria a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Carvão. Para esta eleição existiram três chapas inscritas e concorrentes entre si: a Chapa Um, liderada por João de Oliveira, mineiro da Mineração Geral do Brasil, localizada em Içara. A Chapa Dois, liderada por Antônio José Parente, que não era mineiro e, sim, eletricista da CBCA. E finalmente, a Chapa Três, liderada por Manoel Quintino. Após a votação, a apuração se deu na seguinte forma: a Chapa Um possuiu 297 votos; enquanto a Chapa Dois, 578; já a Chapa Três, atingiu 153. As seções eleitorais foram distribuídas em 11 locais distintos para facilitar a descentralização e o acesso aos eleitores.

Ainda de acordo com Lemos (2008), a Chapa Dois, liderada por Antônio Parente, foi a Chapa vencedora nas eleições de 1957 e essa chapa era tida como comunista pelas mídias locais que, na época, chegou a noticiar que a eleição poderia ser anulada. Essa anulação foi cogitada pelo motivo de acharem que a Chapa Dois teria sido beneficiada por Pedro Andrade, até então, atual presidente, que também não foi favorável o resultado das eleições de 1957, pois Pedro queria continuar na administração sindical e, Parente não o queria no Sindicato. Só após muita pressão, Pedro cedeu a Parente e o sindicato ficou com esta formação: como presidente Antônio Parente; como secretário Eugênio Ferreira e como tesoureiro Raul de Souza. Segundo Terezinha Gascho Volpato:

Foi nesse período compreendido entre os anos 1957 e 1964 que se formou um sindicato identificado socialmente com a luta e a resistência. Esta imagem de sindicato forte era partilhada pelos mineiros e pela população da região. O fortalecimento do grupo era avaliado principalmente pelo poder de compra dos salários. Na comparação entre vários períodos, há unanimidade em reconhecer aquele tempo de lutas como o período de grandes conquistas salariais (VOLPATO, 2001, p. 166).

Ainda segundo Miranda (2013), entre o período de 1957 e 1964, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma foi marcado por ter sido o responsável por uma série de greves que reivindicavam, entre outras

coisas, melhores condições de trabalho e melhores salários para a categoria. De acordo com Lemos (2008), em 1960 ocorreu uma das principais derrotas patronais encabeçadas pelo Sindicato dos Mineiros que reivindicava por melhores salários. A Carbonífera Metropolitana, nesse momento, já pertencia aos empresários e político Diomício Freitas e Santos Guglielmi. Os operários da Metropolitana, ao darem início a greve, contrariaram o líder operário Zelindro Serafim, que era vereador do Partido Trabalhista do Brasil (PTB), mas encontraram apoio por parte do presidente do sindicato, Antônio Parente (LEMOS, 2008).

A reação por parte dos empresários foi imediata e, sem perder tempo, demitiram as lideranças locais e, como os empresários detinham o poder político e econômico, nem os sindicalistas conseguiram manter em seus empregos tais lideranças. Este fato só reforçou a instável a relação entre trabalhadores, sindicatos e empresários. Lemos (2008), ainda relata que neste período, no bairro de Rio Maina, local de extração da Metropolitana, ocorreu a formação de uma associação de trabalhadores das minas da região. Esta associação era composta ao equivalente à metade da categoria, que se posicionavam em oposição à diretoria do sindicato. Essa associação possuía como mantenedores empresários da região como Diomício Freitas, representantes da Igreja como Padre Cizesk – que possuía ligação com a UDN – e também alguns grupos de trabalhadores que concorreram às eleições e haviam perdido.

Essa associação criada no distrito de Rio Maina (Sindicato dos Mineiros da Região de Rio Maina), pode ser considerada como uma exceção no país, pois ela viola a regra da unicidade sindical definida na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde 1943, possuindo como objetivo o enfraquecimento do sindicato de Criciúma. Para tal exceção, foi fundamental a influência do deputado federal Diomício Freitas na elaboração da carta sindical, além de membros do alto clero da igreja católica junto ao Ministério do Trabalho (MT), de acordo com o noticiado no jornal:

Teria o Presidente João Goulart – em entrevista com Doutel de Andrade – se mostrado incomodado com a divisão do operariado de Criciúma e inclusive com a pluralidade sindical. Por outro lado, para transformar a Associação de Rio Maina em Sindicato, seguiram para o Rio de Janeiro diversos líderes operários, acompanhados do Bispo Dom Anselmo Pietrulla, com o objetivo, também, de conseguir aumento salarial para a

classe. Para alcançar tais finalidades, lançariam mão da influência do Arcebispo de São Paulo junto ao Ministro Franco Montoro, bem como a ascendência do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara sobre o Presidente (JORNAL DE CRICIUMA, 1961, p. 6).

A citação acima indica como a Igreja deixou em evidência as suas intenções relacionadas à luta operária, e também, o seu desejo de afastar as forças militantes e que possuíam ligações ao Partido Comunista e ao PTB. A partir do ano de 1969 o Grupo Freitas-Guglielmi passou a se chamar de Grupo Freitas – mantendo a propriedade exclusiva da Carbonífera Criciúma – adquirindo e desenvolvendo várias empresas em diversos segmentos de atuação como na área da mineração, da construção, da hotelaria, do reflorestamento, da agropecuária e da indústria de cerâmica, totalizando em sua abrangência, como Grupo Freitas, 22 companhias.

Um importante empreendimento do Grupo Freitas foi a Industrial Conventos S/A, companhia dirigida a fabricação de equipamentos para as indústrias cerâmicas e que recebeu no ano de 1977 o prêmio Qualidade do Brasil entregue, na época, pela Internacional Prêmio *Partner Importers* por ter se destacado como empresa do setor cerâmico que apresentou melhor qualidade de produtos. O prêmio foi entregue ao filho do Diomício Freitas, Hilário Acioli Freitas no Teatro Municipal de São Paulo em 10 de dezembro de 1977, conforme a Figura 6 que registra premiação ao Grupo Freitas de Qualidade do Brasil no Correio do Sudeste em 01 de janeiro de 1978:

Figura 6 – Premiação ao Grupo Freitas de Qualidade do Brasil



Fonte: Correio do Sudeste (1978, p. 5)

No mês de setembro de 1978, Diomício Freitas foi eleito suplente do senador indireto pelo estado de Santa Catarina, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação ao regime militar instalado no país em abril de 1964. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, Diomício se filiou ao partido governista, o Partido Democrático Social (PDS). De acordo com o Jornal do Sul de 10 de dezembro de 1978:

[...] o Senador Diomício Freitas estava organizando um esquema político que por certo lhe assegurará condições de igualdade durante os próximos quatro anos de governo do senhor Jorge Bornhausen. Diante da composição da futura Assembleia Legislativa, 17 deputados do MDB e 23 da ARENA, é quase certo que haverá uma oposição que poderá exigir muito do futuro governante (JORNAL DO SUL, 1978a, p. 12).

Além de político ativo, presidente de várias empresas e membro efetivo do conselho de administração das empresas de seu grupo, Diomício Freitas foi também membro do conselho fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional e conselheiro da Companhia Halles de Investimentos, de São Paulo. Foi ainda vice-presidente do Diretório Regional da Arena em Santa Catarina e membro da Associação Comercial e Industrial de Criciúma, da Associação Nacional de Fabricantes de Azulejos e do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão. Como resultado de todas essas atividades econômicas e comerciais Diomício Freitas ampliava seu leque de relacionamento no mundo político. Talvez, o político local mais influente e afinado com o regime militar naquele período, bem como com fortes ligações com os governos estadual e federal de então. Estas relações políticas e econômicas transformaram o empresário em uma importante figura local, abrindo seus caminhos para o setor da comunicação.

Segundo Belolli, Quadro e Guidi (2002), o Grupo Freitas seria o pioneiro em ter uma emissora de TV, além da Rádio Eldorado. Manoel e o Diomício Freitas fizeram uma carta ao Ministério das Comunicações pedindo a viabilização de um canal para a região. Quase uma semana depois, chegou a resposta, também através da carta, que dizia não existir um canal disponível que pudesse ser instalado em Criciúma. No entanto, na mesma carta, veio a orientação que poderia ser contratado um técnico para verificar se existia a viabilidade técnica para habilitar um canal nas redondezas.

Ainda segundo Belolli, Quadro e Guidi (2002), em 1974, em Porto Alegre, estava sendo montada a TV Guaíba e o contato foi realizado com eles para verificar a possibilidade de o engenheiro ir até Santa Catarina para realizar as análises necessárias. Em poucos dias o monitoramento foi realizado e conseguiu descobrir a disponibilidade do canal 9. Foi encaminhado um pedido ao Ministério das Comunicações para a liberação do canal ao Grupo Freitas, uma sociedade entre Dilor

Freitas, Dite Freitas, Nilson Freitas, Paulo Freitas, Adolfo Arns e Antônio Luiz. Depois de alguns meses, em 1974, saiu o edital no Diário Oficial a disponibilidade do canal 9, em Criciúma. Com a concessão em mãos, precisavam, em três anos, montar o canal e colocar no ar. Foi neste momento que deu início aos trâmites legais para a criação da TV Eldorado.

Diomício foi empresário de vários segmentos de negócios e político brasileiro. Faleceu em Criciúma, 29 de maio de 1981, em decorrência de um desastre automobilístico na BR-101, próximo a Imbituba. Ele dirigia o seu automóvel de modelo *Caravan*, quando desviou de dois caminhões que vinham no sentido contrário da pista, ao se dirigir para o acostamento, e acabou batendo em um terceiro caminhão que estava estacionado. Diomício teve embolia pulmonar e acabou não resistindo, indo a óbito aos 70 anos. O seu sepultamento foi marcado por autoridades como o governador de Santa Catarina Jorge Bornhausen, e Amaral de Souza, do Rio Grande do Sul. Além do discurso do deputado federal Adhemar Ghisi. A Figura 7 retrata Diomício Freitas ao lado da sua esposa Agripina Francioni no jornal Correio do Sudeste em 31 de maio de 1981:

Figura 7 – Diomício Freitas ao lado da sua esposa Agripina Francioni



Fonte: Correio do Sudeste (1981, p. 06)

3.2 REDE DE COMUNICAÇÃO ELDORADO: NOVOS EMPREENDIMENTOS E A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO LOCAL

A história da Rede de Comunicações Eldorado (RCE) começa em 1955 quando Diomício Freitas adquire a Rádio Eldorado de Criciúma, fundada em 1947 e que, até aquele momento, pertencia a uma sociedade formada entre José de Patta, Cláudio Schueller e Hercílio Amante. Sob seu comando, a Eldorado foi totalmente profissionalizada, expandindo sua programação, produzindo conteúdos próprios e assim se tornando uma referência no campo radiofônico de Santa Catarina. Com a experiência em comunicação adquirida com a administração da Rádio Eldorado, o Grupo Freitas expande sua participação na indústria de comunicação, adquirindo uma concessão televisiva que lhes permitia atuar em um campo em franca expansão, a TV. A concessão da televisão foi realizada em no decreto nº 77.128 de 11 de fevereiro de 1976 e aprovada pelo Presidente da República Ernesto Geisel, conforme demonstra o excerto abaixo destacado (BRASIL, 1976, p. 1):

Outorga concessão à TV Eldorado Catarinense Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC número 9.752-73 (Edital nº 62-74), DECRETA:

Art. 1º. Fica outorgada à TV Eldorado Catarinense Ltda., nos termos do artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, concessão, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina utilizando o Canal 9 + (nove mais).

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a conta da publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1976; 155º da Independência e 88º da República. (Decreto nº 77.128, de 11 de Fevereiro de 1976).

Com a aquisição da concessão televisiva, o Grupo Freitas conquistou ainda mais espaço na área de telecomunicações, concentrando sob sua égide uma poderosa fonte de difusão comunicacional que alimentava ainda mais sua influência política em Santa Catarina. Sabe-se a importância do papel e do poder que a imprensa representa mediante a sociedade. Pudemos acompanhar sua força de mobilização durante o período da ditadura, como no caso da queda do presidente João Goulart que foi sustentada e articulada por civis e militares que se utilizaram dos meios de comunicação para convencer a população de acordo com seus próprios interesses. O que reforça a ideia de que a mídia pode ser considerada como quarto poder. Para com Gisela Swetlana Ortriwano (1985, p. 60):

A interferência política nos meios de comunicação de massa é muito complexa. O arsenal de controle do estado vai da concessão de licença para a exploração a título precário à censura econômica: os governos em muitos países se transformam em clientes número um das emissoras comerciais, porque é através delas que veiculam a propaganda política, buscando ter consenso e legitimidade, não só através da força, mas também da manipulação da opinião.

No governo de Ernesto Geisel (1974 a 1978), o então Ministro das Comunicações Euclides Quandt de Oliveira que realizou o veto com relação as novas concessões para as afiliadas ao sistema Globo, temendo que Roberto Marinho alcançasse ao monopólio da opinião pública. Como afirma Kushnir (2011, p. 132): “A televisão é uma concessão pública e por isso a necessidade de que ela andasse muito alinhada com o governo, porque, caso contrário, a concessão seria retirada”.

Assim, passados quase dois anos, em 1978, Diomício Freitas expande seus negócios na área da comunicação com a fundação da TV Eldorado, primeira emissora de TV de Criciúma, tendo como afiliação a Rede Bandeirantes. A escolha pela retransmissão da Bandeirantes se deu porque em São Paulo tal rede de TV era liderada pelo João Jorge Saad, genro do então governador de São Paulo, e dono da rádio Bandeirantes Ademar de Barros que, no ano de 1950, conseguiu com o presidente

Getúlio Vargas a concessão de um canal para São Paulo. A proximidade entre o Diomício Freitas e o presidente João Jorge Saad pode ter sido o facilitador na liberação da retransmissão da afiliada da Bandeirantes. No momento de sua inauguração os meios de comunicação locais assim anunciavam sua importância para a cidade como o Jornal o Sul de 8 de outubro de 1978:

Este fim-de-semana passará aos anais da história do município de Criciúma. A cidade que já possuía um avançado sistema de comunicações através da rádio Eldorado e mais cinco jornais semanais e quinzenais, passará contar a partir de hoje, com o som e imagem da TV ELDORADO CANAL 9. Apesar de estar iniciando suas transmissões em caráter experimental a nova emissora de televisão está sendo recebida como orgulho por toda a população de Criciúma e demais municípios que formam o grande sul. Aos destemidos e valorosos membros da família Diomício Freitas, e também aos condutores da rádio Eldorado: Antônio Sebastião dos Santos (Antônio Luiz) e Evaldo Stopossoli que há muito de integraram no canal de televisão que agora entra em funcionamento, a direção do Jornal do Sul, manifesta o seu regozijo pelo evento, desejando todo sorte que se pode almejar. Na foto em primeiro plano (menor) uma tomada parcial dos modernos e sofisticados equipamentos instalados na sala de transmissores. Em segundo plano (foto maior) o moderno prédio de linhas arquitetônicas avançadas onde funcionará o canal 9 e a Rádio Eldorado. A foto (menor) inferior, mostra dois técnicos norte-americanos da RCA – fornecedores de equipamentos – que vieram à Criciúma, exclusivamente pra (sic) supervisionar a instalação da aparelhagem. A primeira fase de montagem dos transmissores foi desenvolvida sob o comando do engenheiro Evanir Meller, assessorado pelos técnicos Cláudio Larruaíba de Porto Alegre (JORNAL DO SUL, 1978b, p. 1).

Com a morte de Diomício Freitas em 1980, seu filho Manoel Dilor Freitas assumiu os negócios da família. Sob sua gestão a Rede de Comunicações Eldorado ganhou novo formato, principalmente a após a aquisição da TV Cultura de Florianópolis, e da Rádio Cultura, formando assim a RCE TV em 04 de julho de 1982. O Grupo se fortaleceu e

consequia entregar de todas as formas a informação para a população na região. Aproveitando o bom momento do Grupo, nesta mesma época, foi criada a Eldorado FM, primeira FM do município, que posteriormente, seria vendida a outro grupo de empresários, enquanto a emissora AM iniciaria uma parceira da Rádio Bandeirantes. Antes do fim da década, a RCE também iria ser responsável pela criação da Som Maior FM em 1987, e da TV Vale do Itajaí de Itajaí em 1986, ampliando a cobertura da RCE TV.

A RCE TV chegou com uma proposta de valorização e reconhecimento no sul do estado, possuindo 80% da sua programação com conteúdo locais. Esta programação local passava a ser valorizada pela população em geral, pois estava muito próxima das problemáticas regionais, ganhando prestígio como ferramenta de divulgação de informações e, portanto, de notícias. Esta situação favoreceu o localismo, pois ampliou a demanda por informações locais de qualidade. Paulo César da Costa Gomes (1995), afirma que a denominação região remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Gomes constata que:

[...] alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 1995, p. 49).

Em diversos lugares do mundo, a televisão ocupou/ocupa um lugar de destaque em relação aos demais veículos de comunicação, pois sua abrangência e versatilidade consegue atingir diferentes grupos de espectadores se adequando as necessidades individuais e coletivas. No Brasil, não diferente do restante do mundo, a televisão ocupa lugar de prestígio dividindo a preferência do seu público com livros, jornais, revistas e o rádio. E em determinadas regiões do país, a televisão assume a condição de única via de acesso às informações e ao entretenimento por grande parte da população. Devido a essa versatilidade e capacidade de interiorização, a família Freitas buscou controlar este tipo de telecomunicação, pois desta forma conseguia expandir seu campo de influência para outras partes de Estado. Ao ser detentora de tal empreendimento foi possível capitalizar politicamente, pois em sua programação a RCE Eldorado poderia difundir ideais e interesses pessoais e políticos buscando operacionalizar a opinião da

população em benefício dos interesses da família, transformando-a em legítima representante do povo e suas demandas. De acordo com Luiz Filipe Miguel (2003), os meios de comunicação possuem primordial importância na trajetória dos agentes políticos, pois:

[...] cumprem funções políticas importantes, que a literatura sobre a questão já descreveu: desempenham papel crucial na formação da agenda pública, contribuem para a disseminação de determinados enquadramentos dessas mesmas questões, contribuem para a produção do capital político, absorvem funções de expressão de demandas públicas que antes pertenciam aos partidos. Mas o campo político não é o objeto passivo de um agente que o influencia. Ele impõe limites à ação da mídia e também age sobre ela, tanto com seus recursos específicos (legislativos e administrativos) quanto por sua capacidade superior de determinar qual é o espaço da política (MIGUEL 2003, p. 120).

Na década de 1990, as rádios Eldorado e Cultura passam a formar uma pequena rede de emissoras, com programas gerados em Florianópolis e Criciúma. Em 1991, é criada a Rádio Hulha Negra, que passou a concorrer com a Rádio Eldorado no dial AM. Em 1992, a RCE TV se torna afiliada à Rede OM (Organizações Martinez), posteriormente Central Nacional de Televisão (CNT), deixando a Rede Bandeirantes, e também ganha mais uma emissora, a TV Xanxerê, passando a abranger também o Oeste do estado. Em 1992, a Rádio Hulha Negra é arrendada para outro grupo de comunicação.

Na segunda metade da década de 1990, Manoel Dilor de Freitas começa a investir cada vez mais no ramo da indústria de cerâmica, desinteressando-se pela área da comunicação. A televisão já não era mais tão lucrativa como já havia sido e os seus interesses políticos que antes, eram visto como prioridade, já não fazia mais sentido, uma vez que o Diomício Freitas não estava mais à frente da política local (devido ao seu falecimento), e não existia um sucessor na família que pudesse dar andamento aos relacionamentos que Diomício possuía. Assim, em 1995, ele negocia a venda da RCE TV com novos empresários, vendendo as emissoras de Florianópolis, Itajaí e Xanxerê para Edir Macedo, dono da Rede Record, e a emissora de Criciúma para o grupo Rede Brasil Sul (RBS). Em 1º de setembro, a RCE TV era extinta. Pouco depois, Freitas arrenda suas rádios para outros empresários, e se afasta do comando das emissoras. Os principais interesses (políticos)

que existiam no momento da concessão da TV, bem como no decorrer da construção e desenvolvimento da televisão, perderam a centralidade e a prioridade na família Freitas, fazendo com que o grupo vendesse os veículos de comunicação, separadamente, para outros empresários.

Diomício e sua família se utilizaram de suas concessões no campo das comunicações para expandir sua área de influência, tanto no campo político quanto no econômico, fortalecendo sua participação nos mais diversos espaços, ganhando força, prestígio, dinheiro, e notoriedade na região. Fundou inúmeras empresas, entre elas a Mina Ouro Fino, a Cerâmica Caeté, o time de futebol Metropól, a empresa de navegação Navegal, a Televisão e rádio Eldorado e seu maior legado, a empresa Cecrisa, entre várias outras em segmentos diversos.

A RCE foi um grupo de comunicação tão importante que chegou a alcançar a posição de segundo maior grupo de comunicação do estado nas décadas de 1980 e 1990, tendo uma rede de televisão formada por quatro emissoras e também uma cadeia de rádio. Foi fundado em 1955, a partir da compra da Rádio Eldorado pelo empresário Diomício Freitas, e encerrou suas atividades em 2003, quando seu filho Manoel Dilor de Freitas vendeu a última rádio do grupo. O grupo seguiu fortemente atuando no segmento da cerâmica.

3.2.1 Rádio Eldorado: a radiofonia como elemento de fortalecimento político

Em meados da década de 20, mais precisamente no ano de 1923, foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sendo a primeira mídia eletrônica no Brasil. Ainda na década de 20, foram desenvolvidos pelas agências de publicidade os jingles, para veiculação nas rádios, proporcionando maior adesão dos consumidores aos produtos anunciados. O rádio cresceu rapidamente a partir de 1931, quando o governo federal passou a conceder para a iniciativa privada a exploração do sinal de rádio. De acordo com Lobassi (1989), as agências passam não só a elaborar jingles e textos de publicidades para as rádios, como também produzem os programas que são patrocinados por grandes empresas, como o Repórter Esso.

Com esse crescimento, as rádios não foram apenas utilizadas para divulgar produtos e serviços, mas também eram empregadas por políticos que faziam uso do veículo para realizar os seus discursos buscando alcançar um número expressivo da população nacional, como por exemplo, o presidente Getúlio Vargas, que em 1937 anunciou a

implantação do Estado Novo. Logo, a rádio despertou o maior interesse dos políticos de diversas agremiações partidárias que buscavam neste espaço sustentáculo de suas ideias políticas, difundindo entre seus ouvintes interesses particulares. Seu uso cada vez mais se vinculou a busca por possíveis eleitores que entre uma programação e outra eram bombardeados de informações com claros objetivos eleitoreiros. Essa prática é antiga no Brasil e se pode dizer que teve seu ápice na ditadura militar, quando centenas de concessões foram distribuídas a políticos locais. Essa prática foi tão forte que na Constituição de 1988 ela passou a ser expressamente proibida em seu art. 54, II, a, segundo o qual parlamentares não podem ser “proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público”. De acordo com Gisela Swetlana Ortriwano (1985), a concessão da Radiodifusão no Brasil, estabelecia-se a partir de certos pré-requisitos que via de regra:

[...] constituem obrigações e consentimentos de seus beneficiários para com os detentores do poder político. As concessões são, então, dadas por apadrinhamentos políticos ou por simples desdobramentos do poder econômico e a radiodifusão, na condição de novo setor para a aplicação de capitais, muda de mãos apenas teoricamente: são concessões públicas a privados, por privados que manobram a coisa pública. As concessões na maioria das vezes, não extravasam o âmbito restrito dos grupos dominantes, mas circulam internamente, dando a palavra a quem já tem e prosseguindo o bloqueio de quem dela precisa. Além disso, a exploração do novo meio exige capital elevado, que está nas mãos de poucos, e que serve para mascarar essa circulação interna da concessão dos meios entre grupos que gravitam em torno do poder (ORTRIWANO, 1985, p. 61).

Na década de 50, fazer rádio era uma tarefa que englobava várias exigências fundamentais e imprescindíveis para um bom desempenho, não só ao microfone, mas também na redação de textos, jornais falados e nas reportagens e transmissões externas. Nesta época, tudo era feito literalmente ao vivo, pois não existiam recursos disponíveis nem sistemas de gravações a longo tempo (prolongadas) de programação. Assim, os erros eram impossíveis de ser editados, forçando os radialistas a improvisarem e contornarem a situação.

Em sua fundação a Sociedade Rádio Eldorado Catarinense LTDA (Rádio Eldorado de Criciúma) possuía como sócios um grupo de empresário da cidade de Criciúma. A sua sintonia era localizada nos rádios através do sinal recebido como ZYR-6, no entanto suas primeiras transmissões foram realizadas por meio de um serviço de alto-falantes instalados pelo engenheiro Ruy Feurschuette no primeiro andar do edifício Filhinho (Café São Paulo).

Já a emissora de *broadcasting* foi fundada em 13 de maio de 1948, quando foi ao ar pela primeira vez, em caráter experimental, buscando experimentar os usos destas novas tecnologias entre a população local. Ao ser uma novidade, a Rádio Eldorado, por meio de seus testes buscava encontrar a melhor maneira de atingir os seus ouvintes de forma irreverente e inovadora, levando informações, músicas e entretenimento. Desta forma, foi apenas a partir de 17 de novembro do mesmo ano que a rádio entrou definitivamente o ar, celebrada por importantes figuras políticas locais no prestigiado Salão do Clube Mampituba. A cerimônia de inauguração foi toda conduzida pelos sócios da emissora o médico José de Patta – diretor, Claudio Schuller – locutor e animador e o Hercílio Amante – Secretário Municipal que, com esta iniciativa mostrava ao público presente a importância e a potência daquele meio de comunicação.

O alto padrão adotado pela Eldorado, permaneceria pelos anos seguintes, mesmo com a passagem do comando pelo Ruy Hülse, Santos Guglielmi, Diomício e Dite Freitas, em 1955. Os estúdios iniciais da Rádio Eldorado ficavam situados no último andar do edifício São Joaquim, na praça Nereu Ramos. A rádio teve como seus locutores pioneiros nomes como: Cláudio Schuller, Luiz Napoleão, Jorge Nassar, Luiz Barchinski, Nereu Thomé e Jaci Barbosa Cabral, (que escrevia sobre esportes), Dr. Manif Zaccarias (primeiro noticiarista), Valdrílio Serafim (encarregado de contabilidade), além do comentarista, cronista e produtor Sebastião Humberto Pieri e da locutora, radiatriz e produtora do rádio sul catarinense Dalcy Rovaris (Margô) (MACHADO; TORRES, 2000).

No ano de 1949 deixaram a emissora muitos nomes citados, sendo então admitidos novos, como os irmãos jornalistas Aryovaldo Huáscar Machado, que assumiria a gerência da emissora e também atuaria nos jornais falados, programas de auditório e em alguns musicais e especiais, além dos jornalistas Agilmar Machado, Attahualpa César Machado, todos de Araranguá. Durante a “era de ouro” do rádio, propagaram-se no Brasil os programas de auditório e as radionovelas,

que por seu formato interativo e de rápido envolvimento do espectador/ouvinte logo caíram no gosto popular, multiplicando-se em diversas estações de rádio (MACHADO; TORRES, 2000).

Nos primeiros anos, o rádio era uma preocupação das pessoas livres, mulheres e homens ricos, que se interessavam pela cotação das bolsas, do mercado, davam mais atenção às informações financeiras que à política e a música os distraía ocupando-os intelectualmente. Todos os programas do nascente rádio eram marcados por preocupações culturais evidentes como a marcha de Alceste de Gluck ou a presença da madame Yvonne Courso, a notável contralto da Ópera [...] (JULIEN, 1989, p.163).

Em meados dos anos quarenta até o início dos anos cinquenta o país atingia o auge dos programas de auditório nas rádios. De acordo com Lisboa Júnior (1958), a Rádio Nacional foi a mais importante nesse período, ditando tendência às demais emissoras. Entre os programas de maior prestígio esteve "O Trem da Alegria", que tinha como radialista Heber de Boscoli. O quadro principal do programa era "O Trio do Osso", formado por Lamartine Babo, Yara Sales e Heber de Boscoli, assim denominado pelo fato de seus componentes serem magros. Neste período, os programas eram realizados em estúdios e devido a crescente procura pela participação ao vivo, alguns programas chegavam a ser transferidos para auditórios maiores ou teatros buscando comportar um número maior de pessoas que se identificavam com este tipo de programa. Assim, os programas de auditório geravam fascínio por seu conjunto apresentações artísticas e pela possibilidade de os indivíduos presentes serem captados pelos microfones, passando a sensação de todos de integrarem o auditório (PETERS, 2004).

Além dos programas de auditório a Rádio Eldorado também possuiu durante muito tempo, um *Regional* que consistia em uma espécie conjunto musical que tocava durante as programações e percorria as cidades vizinhas. O Regional da Eldorado contava com a direção do violonista Santos Flores e acompanhava os calouros durante os programas *Sem Compromisso* e *Clube da Petizada*, além de participar de audições próprias e dar suporte aos artistas famosos que visitavam Criciúma nos anos 50. De acordo com Ana Paula Peters (2004), os regionais eram assim conhecidos devido sua forte vinculação com as músicas regionais e, eram uma das principais mãos-de-obra do rádio, sustentando o conjunto de programação realizada basicamente vivo.

Além das atividades regulares os regionais serviam como uma espécie de coringa cobrindo os imprevistos surgidos durante a programação diária.

No campo jornalismo, a Rádio Eldorado, possuía importante impacto sobre a opinião pública, pois seus comentaristas e jornais falados eram amplamente ouvidos em toda a Região Carbonífera. Esse jornalismo possuía representação em cidades distintas como Forquilha, Siderópolis e, nos bairros da Próspera e do Rio Maina. A Rádio Eldorado esteve no ar durante o auge da atividade mineradora, garantindo informações a quase a totalidade dos ouvintes, que em sua maioria eram trabalhadores das minas de carvão, de onde provinha seu sócio proprietário, Diomício Freitas.

Liderança da União Democrática Nacional (UDN) em Santa Catarina, Diomício se elegeu como deputado federal pela legenda, recebendo no momento expressiva votação. Aventamos a possibilidade de que a rádio tenha ajudado neste processo, pois de acordo com Gisela Swetlana Ortriwano (1985), a rádio foi um meio de comunicação com grande poder de penetração entre as massas, e que por sua portabilidade estava presente nos mais diversos lares brasileiros sendo capaz de criar consenso e dar legitimidade a proeminentes figuras políticas. Para a autora, a rádio foi um instrumento de promoção política que alçou diversas figuras a importantes que estavam ou pretendia ocupar cargos de poder.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, a Eldorado ficou sozinha no dial criciunense, ao menos por alguns meses. Ocorre que na manhã de 2 de abril, poucas horas depois do golpe, a Rádio Difusora foi interdita, justamente por conta do conteúdo que transmitia, e assim permaneceu até o final do ano. Neste sentido, de acordo com Ortriwano (1985, p. 60):

Qualquer que seja o regime político em vigor, a informação jamais se constitui em atividade totalmente livre. [...] No sistema comercial de exploração da radiodifusão os canais são concessões a empresas privadas [...] sendo impossível a qualquer empresa de radiodifusão desvincular-se da “tutela” estatal, já que sua existência depende do consentimento prévio e, no caso brasileiro, “a título precário”.

Assim, como dito anteriormente, os políticos detentores do maior percentual de propriedade das rádios, utilizavam-se dos espaços na rádio para promoverem as suas ideias e atrair o maior número possível de

eleitores e afiliados ao seu partido. Com Diomício não foi diferente. Neste caso, por se beneficiar de boas relações políticas, teve o seu principal concorrente interdito por atuar com um conteúdo bastante politizado, voltado aos trabalhadores das minas de carvão e ao combate aos conservadores nas esferas federal, estadual e municipal, obtendo durante alguns meses, audiência absoluta na região.

Em 1960 a Rádio Eldorado passou a funcionar no edifício Diomício Freitas, na rua Rui Barbosa. Tratava-se de um prédio de dois pavimentos, sendo que no superior estavam as instalações técnicas e também o auditório com cerca de 140 lugares, de onde programas ao vivo eram transmitidos. No que tange a programação, mantinha seu perfil clássico. Dois jornais falados eram produzidos por dia, cada qual apresentado por uma dupla de locutores. O primeiro e principal começava às 12 horas e, no seu auge, chegou a se estender até 14h30min. Era o Grande Jornal Falado. Os comentários e as notícias pautavam o noticiário. O segundo, intitulado o Jornal Falado Eldorado, começava após a apresentação da Hora da Ave Maria, momento de reflexão da Igreja Católica às 18 horas, e se estendia até 19 horas. Um dos mais antigos profissionais da história da Rádio Eldorado, Agilmar Machado, ingressou na emissora em 1948, e tinha como base da produção dos seus programas a leitura e o recorte dos jornais Correio do Povo, de Porto Alegre, e O Estado, de Florianópolis (RÁDIO ELDORADO, 2018).

Da mesma forma, para potencializar o efeito de suas informações, ele contava com pessoas estratégicas que circulavam pela região, facilitando as informações e, garantindo a divulgação em primeira mão de acontecimentos que interessavam a população local. Ao divulgar notícias do tipo regional, a Rádio Eldorado às vezes utilizava a seu favor, potencializando acontecimentos que beneficiava seu dono e os círculos políticos que o rodeava, minimizando e manipulando informações contrárias a seus interesses. Como dito anteriormente, essa situação foi muito recorrente no Brasil, pois, de maneira geral, os políticos e grandes empresários foram (e são) donos de cadeias de comunicação intensificando sua esfera de influência, conforme aponta Luiz Filipe Miguel (2002, p. 163):

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na

sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia.

A pesar de sua importância na vida política local, a rádio era ainda na cidade um instrumento tecnicamente rudimentar. As transmissões externas se davam com a fixação de antenas improvisadas com troncos de eucaliptos e rádios de VHF cujas frequências eram procuradas ao sabor da sorte. Não raro, os profissionais narravam e cobriam diferentes eventos, e ao retornarem à cidade, constatavam que nada havia sido ouvido. No que foi possível avançar, o Grupo Freitas investiu. Os primeiros gravadores que operaram em Criciúma pertenceram à Rádio Eldorado. Em 1965, quando assumiu a direção da emissora, o radialista Antônio Luiz foi ao Rio de Janeiro buscar uma gravadora de *spots*, que permitia a produção de comerciais em Criciúma. Antes, era necessário enviar textos e até locutores para Porto Alegre. Com este investimento, a Eldorado passou a ser referência em gravações na região, e começou a gravar inclusive para concorrentes, como a própria Rádio Difusora. É deste período também a transferência dos transmissores da antiga área no bairro Pio Corrêa para um terreno na Próspera, próximo à sede do Grupo Cecrisa. Ali, uma antena mais potente foi instalada e a qualidade de som melhorou bastante. Depois de ser vendida, a emissora permaneceu por pouco tempo no antigo endereço, passando a funcionar no mesmo prédio do Grupo Freitas-Guglielmi, na rua Rui Barbosa, número 149.

4 TELEVISÃO E RELAÇÕES DE PODER: A REDE ELDORADO DE COMUNICAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO POLÍTICO

Como abordagem introdutória deste capítulo, apresenta-se uma breve discussão sobre elementos centrais da área de comunicação, focando no termo “mídia”. Esse termo geralmente está associado ao sinônimo de imprensa, podendo ser identificado como o meio para informar a população sobre os diversos eventos que fazem parte do cotidiano, por meio de variadas plataformas como televisão, rádio, jornal, revista, internet, entre outros. De acordo com Foucault (2012, p. 23), em *A Ordem do Discurso*, “a vontade de saber é reconduzida pela maneira como o saber é disposto numa sociedade”, colocando nas mãos de grupos específicos a possibilidade de mobilizar a população em torno de um determinado tema, convencendo-a de uma verdade que é instituída por quem detém o próprio poder.

Nesse contexto do domínio das verdades, para Bistane e Bacellar (2006), a TV se transforma em um espaço de propagação de interesses grupais e, por reunir imagem e áudio em um único lugar, é a principal fonte de informação e entretenimento de uma parte significativa da população. A força da imagem também dá todo o diferencial para a qualidade e credibilidade do veículo. Conforme Bistane e Bacellar (2006), sem a determinada imagem, o conteúdo perde a força e, por muitas vezes, a audiência também cai e o telespectador muda de canal ou vai fazer outra coisa. Como a TV tem esse recurso, deveria sempre usar a imagem para explorar isso da melhor forma possível.

A relação entre política e informação, no escopo e abrangência do paradigma moderno de soberania, ficaria assim estabelecida por uma dupla referência ao Estado e a uma “Constituição Comunicacional” de realização flexibilizada e desigual. É, porém, a partir da década de 50, que essa relação começaria a ser explicitada em termos de programas de governo e de políticas públicas (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999). Os modelos teóricos até então se preocupavam em tentar delimitar os efeitos da exposição do público às mensagens veiculadas pela imprensa e propaganda. É a época da teoria hipodérmica, do estímulo-resposta, do modelo de Lasswell, da persuasão; enfim, de busca da relação causa-efeito, os chamados estudos sobre os Efeitos Limitados (WOLF, 2003).

Porat (1977) considerava como traços principais da mudança em andamento a emergência de atividades econômicas que tinham como função principal a produção, processamento ou distribuição da

informação, diferentemente daquelas atividades em que a informação tinha uma função secundária e subordinada a uma outra função principal. Wilson Gomes (2003), por sua vez, ao tratar das transformações da política e do papel dos *meios* de comunicação neste processo, afirma criticamente que “a expressão *mass media* se monta [...] a partir de uma concepção que não vê nessas formas da indústria da cultura e da informação outra coisa a não ser os dispositivos de emissão e a capacidade de difundir conteúdos e mensagens para audiências massivas” (GOMES, 2003, p. 05). No entanto, como observou Saperas (2000), a consolidação da televisão como nova tecnologia e meio de comunicação hegemônico alterou o foco das pesquisas sobre comunicação e seus efeitos no comportamento humano. Por volta das décadas de 1950 e 1960, a televisão já detinha “influência notória na vida política ao colaborar na criação da imagem dos líderes políticos e sociais, assim como dos indivíduos influentes na esfera cultural” (SAPERAS, 2000, p. 31). O autor ainda mostra que, naquele período, a televisão:

[...] centralizou o interesse das novas formas de investigação comunicativa, e só a partir deste interesse a investigação sobre a dimensão cognitiva da atividade pública dos meios de comunicação se pôde estender aos restantes (sic) media (muito especialmente à imprensa) (grifo do autor) (SAPERAS, 2000, p. 31).

Sartori (1989) identificou, a transformação pela qual a política estava passando com a crescente importância da televisão. Ele chamou de videopolítica o fenômeno no qual a televisão estava englobando a política e se transformando em um vídeo-poder. Tratava-se do estabelecimento de mais uma força no setor econômico, de pressão política, relativamente autônomo, forte e suficientemente significativo para afetar e dinamizar a economia como um todo. O discurso dos sistemas nacionais de informação científico-tecnológica, colocado como questão de Estado, começava a ser substituído por um discurso de cunho econômico. Esclarecemos aqui que se trata de mais uma força de pressão política, sendo responsável pelo domínio da informação e abrange as atividades intelectuais da tecnologia, como geração e troca de informação, educação, pesquisa e desenvolvimento e a alta tecnologia em si (cibernética, informática e robótica). A informação, nesse caso, passa a ser considerada como recurso estratégico, de agregação de valor e como elemento de competição política e econômica.

4.1 A TELEVISÃO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E PERCURSOS NACIONAIS

Há cerca de um pouco mais de 100 anos, não era possível imaginar a existência de um aparelho que veiculasse algum tipo de imagem e som e que pudesse transmitir as notícias, com exceção do rádio e dos jornais impressos. A televisão possui forte ligação com as descobertas e pesquisas científicas realizadas no decorrer do século XIX, ganhando força e notoriedade no século XX. Para Partenostro (2013), a televisão é um meio de comunicação que atinge todas as classes sociais e, por isso, transforma a vida das pessoas: muda conceitos, forma opiniões, cria hábitos, inspira comportamentos, reduz distâncias e aproxima. Para entender a potência deste objeto o sociólogo Marshall MacLuhan, analisando os efeitos da televisão criou o conceito da aldeia global. Pois, de acordo com o autor, a tecnologia reduziria o planeta de tal forma que ele se transformaria em uma pequena aldeia, onde seria possível que todos tivessem conhecimento sobre todos e tudo que nela ocorresse, se referindo a integração da TV via satélite, dando início a era do tempo real (PARTENOSTRO, 2013). Foi justamente essa complexidade que transformou a televisão em objeto de disputa de diferentes grupos políticos e de interesses, que viram nela a possibilidade de disputar território no campo discursivo.

Antes de ter o seu nome conhecido como televisão, esse equipamento possuía outro nome. Segundo Squirra (2004), Radiovisão foi o primeiro nome adotado e Vídeo foi o segundo nome que a televisão possuiu. Mas estes foram descartados, pois não foram considerados adequados para tamanha tecnologia, e então Televisão foi o nome que encontrou maior aceitação e relevância para o tal produto. A primeira veiculação de imagem ocorreu em 1817, quando o químico sueco Jakob Berzelius, descobriu casualmente o selênio, elemento químico brilhante e luminoso. Ainda de acordo com Squirra (2004), com o objetivo de inovar, cientistas se reuniram, por volta de 1920, para tentar constituir uma nova mídia. Várias experimentações foram feitas. Durante seis anos, diversos testes foram realizados sem grandes sucessos. No entanto, foi em 1926 na Inglaterra e no Japão e, em 1927 nos Estados Unidos, que marcou o início da divulgação de imagem e som em um mesmo compartimento. Ainda não se tem certeza de qual dia ou data ocorreu a primeira transmissão. Contudo, a informação consensual é que a empresa *American Telephone and Telegraph* (AT&T), foi a responsável por veicular a primeira imagem oficial.

A primeira grande transmissão em público aconteceu no ano de 1937 nos Estados Unidos com o discurso do presidente Franklin Delano Roosevelt. Apesar do grande avanço tecnológico, o veículo só foi ganhar força sete anos depois, quando surgiram os primeiros programas de culinária e infantis. A televisão só foi funcionar de forma regular nos EUA no ano de 1930, de forma ainda experimental, com a emissora W2XBS fundada pela *Radio Corporation of America* (RCA), cofundadora da *National Broadcasting Company* (NBC), no ano de 1928 com sede em Nova Iorque. No ano de 1935, foi realizada oficialmente a primeira transmissão na Alemanha no mês de março e na França no mês de novembro. Considerada uma das maiores redes do mundo, em 1936, a *British Broadcasting Corporation* (BBC) de Londres foi fundada. No ano seguinte, como forma de testar e expandir seu alcance a BBC transmitiu a coroação de Jorge VI, naquele momento a transmissão contava com a resolução de qualidade de 405 linhas, algo extremamente inovador, pois em seu surgimento a televisão contava com a qualidade de aproximadamente 60 linhas.

O maior país Sul-americano foi também o primeiro a implantar a televisão no dia 03 de abril de 1950, em São Paulo. A televisão surgiu no Brasil sob o domínio do sistema empresarial, com a missão de incrementar o comércio de bens e serviços, divertir e emocionar o público consumidor, tendo como foco principal os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Bucci (2005), esta primeira transmissão foi na verdade uma pré-estreia, e contou com a apresentação de Frei Mijoca (cantor e religioso mexicano), sendo suas imagens captadas por aparelhos instalados no saguão dos Diários Associados.

A empresa Diários Associados, responsável no Brasil pelas primeiras transmissões foi fundada por Assis Chateaubriand em 02 de outubro de 1924. Com formação em jornalismo, Chateaubriand possuía o desejo de integrar os brasileiros por meio dos veículos de comunicação e, por isso, decidiu investir no impresso *O Jornal*, que possuía publicação e circulação no estado do Rio de Janeiro. Chatô, como era conhecido, adquiriu outras empresas de mídia impressa, rádio e televisão e o grupo se tornou um dos mais importantes do Brasil. De acordo com Jambeiro et al., (2004), é exatamente nesse processo que surge, em 1938, o primeiro e maior conglomerado brasileiro de veículos de comunicação de massa: o conglomerado Emissoras e Diários Associados, que duraria cerca de quarenta anos, transformando o seu dono em um dos mais influentes empresários brasileiros. Iniciado com a

posse de 05 emissoras de rádio, 12 jornais diários e uma revista, o grupo chegou ao auge 20 anos depois, em 1958, quando contava então com 36 emissoras de rádio, 34 jornais diários, 18 emissoras de televisão e várias revistas, entre as quais a de maior circulação do país, *O Cruzeiro*, com quase um milhão de exemplares vendidos semanalmente.

De acordo ainda com Jambeiro et al., (2004), no início dos anos 40, como resultado da estratégia americana na Segunda Grande Guerra Mundial, o Brasil – como de resto toda a América Latina – passou a ser objeto de operações culturais, sociais e de informação por parte de agências americanas. A intenção dos Estados Unidos era manter a hegemonia de valores democráticos no país e restringir ao máximo a influência alemã. Frente a possível ameaça germânica, o país foi então invadido por filmes, discos, livros e revistas americanas, assomando-se com a já existente invasão de produtos industrializados, anunciados constantemente nos meios de comunicação de massa.

O primeiro equipamento de TV instalado no país foi comprado por Assis Chateaubriand em 1948 em Nova Iorque. Dois anos depois, no dia 18 de setembro de 1950, ele inaugurou o que foi então a primeira emissora de televisão da América Latina, e a sexta do mundo, atrás apenas da Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Holanda (FEDERICO, 1982). Segundo Bucci (2005), Assis Chateaubriand se apropriou de forma potente da televisão, aliando interesses políticos e pessoais com os interesses financeiros e comerciais. Com a TV Tupi-Difusora, canal 03, em São Paulo, a tendência foi investir na forma de fazer rádio e utilizando estrutura, formato, incluindo técnicos e artistas. A Rede Tupi, criada em 1950, foi a primeira emissora regular de televisão do Brasil e da América Latina e reinou absoluta ao longo de muitos anos. Para fazer sua ideia dar certo, Chateaubriand trouxe dos EUA 200 aparelhos de TV e os espalhou em locais estratégicos pela cidade, onde quem passava pelas ruas ficava admirado pelas imagens e sons vindos daquele aparelho eletrônico, mas três meses depois, havia já 2 mil aparelhos em pleno funcionamento no estado de São Paulo (CAPPARELLI, 1982).

Em 1951 a segunda emissora foi inaugurada, também por Assis Chateaubriand, desta vez na cidade do Rio de Janeiro. A televisão era uma novidade e revolucionava o mercado de mídia no país, e com isso, outros grupos de radiodifusores decidiram entrar no segmento. Surgiram assim a Rádio Televisão Paulista, em 1951 (que sobreviveu até meados dos anos 60, quando foi comprada pela TV Globo), e a TV Record de São Paulo em 1953, entre outras. Em 1959 o país tinha 06 emissoras de

TV e cerca de 80 mil aparelhos receptores instalados (CAPPARELLI, 1982). Ainda conforme Bucci (2005), em 1951 começou a ser fabricado no país os televisores da marca Invictus. A Invictus era uma empresa nacional fundada pelo ucraniano Bernardo Kokubej, sendo a primeira fabricante de TVs em nosso país. Os aparelhos, no entanto, eram caros e, por isso, apenas uma pequena parcela da população tinha acesso, considerados em sua boa parte como pertencentes a elite. A venda dos produtos facilitou a criação de novos programas e, no mesmo ano, criou-se a primeira telenovela brasileira: “Sua vida me pertence”, escrita por Walter Foster. Sua vida me pertence foi a primeira telenovela brasileira da história com produção e exibição pela TV Tupi, possuindo 15 capítulos e com exibição no horário das 20 horas.

E a programação da televisão só ganhava forças com o passar do tempo. Em 1952 um dos mais famosos telejornais da televisão brasileira foi ao ar pela primeira vez, com o nome do patrocinador, a Esso. Como o programa já era muito popular no rádio, para a versão do programa na Televisão, o “Repórter Esso”, usou-se a notoriedade que os artistas e os técnicos já possuíam no rádio, prática muito comum na época (BUCCI, 2005). A TV Tupi se limitava apenas a reproduzir, já que todo o conteúdo era feito por uma agência de publicidade.

A TV Record foi criada no ano de 1953 no estado de São Paulo pelo comunicador e empresário Paulo Machado de Carvalho (que já possuía estações de rádio). A emissora se especializou na produção de programas musicais, alcançando a liderança na audiência na década de 1960 com os históricos festivais de música e a Jovem Guarda. Ela começou a montar programas de auditório, explorando principalmente a música popular e a imagem de seus intérpretes. A maioria dos profissionais que estavam na televisão já faziam parte do seu elenco no rádio. Seu trabalho inicial foi, portanto, muito direcionado para a adaptação de programas de rádio destinados à televisão, mas, conforme Bucci (2005), ela só foi ter um sucesso de audiência nos anos seguintes. Com programas musicais de sucesso, a TV Record rapidamente ocupou o primeiro lugar de audiência, desbancando a TV Tupi e Excelsior. Contudo, em 1968 e 1969, ocorreram vários incêndios o que acarretou em sua decadência. Segundo Macedo (2012), em meados dos anos 70, metade do canal foi vendido ao empresário e apresentador Silvio Santos, enquanto a emissora regredia financeiramente, chegando a um estado de pré-falência no final da década de 1980. Alguns anos mais tarde, Silvio Santos convence Paulo Machado de Carvalho a se desfazer da emissora

e vender ao pastor Edir Macedo, devido aos débitos financeiros e a baixa audiência que a emissora detinha.

Ainda no decorrer dos anos 50, novas emissoras de televisão surgiram em diversas regiões do país, mas não era possível a transmissão em rede entre elas, devido a tecnologia ainda não permitir. Esta situação levou aos donos das emissoras a investirem nas programações desenvolvidas localmente. Só foi possível a transmissão integrada como rede, nacionalmente, com a chegada do videotape, no ano de 1960, quando se iniciou na a TV brasileira, a adoção de processos industriais de produção de programas (JAMBEIRO; et al., 2004). Essa nova situação foi um importante marco para televisão nacional. Pois fomentou o desenvolvimento de centros produtores nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, acarretando uma descentralização nas produções locais e retirando das emissoras o caráter local de sua programação, através da implantação do sistema de afiliação (CAPPARELLI, 1982). Segundo o autor, esses fenômenos ocorreram como parte da lógica da segunda fase do governo Kubitscheck, que procurava dirigir a industrialização brasileira para o consumo de massa. Para ele, a televisão era em si mesma um marco desse tipo de comportamento, ao mesmo tempo em que agia como um catalisador para o comportamento dos diversos estratos populacionais com poder de compra. Embora essa tendência tenha se consolidado somente no período posterior a 1964, com a definitiva internacionalização do mercado interno brasileiro, seus germes teriam proliferado na fase de implantação da TV no Brasil.

Assim, durante a década de 60, existiam 34 emissoras de televisão devidamente licenciadas, no entanto era preciso regular de forma mais clara as concessões televisivas, sobretudo por seu potencial de mobilização. De acordo com Jambeiro et al., (2004), foi anos 60 que a televisão começou a procurar seu próprio caminho, a adquirir processos de produção mais adequados às suas características enquanto meio e se transformou assim no poderoso veículo de transmissão de ideias e de venda de produtos e serviços. Isto foi possível em grande parte como consequência das transformações econômicas, políticas e culturais promovidas pelo governo Kubitscheck entre os anos de 1956 a 1961. Em seguida, ela foi igualmente impulsionada pela aprovação do Código de Telecomunicações (1962) e pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (1963) que constituíram as bases legais para a concessão e exploração dos canais de TV (BRASIL, 1962; BRASIL, 1963). E finalmente, a partir de 1964 ela foi beneficiada pelo regime

militar, que passou a vê-la como um instrumento de integração cultural e política da nação brasileira.

4.1.1 Ações Regulatórias da Radiodifusão no Brasil

O primeiro marco regulatório referente a serviços de telecomunicações no Brasil foi o Decreto Imperial 2.614, de 21 de julho de 1860, três anos depois de ser inaugurado o primeiro serviço telegráfico no país. Ele regulou a organização do telégrafo nacional, fixou serviços, objetivos e tarifas. Em 1864 o Decreto Imperial 3.288 reviu os propósitos desses serviços, estabelecendo que eles deveriam atender às necessidades gerais da administração pública, do comércio e dos cidadãos. Seis anos depois, o Decreto Imperial 4.653, de 28 de dezembro de 1870, estabeleceu que as linhas telegráficas eram propriedade do Estado e ordenou que fosse elaborado um plano nacional para o setor (FEDERICO, 1982). Ligado à Europa por um cabo submarino a partir de 24 de julho de 1874, três anos depois o Decreto Imperial 6.761, de 01 de outubro de 1877, tornou o Brasil membro da *International Telegraph Union* (ITU). Pelo mesmo decreto o país aderiu à Convenção Internacional de São Petersburgo (1875), e à Convenção Internacional de Telecomunicações. Em 06 de agosto de 1879 o Decreto Imperial 7.539 regulou o funcionamento de serviços telefônicos no Brasil. Em novembro do mesmo ano a *Brazilian Telephone Company* foi autorizada a explorar tais serviços no Rio de Janeiro a partir de 1880 (FEDERICO, 1982).

A Constituição Brasileira de 1891, elaborada após a derrubada da monarquia e a implantação da república, em 1889, deu aos Estados Federados o direito de construir sistemas telefônicos e vender seus serviços. Contudo, em 10 de julho de 1917 o decreto 3.296, dando sequência a uma emenda constitucional anterior, estabeleceu que a radiotelegrafia e a radiotelefonía eram direitos exclusivos do governo federal, que poderia autorizar empresas tanto nacionais como estrangeiras a operarem em tais serviços. Os decretos 4.262, de 1921, e 16.657, de 1924, incluíram normas para o uso da radiotelefonía, mas embora já houvesse emissoras de rádio operando amadoristicamente nenhum dos dois atos regulatórios se referia ao novo meio, a radiodifusão (FEDERICO, 1982).

Em 1931, após à Revolução de 1930 o governo federal publicou o decreto 20.047, de 27 de maio, no qual a radiodifusão é explicitamente citada pela primeira vez. Esse decreto estabeleceu condições para a

concessão de serviços radiofônicos e previu a criação de uma rede nacional de rádio e fixou as exigências técnicas a serem seguidas pelos concessionários. A Radiodifusão era concebida como sendo um serviço de interesse nacional, com caráter educativo, sendo as emissoras permitidas a vender até 10 por cento do tempo para inserção de anúncios. Estabelecendo um padrão para o relacionamento entre concessionários e o governo, o decreto tornou compulsório para todas as emissoras do país a transmissão de um programa de notícias diário, com duração de uma hora, produzido pelo governo. Este dispositivo foi incorporado ao Código Nacional de Telecomunicações, de 1962, que também obrigou todas as emissoras de rádio do país a retransmitir a Voz do Brasil, de segunda a sexta feira, das 7 às 8 horas da noite (FEDERICO, 1982).

De acordo com Jambeiro et al., (2004), após a aprovação de vários outros decretos e movimentações políticas, em 1962 o Congresso Nacional aprovou a lei 4.117, instituindo o Código Nacional de Telecomunicações. Em 20 de maio do ano seguinte a lei foi regulamentada pelo decreto 52.026. Mais amplo que qualquer outra legislação anterior referente ao setor das telecomunicações, o novo código regulou todas as atividades voltadas para a transmissão ou recepção de símbolos, caracteres, imagens, sons ou dados de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou outro processo. Ele foi o resultado do Projeto de Lei número 36, apresentado ao Senado Federal em 1953. Tomando o novo código como base, o governo federal elaborou e publicou, em 1963, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que se mantém em vigor até os dias de hoje, com algumas alterações introduzidas durante o regime militar, sobretudo as contidas no decreto-lei 236, de 1967 (BRASIL, 1963).

O Código Nacional de Telecomunicações abrange os seguintes assuntos gerais: a classificação dos serviços de telecomunicações, definições, a competência para execução e controle desses serviços, os processos de licenciamento, o Plano Nacional de Telecomunicações e as taxas de serviços. Além disso, o Código Nacional de Telecomunicações também regulamenta o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), órgão regulador, depois transformado no Ministério das Comunicações; o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), agência executora, depois extinta, sendo suas funções absorvidas pela estrutura do Ministério das Comunicações; a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), companhia pública encarregada dos serviços de satélite e de longa distância; a Companhia

Brasileira de Telecomunicações (Telebrás) e, o Fundo Nacional de Telecomunicações (Jambeiro et al., 2004).

As normas específicas de estruturação e funcionamento da indústria da TV foram estabelecidas, com base no Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, que é conhecido como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Ele teve algumas cláusulas modificadas por outros atos legais através dos anos, mas sua estrutura e disposições básicas se mantiveram imunes a estas mudanças. Conforme o Regulamento, os serviços de TV têm objetivos educacionais e culturais, mesmo nos seus aspectos informacional e de entretenimento. Além disso, são considerados de interesse nacional, sendo sua exploração permitida somente quando não seja ferido aquele interesse e os objetivos culturais e educacionais que lhes são atribuídos pela legislação. A radiodifusão de TV é classificada em local, regional ou nacional, e pode ser licenciada para serviços limitados ou ilimitados, transmitidos através de *Very High Frequency* (VHF), que significa Frequência Muito Alta e, *Ultra-High Frequency* (UHF), Frequência Ultra Alta.

A “concessão” é o ato presidencial que concede a uma pessoa o direito de executar e explorar serviços de radiodifusão, durante um tempo determinado. Esta definição se difere da de “permissão”, entendida como a autorização para retransmitir sinais de TV, emitidos por estações de radiodifusão. A primeira só pode ser licenciada pelo presidente; a segunda, pelo Ministro das Comunicações. Nem a concessão nem a permissão dão aos concessionários direitos exclusivos de explorar estes serviços. Como Estados e municípios são excluídos por lei de assuntos relativos às telecomunicações, somente o governo federal pode autorizar a execução dos serviços de radiodifusão. As concessões e permissões para radiodifusão de rádio e TV valem por um período de dez e quinze anos, respectivamente. Sucessivas renovações são permitidas para períodos de igual duração, dependendo de avaliação do Ministério das Comunicações e, no caso de emissoras de rádio e TV, decisão presidencial.

Tanto no caso de concessão quanto no de permissão, a transferência do controle da companhia não é permitida até dois anos depois de iniciado o funcionamento da estação. Passado o tempo legal, a transferência pode ser feita, desde que as mudanças na propriedade sigam as normas específicas para tal fim. Para a transferência de concessões, a aprovação final é do presidente; no caso de permissões, a aprovação ministerial é suficiente. Quando o assunto é relativo a permissão ou concessão de canais para o serviço público, a transferência

não pode ser autorizada sob nenhuma circunstância. Também se querem alterar seus estatutos, ou transferir ações e participações, os concessionários devem procurar a aprovação do Ministério das Comunicações. Quando, por qualquer condição ou razão, eles têm que substituir diretores, devem submeter seus nomes à apreciação do mesmo Ministério, provando serem estes novos diretores brasileiros e cidadãos moralmente respeitáveis.

Estações de TV não podem, sob qualquer circunstância, transferir seus estúdios para fora da área onde estão autorizadas a fazer suas transmissões. Caso ocorra a mudança do estúdio principal da cidade na qual foi autorizado a transmitir, a emissora deve manter um estúdio auxiliar naquela cidade. A legislação define como estúdio principal aquele de onde a maioria da programação é emitida. Um estúdio auxiliar é aquele de onde uma parte complementar da programação pode ser irradiada.

A interrupção do serviço por mais de 30 dias consecutivos, significa a perda da concessão ou permissão. Além de ceder tempo de programação para propaganda política, livremente usada por partidos políticos durante campanhas eleitorais, as estações de TV podem ser convocadas pelo Gabinete do Presidente para integrar redes nacional, regional ou local. Por se tratar de um assunto de interesse nacional, envolvendo inclusive questões de soberania, as funções técnicas e operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão devem ser feitas por brasileiros devidamente treinados, certificados pelo Ministério das Comunicações. É obrigatória a contratação de um engenheiro especializado como responsável pela execução dos serviços de radiodifusão. Empregados estrangeiros são tolerados somente excepcionalmente e, antes de os empregar, a estação necessita de permissão do governo. Caso seja autorizada a contratação, os profissionais estrangeiros devem se mudar para o Brasil enquanto trabalham na estação.

Ainda de acordo com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a emissora de TV comercial pode ser definida como entidade que detém a licença do governo federal para organizar e emitir programas. Visando uma comunidade específica, de acordo com um plano já aprovado, transmite esses programas pelo espaço aéreo, usando equipamentos em concordância com padrões específicos, inserindo naquela programação mensagens comerciais que promovem produtos ou serviços, pelos quais a emissora recebe pagamento. Embora uma única empresa possa legalmente controlar mais de uma estação de TV, cada

uma delas deve ser licenciada separadamente para servir uma comunidade específica. Cada licença envolve tanto funções de transmissão quanto de programação. Por razões de políticas públicas relativas à prevenção do monopólio dos serviços de radiodifusão, proprietários privados são limitados a um máximo de dez concessões, sendo que somente duas delas podem estar situadas num mesmo Estado. Dessas dez concessões, cinco devem ser em UHF, sendo que os permissionários de retransmissoras são excluídos desses números. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão também estabelece que um concessionário pode participar somente de uma emissora de TV, em um único mercado.

As emissoras são ainda obrigadas a ceder cinco horas de sua programação semanal para programas educacionais. A Portaria Interministerial 568, do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação, de 21 de outubro de 1980, requer que este tempo seja distribuído em programas educacionais que perfaçam 30 minutos diários, de segunda a sexta, e 75 minutos, aos sábados e domingos. O Ministério da Educação tem a responsabilidade de executar e coordenar os programas, diretamente ou por meio de entidades públicas ou privadas. O Ministério das Comunicações é encarregado de fiscalizar a aplicação da lei e aplicar penalidades. Segundo Lopes (2009), em 1967, houve significativas alterações no Código Brasileiro de Telecomunicações, inseridas no texto legal por meio do Decreto-Lei 236, de 1967. Já se vivia o período do regime militar, e estas alterações procuravam inserir na legislação de comunicações alguns preceitos considerados estratégicos para a segurança nacional. Do ponto de vista das outorgas de radiodifusão, as alterações mais importantes foram a imposição de limites de propriedade, a criação da modalidade educativa de televisão e de rádio e o endurecimento das regras para transferência direta ou indireta da propriedade.

Ainda de acordo com Lopes (2009), no mesmo ano de 1967, uma importante novidade foi a criação do Ministério das Comunicações, por meio do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, um dos marcos da grande reforma administrativa posta em prática pelo governo militar. O Decreto estabeleceu que o Conselho Nacional de Telecomunicações, então responsável por diversas atividades da área das telecomunicações e da radiodifusão – entre elas as outorgas e renovações de outorgas – passava a integrar como órgão normativo, de consulta, orientação e elaboração da política nacional de telecomunicações a estrutura do Ministério das Comunicações.

4.2 A TV ELDORADO: IMAGEM E SOM NO SUL DE SANTA CATARINA

Como dito anteriormente os primeiros países a transmitirem regularmente o sinal televisivo foram os Estados Unidos, Inglaterra e França. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a introduzir a televisão entre sua população, empenhando-se em adaptar a linguagem televisiva à cultura e aos hábitos nacionais. Em 18 de setembro de 1950 entra no ar a PRF-3 TV TUPI em São Paulo, inaugurando uma nova era na comunicação brasileira. Todos os programas eram ao vivo e apresentavam seus quadros como uma adaptação das experiências das rádios: como novelas, o programa de jornalismo “Repórter Esso” e programas de auditório.

A capacidade e a velocidade na transmissão de notícias, informações, valores e comportamentos foram uma das principais novidades implementadas pelo modelo televisivo. Sobretudo a partir da difusão das TVs a cabo, que efetivamente levaram às últimas consequências, a concepção de McLuhan, da retribalização dos grupos, na era da tecnologia eletrônica, e na recriação do mundo como uma "Aldeia Global" (McLUHAN, 1969). Para o teórico, a retribalização se baseia no período em que o homem retoma à consciência coletiva, na qual se estabelece um novo entendimento, rompendo as barreiras do isolamento e do individualismo da era da tradição escrita (destribalização). Vigoram neste período os meios de comunicação, os quais contribuíram para a redução do espaço. Ou seja, que colaboraram para a rapidez e eficiência da comunicação entre as pessoas em localidades diferentes. Já o conceito de aldeia global foi desenvolvido por Marshall McLuhan na década de 60, como forma de explicar os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade contemporânea no mundo todo. De acordo com sua teoria, a abolição das distâncias e do tempo, bem como a velocidade cada vez maior que ocorreria no processo de comunicação em escala global, nos levaria a um processo de retribalização, onde barreiras culturais, étnicas, geográficas, entre outras, seriam relativizadas, nos levando a uma homogeneização sociocultural. Neste caso, imaginava ele que, ações sociais e políticas, por exemplo, poderiam ter início simultaneamente e em escala global e as pessoas seriam guiadas por ideais comuns de uma “sociedade mundial”.

Corroborando com esta ideia, para Mikhail Bakhtin (1979) cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de

enunciados, sendo isso o que ele denominou de gêneros do discurso. E, como os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida social, sofrem influências da cultura na qual estão inseridos.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (BAKHTIN, 1979, p. 279).

Em meados do século XX Santa Catarina ainda encontrava muitas dificuldades para ter a sua própria emissora de TV. O início da teledifusão só foi ocorrer em dezembro de 1964, por iniciativa do empresário Hilário Silvestre, com as primeiras imagens captadas por uma emissora de Porto Alegre, a TV Piratini (canal 5), e retransmitidas para o estado catarinense (OLIVEIRA, 2001). A TV Piratini foi do ar junto com as outras emissoras associadas a Rede Tupi de Televisão: TV Tupi de São Paulo, TV Tupi Rio, TV Marajoara de Belém, TV Itacolomi de Belo Horizonte, TV Tupi Brasília e outras. Retransmitia a programação da Rede Tupi além de gerar programas locais.

No primeiro momento, programas infantis, musicais, documentários, entrevistas e noticiários foram as principais atrações. O sucesso foi repentino e a vida do veículo também, no entanto, quatro meses após o lançamento, a TV Florianópolis foi desqualificada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) e precisou ser fechada. De acordo com Camargo (2009), sem espaço, uma nova empresa foi lançada no ano de 1969. A TV Coligadas “Emissora da Integração Catarinense” foi inaugurada em setembro. Em parceira com a Rede Globo, ela transmitia eventos locais e programações nacionais. A primeira reportagem feita elaborada tratava da vinda da *Miss Brasil* e Catarinense, Vera Fischer.

Seguindo essa trajetória ascendente, a TV Cultura foi lançada no ano de 1970, no dia 31 de maio, e veio fazer parte da primeira imagem da estação de vídeo de Florianópolis. Diferente da TV Coligadas, a rede valorizava os assuntos locais e tinha a retransmissão dos programas da Rede Globo. A última TV a se criar em Santa Catarina foi a Rede de Comunicações Eldorado (TV RCE).

Vislumbrando reconhecimento e fortalecimento político, em 1974 Diomício Freitas encaminhou um pedido ao Ministério das Comunicações para a liberação do de canal ao Grupo Freitas, numa

sociedade entre Dilor Freitas, Dite Freitas, Nilson Freitas, Paulo Freitas, Adolfo Arns e Antônio Luiz. Meses após o pedido, o Ministério das Comunicações publica no Diário Oficial a disponibilidade de dois canais em Santa Catarina: canal 9, em Criciúma, e o canal 5, em Joinville. A possibilidade da concessão de um canal no sul do Estado era o que esperava Diomício Freitas para expandir sua influência. A concessão de direitos televisivos aos moldes do que almejava a Família Freitas era e continua sendo uma regra do setor, pois de acordo com Fernando Antônio Azevedo (2006, p. 89):

[...] o monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle parcial de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais, e a inexistência de uma imprensa partidária ligada a interesses sociais minoritários com alguma expressão nacional faz com que nosso sistema de mídia apresente [...] uma reduzida e precária diversidade.

O grupo perdeu a concessão em Joinville, mas ganhou em Criciúma. Com a concessão em mãos, precisariam, em três anos, montar o canal e colocar no ar (MACHADO; TORRES, 2000). Dilor Freitas não queria colocar a nova emissora de TV em um prédio já existente no centro da cidade, mas sim construir um espaço próprio nos arredores, demonstrando toda a potência do novo grupo de comunicações que se estabeleceria na cidade. Após análises realizadas na região, juntamente com Antônio Sebastião Santos, identificaram um terreno em torno da torre da Telesc, localizada no Morro Cechinel. Consultaram e viram que o local estava à venda, contudo, como estava desabilitado pela prefeitura, não poderia ser vendido. Frente a este impasse, utilizando-se das boas relações com então prefeito Algemiro Manique Barreto, foi encaminhado um projeto à Câmara de Vereadores que autorizava sua venda. Todos os vereadores da época votaram a favor e aprovaram a reabilitação do terreno que logo foi adquirido pelo Grupo Freitas (MACHADO; TORRES, 2000).

Fundada em 1978, a emissora do sul do estado, com sede em Criciúma, estava conectada com a TV Vale do Itajaí, em Itajaí, e TV Xanxerê, da cidade de Xanxerê, cobrindo assim, boa parte território catarinense. A presidência da RCE estava a cargo de Manoel Dilor de Freitas, filho de Diomício Freitas e durante 15 anos fez frente com outras emissoras, encerrando suas atividades no dia 1º de setembro de 1995. Segundo Bistane e Bacellar (2006), as emissoras possuem como

objetivo principal atingir variados públicos, alcançando o índice de audiência desejado, seguindo as suas ideologias, buscando o “factual” que é passar a notícia em primeira mão para os telespectadores:

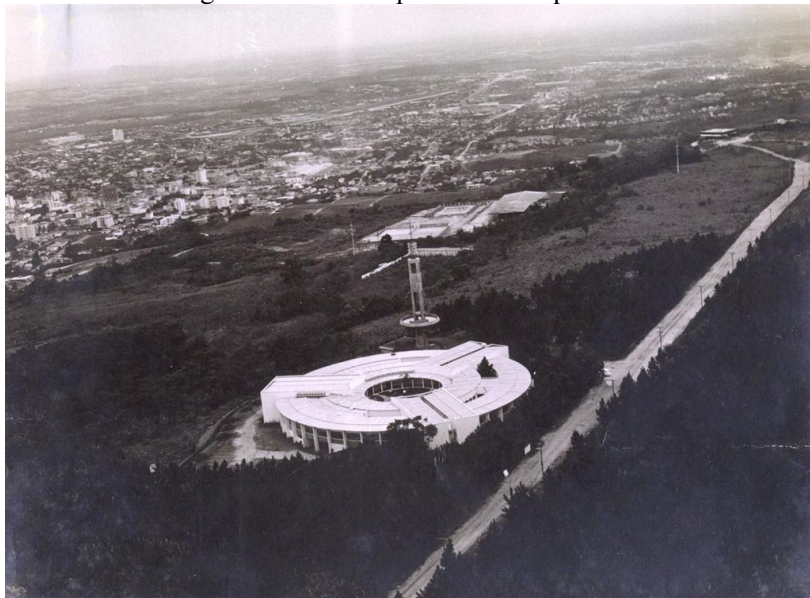
No exercício do jornalismo, a busca frenética e diária por novidades importantes desencadeia distorções. A ânsia de divulgar uma informação antes da concorrência pode sacrificar a apuração criteriosa. [...] Divulgar uma informação exclusiva antes da concorrência dá prestígio a um veículo de comunicação (BISTANE; BACELLAR, 2006, p. 82).

De acordo com Brito (2010), no estado, a mídia televisiva ganhava força, principalmente na capital e no Norte, com a TV Cultura. Mas no Sul do estado ainda não existia essa potência, com exceções das rádios já consolidadas. Na época em que Criciúma tinha a força nas ondas do rádio, a cidade, em paralelo, também crescia para se tornar o maior município da região sul de Santa Catarina. De acordo com Machado e Torres (2000), Antônio Luiz foi o precursor. O homem da voz do rádio foi até Florianópolis e falou com Darci Lopes, dono da TV Cultura, questionando a possibilidade de instalar uma TV no sul do estado. Luiz foi o primeiro apresentador na RCE e convidou a apresentadora Adilamar Rocha para fazer parte da equipe. Também participaram da RCE, Clésio Búrigo, Márcio Cardoso, Rogério Dimas, João Nassif e Adailton Martinello.

A expectativa se tornou realidade no final dos anos 70. No dia 9 de outubro de 1978 foram feitos ajustes para abrir o canal. Porém, a primeira tentativa de transmissão não foi bem-sucedida, pois os aparelhos eletrônicos não funcionaram. Foi somente no dia seguinte, 10 de outubro, por volta das 8 horas da manhã, o sinal foi retransmitido, mas ainda em caráter experimental, no estilo rádio, tocando músicas e com a barra da imagem colorida, sem qualquer vídeo (MILIOLI, 1995).

Até 1979, a TV Cultura e a Coligadas eram as únicas a operar em Santa Catarina. A RCE começou as suas operações em 1978, mas apenas no início de 1979 é que foi oficialmente inaugurada. “Nesse ano, foi inaugurada a TV Eldorado de Criciúma que alcançava basicamente a região sul do estado e desde o início era filiada à Bandeirantes” (CRUZ, 1996, p. 60). Na sequência, a Figura 8 mostra a sede do prédio do grupo RCE, resgatada do Arquivo Histórico de Criciúma (1979):

Figura 8 – Sede do prédio do Grupo RCE



Fonte: Arquivo Histórico de Criciúma (1979, s/p)

Desta forma, estruturava-se no sul do estado um novo grupo de comunicação, sob o comando de Manoel Dillor de Freitas. Em janeiro de 1979, a TV Eldorado coloca as imagens da TV Bandeirantes no ar, cobrindo inicialmente a região do sul do estado, com retransmissão em Florianópolis, através do canal 4. A concessão foi outorgada através do Decreto nº 77.128, de 11 de fevereiro de 1976, do Ministério das Comunicações. A televisão estava em franca expansão e, no final dos anos 70 ganhou cores e popularidade entre a população do país, tornando-se o veículo de comunicação mais poderoso, principalmente, quando políticos passaram a ter a concessão também deste meio de comunicação, como já faziam com as rádios, articulando interesses pessoais com a coisa pública, as concessões. De acordo com Fernando Antônio Azevedo (2006), sobre a organização da mídia nacional:

[uma] característica marcante do sistema de mídia brasileiro é o controle de parte importante das emissoras de rádio e televisão por políticos. Até 1988, ano da promulgação da atual Constituição, a concessão de serviços de radiodifusão era prerrogativa exclusiva do Presidente da República que naturalmente usava este privilégio como

moeda de troca política. Como resultado desta legislação permissiva criou-se no Brasil uma espécie de “coronelismo eletrônico”, com políticos controlando e usando a mídia local ou regional para seus interesses políticos e eleitorais (AZEVEDO, 2006, p. 100).

Esse rápido interesse da classe política pela televisão, fez com que na década de 80 ocorresse um rápido processo de modernização deste veículo de comunicação, com a atualização na resolução, lançamento de satélites e profissionalização das equipes técnicas. Esta situação acarretou num rápido processo de expansão da televisão em todo o território nacional, aproveitado intensamente pela TV Eldorado.

Depois de lançada aos telespectadores, planejou-se um programa para a recém-nascida emissora. Antônio Luiz resolveu lançar o “*Nove Notícias*”, apresentando durante a transmissão nove notícias, com um tempo estimado de 15 minutos para cada. O noticiário começava às 19 horas para acompanhar o retorno os trabalhadores a casa, pois neste horário e final de expediente, boa parte da classe trabalhadora já estava no lar, transformando-se em potenciais expectadores. O sucesso do programa se deu devido a restrita circulação dos jornais impressos e por, tratando de temáticas locais, o telejornal se transformou no mais novo meio de acompanhar as notícias locais, agora com som e imagem em movimento. Esse fascínio pela Televisão é assim entendido por Octávio Ianni (1999, p. 15-16):

No âmbito da mídia em geral, enquanto uma poderosa técnica social, sobressai a televisão. Trata-se de um meio de comunicação, informação e propaganda presente e ativo no cotidiano de uns e outros, indivíduos e coletividades, em todo o mundo. Registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que poderia ser a realidade e o imaginário. Muitas vezes, transforma a realidade, seja em algo encantado seja em algo escatológico, em geral virtualizando a realidade, em tal escala que o real aparece como forma espúria do virtual.

No primeiro programa, o noticiário falou da TV, do Grupo Freitas e de fatos corriqueiros na cidade. Depois do primeiro programa, iniciou-se um processo de discussão e elaboração de pautas mais profissionalizadas. Francisco Milioli Neto foi o primeiro a ser contratado pela emissora. Sempre atuante na área esportiva, ele comentava os assuntos da cidade e o time do Comerciarío, que, no

futuro, seria o Criciúma Esporte Clube. O jornal Tribuna Criciumense do dia 11 de outubro de 1980 trouxe a programação da TV Eldorado na sua inauguração, como mostra a Figura 9:

Figura 9 – A programação da TV Eldorado na sua inauguração

Televisão

SÁBADO: HOJE

11:30 — Bernard Johnson
 12:00 — Momento Esportivo
 12:30 — Jornal Eldorado
 13:00 — 1ª Edição
 13:30 — Darcio Campos
 16:30 — Show da Viola
 18:00 — Meu Pé de Laranja Lima
 19:00 — Cavalo Amarelo
 20:00 — Um Homem Muito Especial
 20:30 — Jornal Eldorado
 20:45 — Jornal Bandeirantes
 21:00 — Ratos do Deserto
 21:30 — Discoteca do Chacrinha
 23:30 — Videocine — Filme: Missão Marte
 01:00 — Chip's

DOMINGO — AMANHÃ

08:30 — Brasil Rural
 10:00 — Romeu e Julieta
 11:00 — Santa Missa
 12:00 — A Ponta — desenho
 14:00 — Rosa e Azul — produção com crianças
 16:00 — Selva do Mar
 16:30 — Gol! O Melhor Momento do Futebol!
 17:30 — Tribuna Livre
 18:30 — Esporte Emoção
 filme: Cicatrizes da Alma
 19:50 — Gols da Rodada
 20:00 — Rodada em Foco
 20:10 — Hebe
 22:00 — Canal Livre
 23:00 — Missão Impossível Especial
 00:00 — Domingo Especial
 — filme — Amor à América

Fonte: Tribuna Criciumense (1980, p. 5)

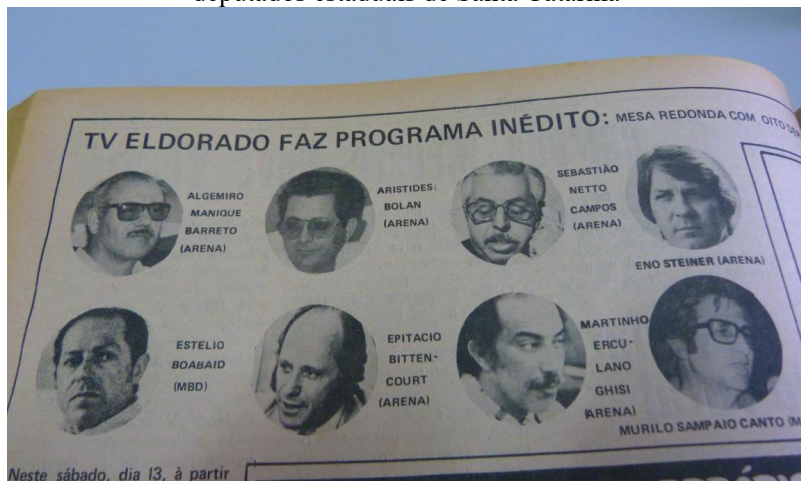
Conforme a divulgação acima, a programação da TV Eldorado contava com 80% da programação local. Segundo Souza (2015), a

divisão dos programas e os seus respectivos horários possuem essa diferença de acordo com a sua categoria, gênero e formato. No ano de 1979, Jorge Bornhausen assumiu o governo de Santa Catarina, enquanto que em Criciúma, Altair Guidi era o prefeito, eleito dois anos antes. No cenário nacional, o Brasil se encaminhava para a fase final do Regime Civil-militar, implantado em 31 de março de 1964 e que durou até 15 de março de 1985. Os problemas políticos e administrativos do Sul do estado eram evidentes (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1979a, p. 4).

Conforme a edição do jornal Tribuna Criciumense de 08 de outubro de 1979, a TV Rede de Comunicação Eldorado resolveu implementar uma inovação para os padrões televisivos do estado de Santa Catarina. Com a finalidade de adentrar em pautas mais políticas e de interesse regional, a emissora reuniu oito deputados estaduais para discutir as principais pautas políticas do Estado. As questões levantadas giravam em torno de promessas políticas não realizadas e obras inacabadas em todo o estado. Durante a abertura do Regime Militar, os políticos passaram a ser alvo de indagações mais incisivas por parte de seus eleitores, e a Televisão, aproveitando-se da boa situação, passou a se colocar como porta voz das demandas sociais. Assim, programas e debates políticos se tornaram rotineiros, diversas emissoras implementaram este tipo de programa buscando aproximar seu público expectador dos detentores de mandatos políticos. No Brasil, o primeiro programa de políticos no formato mesa redonda foi ao ar na televisão no ano de 1963, comandado por Luiz Mendes, o programa tinha nomes como Armando Nogueira, Nelson Rodrigues e João Saldanha. O programa se chamava o “Grande resenha Facit” que falava sobre futebol, mas teve como inspiração os debates políticos que ocorriam nas rádios com o objetivo de influenciar os ouvintes a aderirem as suas ideias e objetivos, com a possibilidade de se afiliarem aos seus partidos, garantindo possíveis votos futuros (O GLOBO, 2014).

Enquanto que a Tribuna Criciumense de 8 de outubro de 1979, trouxe a imagem primeiro debate na TV Eldorado com a presença oito deputados estaduais de Santa Catarina, como mostra a Figura 10:

Figura 10 – Primeiro debate na TV Eldorado com a presença oito deputados estaduais de Santa Catarina



Fonte: Tribuna Criciúmensis (1979b, p. 14)

Ainda de acordo com o noticiado no jornal desta edição:

Neste sábado dia 13, a partir das 13:30 às 16:30 horas, substituindo ao programa de Dárcio Campos, a TV Eldorado estará apresentando ao vivo e direto de seus estúdios em Criciúma, uma entrevista em edição especial do programa PONTO A PONTO, dirigido por Aderbal Machado (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1979, p. 14).

Foram convocados a participar as seguintes autoridades: Algemiro Manique Barreto, Aliança Renovadora Nacional (Arena); Aristides Bolan (Arena); Sebastião Netto Campos (Arena); Eno Steiner (Arena); Stélio Boabaid, Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Epitácio Bittencourt (Arena); Martinho Herculanoo Ghizzo (Arena); Murilo Sampaio Canto (MDB). O programa aconteceu no dia 13 de outubro, às 13h30min. Nesse horário, a TV substituiu o programa de Dárcio Campos para apresentar o debate, que teve três horas de duração. A edição do tabloide explica, de forma mais detalhada, o encontro desses representantes.

A intenção da Estação, segundo declarações de seus diretores, é gerar um tipo de imagem benéfica à região: o fortalecimento e a união de propósitos de todas as suas concorrentes políticos-

ideológico-partidárias, quando é necessário lutar pelo desenvolvimento do sul. Por isso, busca-se conduzir o programa de maneira a ouvir, de uma só vez, todas as opiniões – coincidentes ou não entre si e em relação à linha editorial da emissora. E, no final, caldear se essas opiniões em um só propósito. Será, sem dúvida, uma apresentação que prenderá a atenção dos telespectadores, do começo ao fim, dada a importância de que se reveste toda a entrevista e pela gama de assuntos a serem ventilados, de alto interesse de toda a região, município por município (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1979, p. 4).

Quase completando o seu primeiro ano de existência, a TV Eldorado já era um sucesso absoluto, principalmente por ser a única emissora em noticiar informações locais do Sul do estado. Como possuía sede em Criciúma, já planejava fazer um grande evento para essa comemoração. A TV participou ativamente do aniversário de Criciúma que comemoraria o centenário do município, em 06 de janeiro de 1880, com a chegada das famílias de colonizadores italianos na região (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1979c, p. 6). No ano de 1980, as novidades surgiram no mês de fevereiro, a começar pelo especial de carnaval. Sob o comando de Antônio Luiz, no decorrer de todo o dia, foram realizadas intervenções na programação com o intuito de discutir as comemorações carnavalescas. Durante os quatro dias de carnaval, em parceria com a Rede Bandeirantes, transmitiu-se o carnaval do Rio de Janeiro, os desfiles de fantasia do Clube 12, de Florianópolis e o 1º Baile Municipal de Criciúma.

O entretenimento foi outro elemento importante da teledifusão, em todo o país se expandia esse tipo de programação, voltada para o público que esperava acompanhar os fatos marcantes e festivos que ocorriam. Assim, aos poucos, a programação iria se ajustando ao regionalismo e ganhando mais espaço e valorização por parte dos telespectadores. As intervenções externas, a participação nos grandes eventos e as transmissões foram contribuindo para aprimorar ainda mais a grade da emissora. A exemplo disso, na noite de natal de 1980, a emissora aproveitou para lançar a Marchinha do Centenário, que era alusiva aos 100 anos de Criciúma. Para homenagear o município, a RCE contratou o compositor Carlos Ernesto Lacombe. Ele teve a incumbência de criar uma música para a cidade (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1979c, p. 6).

As transmissões externas são uma forma de aproximar os telespectadores do que ocorre no momento, com a visão de quem se faz presente naquele local. A intervenção externa impulsionou uma crescente notoriedade para este tipo de “link”. Seja voltado para o jornalismo, para o esporte ou entretenimento, a sensação que se está realmente naquele local valoriza a reportagem, e diminui distâncias. Deixando registrado que, aqui, nos referimos ao conceito de transmissão externa como aquele lugar situado fora do estúdio que pode ser dentro ou fora da emissora.

Com quase um ano de atividade, surgiu a preocupação, por parte da direção, se os programas exibidos estavam adequados e satisfazendo os telespectadores. Foi realizada uma pesquisa com a população de Criciúma e, após o levantamento das informações, ocorreu uma mudança na programação (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1980, p. 5). Tradicionalmente as empresas televisivas buscam se aproximar de seus espectadores, buscando adaptar sua programação a vontade do público, na RCE assim como no restante do país este tipo de consulta buscava trazer a realidade local para dentro da televisão, valorizando os acontecimentos da região, trazendo para as reportagens, programas e planejamento da emissora. De acordo com Arlindo Machado (1999), os programas ao vivo são elementos centrais da programação televisiva permitindo maior aproximação da TV das possíveis demandas de seus espectadores:

[a] programação televisual como um todo constituir um fluxo ininterrupto de material audiovisual, transmitido todas as horas do dia e todos os dias da semana, aliado ainda ao fato de que uma boa parte da programação é constituída de material ao vivo, que não pode ser editado posteriormente, exigem velocidade e racionalização da produção. A tradição parece demonstrar que um certo “fatiamento” da programação permite agilizar melhor a produção (o programa pode já estar sendo transmitido enquanto ainda está sendo produzido) e também responder às diferentes demandas por parte dos distintos segmentos da comunidade de telespectadores (MACHADO, 1999, p. 153).

Esta nova programação contava com a exibição de filmes novos e de grande bilheteria, além do programa sob o comando feminino de Adilamar Rocha e Lenita Cauduro que apresentavam o programa *Revista Feminina*, tendo por objetivo notícias voltadas às mulheres, mas

também, sem perder o foco nos homens (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1980b). Os programas voltados para as mulheres, assim como ocorria em outras regiões, tinha supostamente objetivo entrar no dito universo feminino abordando temas diversos relacionados ao cotidiano das mulheres. Geralmente estes programas avigoravam o papel das mulheres no espaço doméstico, reforçando o estereótipo da mulher como dona de casa e mãe de família.

O forte crescimento da TV Eldorado na região sul foi abalado pela morte de Diomício Freitas, após um acidente de carro. A perda precoce do Diomício Freitas abalou todos que faziam parte do Grupo Freitas, já que as suas atividades precisavam continuar. Homenagem da Câmara Municipal de Criciúma (e alguns representantes das bancadas como Woimer Loch, Lírio Rosso e Valdenir Zanette), prestando as suas últimas homenagens ao Diomício Freitas na publicação do jornal Tribuna Criciumense de 06 de junho de 1981 página 5, na publicação sobre a sua morte.

Figura 11 – Homenagem póstuma do jornal Tribuna Criciumense ao Diomício Freitas

Câmara presta homenagem póstuma a Diomício

Na última segunda-feira, a Câmara Municipal, através do Ato de Acreditação nº 10, homenageou o senhor Diomício Freitas. No ato, o presidente municipal, Sr. Emmeraldino, através de uma solenidade das lideranças de bancadas, concedeu oportunidade para que os editais se pronunciassem em homenagem póstuma ao ilustre desaparecido.

Foi o presidente quem iniciou: "O silêncio, neste instante, fala mais alto e diz da nossa dor, do que milhares de palavras que às vezes não chegam a transmitir o valor humano que representava o Sr. Diomício Freitas nesta terra. Quiz, nosso Deus Todo Poderoso, recolher de nosso convívio e levá-lo para perto de si. Nós que o conhecemos de muitos anos, no trabalho, no esporte e na política, sabemos e reconhecemos que ele respeitava e praticava a justiça. Agora me resta orar por aquele que soube passar por esta terra e deixar saudade".

WOIMER LOCH

"Representando a minha bancada, sabemos que não teríamos condições de expressar e que cada um gostaria de reverenciar neste momento. Homem simples e pai de família, fazendo com que a nossa prosperidade em todos os sentidos, em todas as atividades. Fundou empresas que geraram novas empresas, dando melhores condições de vida para milhares de pessoas."

LÍRIO ROSSO

"Conhecemos porque acompanhamos de longa data as atividades industriais, políticas e sociais de Diomício Freitas. Se a sua morte representará uma grande perda para suas indústrias, certamente para nós ficará marcada pela lacuna política que deixará".

VALDENIR ZANETTE

"Talvez creia aqui, também, mais do que um vereador, um pai de família de nossa comunidade, para também dar o seu adieu ao cidadão político e pai, que foi apenas e tão-somente homem. Diomício voltou da viagem homem inteiro e foi para uma sepultura homem completo".

Antes de encerrar a sessão, o presidente Emmeraldino convidou os senhores vereadores e assistentes, para que fizassem um minuto de silêncio como homenagem da Casa ao Sr. Diomício Freitas.

Lírio e o aumento do funcionalismo
Cricium solicita

Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda.
Rua Rodoviária - Box 24 e 35 - Fones: 33.157 e 33.4537

HORÁRIOS DA AGENCIA DE CRICIUMA

1.00 - 5.15	5.30 - 5.50	6.30 - 10.30
12.30 - 13.30	14.30 - 15.15	17.00 - 18.00

Fonte: Tribuna Criciumense (1981, p. 5)

Sob o comando de Dilor Freitas, tendo Antônio Luiz como braço direito, a emissora continuou inovando e crescendo no estado. Já com o jornalismo consolidado, ela também passou a investir no esporte. E a primeira transmissão ao vivo da RCE, fora de Santa Catarina, foi para

cobrir o Joinville Esporte Clube (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1982 p. 6). A equipe formada tinha a narração de Luiz Carlos Prates, Docil Amboni e Milioli Neto, sob o comando de Clésio Búrigo, com exclusividade, direto de Londrina (PR), o duelo entre Londrina e Joinville. Essa foi a primeira transmissão, ao vivo, de outro estado, realizado pela TV Eldorado, marcando uma nova fase de seu departamento de esportes que até então era visto como líder em Santa Catarina (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1982, p. 6). O esporte ganhava cada vez mais notoriedade pelo investimento e reconhecimentos nos atletas e clubes da região e, com o início das transmissões, os olhares estavam cada vez mais em melhorar os investimentos nos seus clubes, afinal, todos estariam acompanhando o desempenho dos seus times, em tempo real, além da vitória em campo. Para a emissora foi um passo dado muito acertado, já que o objetivo inicial da criação da emissora era gerar lucro com os patrocínios dos programas. Pois, com o futebol, as vendas foram ao encontro do objetivo ultrapassando as previsões de números da emissora.

Já no dia 7 de agosto de 1982, depois de querer expandir a TV Eldorado, o Governo do Estado, através do chefe do poder Henrique Córdova, autorizou a Fazenda Pública Estadual a dar, por concessão de uso a emissora, pelo prazo de 30 anos, uma área de terreno com cerca de 350 metros quadrados no município de Camboriú. O local serviria para retransmitir mais um sinal da emissora no Norte. Na mesma edição do Tribuna Criciumense, também se veiculou uma reportagem de que Lages buscava receber uma repetidora da TV Eldorado, conforme noticiado na reportagem abaixo destacada:

O prefeito Celso Anderson de Souza enviou um ofício ao diretor geral da TV Eldorado, Luiz Antônio Frankfort, solicitando uma instalação da repetidora em Lages, atendendo a acertos anteriores entre aquela prefeitura e a emissora. Segundo o prefeito, a Prefeitura tomou medida que viabilizassem a entrada do canal 9 em Lages, construindo uma casa no Morro Grande para abrigar a repetidora, mas a imagem até hoje não chegou ao município. No ofício, Celso Anderson de Souza, se dispõe a refazer o diálogo com a diretoria da TV Eldorado “não somente pelos investimentos já realizados, mas também pelo interesse em diversificar ainda mais o aparelho de comunicação à disposição do nosso povo”. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 1982, p. 6).

Ainda de acordo com o jornal Tribuna Criciunense do dia 07 de junho de 1982, com a abrangência em três das quatro pontas do estado, a RCE tinha como novo alvo a Capital do estado. O projeto buscava ampliar a arrecadação financeira da emissora e dar maior visibilidade a ela nos quatro cantos de SC. A meta era estar presente nas principais cidades do estado para realizar um planejamento que iria além da divisa com os estados vizinhos. Mas, para isso, a RCE precisava se fortalecer estadualmente.

Nesse contexto, no início de 1983, no dia 8 de janeiro, o Grupo Freitas adquiriu a TV e Rádio Cultura de Florianópolis. Com isso, a empresa se tornou mais uma a se coligar ao grupo, unindo-se às Rádios Eldorado AM e FM, de Criciúma, a Rádio Araranguá, a Rádio Difusora de Laguna, a Rádio Imigrantes de Turvo e a Rádio Verde Vale de Braço do Norte. Apesar da morte do empresário Diomício Freitas, a família, sob o comando de Dilor Freitas, detinha o controle da emissora de TV expandindo seus negócios de forma agressiva.

A Rede de Comunicações Eldorado (RCE) era afiliada à Rede Bandeirantes. Já a Rede Brasil Sul (RBS) era ligada à Rede Globo. As duas maiores emissoras do estado, travaram uma briga forte pela audiência para conquistar o espaço em território catarinense. Com programas de cunho jornalístico e de esporte, ambas brigavam pela liderança. No entanto, a RBS tinha um poder econômico maior e isso fez a diferença. A concorrência crescia e, conseqüentemente, as vendas para o comercial não eram mais as mesmas. Já no final da década de 1980, a RCE acabou contratando o gerente da RBS, na época, Estácio Ramos. O objetivo desta contratação era derrubar um pouco a RBS, usando experiência de Ramos, além de trazer funcionários da concorrente. No início deu certo, no entanto, os custos com a folha de pagamento se tornaram altos e o lucro, o principal motivo da readequação, não teve o retorno desejado. Em aproximadamente dois anos, a RCE começou a ter despesas grandes. Dilor Freitas aproveitava o bom momento da cerâmica Cecrisa e pagava as contas da emissora. Mesmo assim, nem a cerâmica, em certos momentos, conseguia equilibrar o caixa dos Freitas, e como resultado Dilor achou melhor colocar a emissora à venda.

Sem o dinheiro necessário para o investimento, a emissora de Criciúma assistia a RBS ganhar forças, não pela audiência, mas com a aquisição de equipamentos, que faziam a diferença na qualidade da imagem, além de não ter o dinheiro necessário para arcar com as despesas. Sem a certeza de sucesso, e com as despesas pagas por outras

empresas do grupo, os diretores da RCE, iniciaram um movimento de unificação com a Rede Globo, inspirados nos movimentos já executados pela RBS. Esse contato com os diretores da Globo, deu-se devido a baixa qualidade da programação da Rede Bandeirantes, a qual a RCE era afiliada. Porém, a RBS, ao perceber essa aproximação, usou de sua influência para dificultar o processo.

A influência política da RBS, principalmente no estado gaúcho, fez a RCE não conseguisse esse vínculo com a Globo. A manobra desestimulou o Grupo Freitas, que, ao olhar para os números e perceber que as dívidas só aumentavam, viu que a única solução era a venda. Colocada à venda, a RCE atraiu olhares. Tudo parecia fadado para a afiliada da Globo, RBS, comprar a Rede de Comunicações Eldorado, porém, de forma inesperada, o Grupo Martinez, das Organizações Martinez (OM), surgiu, oferecendo um valor maior do que aquele oferecido pela RBS. Com o caixa revigorado, a RCE voltou a fazer frente com as rivais, e, desde a nova aquisição, passava também a se chamar Rede OM. Para eles, o dinheiro em caixa representava investimento pesado. A primeira grande ação da emissora, principalmente para o estado de Santa Catarina, foi comprar os direitos de transmissão da Libertadores da América de 1992, quando o Criciúma estava participando da competição internacional. O Criciúma avançou até às quartas-de-final e foi eliminado pelo São Paulo em um jogo em casa, sob a narração de Galvão Bueno.

Em 1992, a emissora passou por um bom momento e atuou frente a frente com a rival RBS. A OM era gerida pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tinha o comando de Jaime Lerner, de Curitiba, e o partido acabou perdendo a eleição para prefeito. Contribuindo neste cenário, o presidente da República, Fernando Collor de Melo, Partido da Reconstrução Nacional (PRN) foi cassado, o que acabou com o sonho de construir uma grande emissora no estado.

Sem mais dinheiro para investir, a rede OM se desfez da emissora e o Grupo Freitas, através de Dilor Freitas, resolveu adquirir de novo a emissora. Mas não por muito tempo. Já em meados de 1993, colocou à venda e, desta vez, quem passou à frente da RBS foi o Grupo Triunfo, que era uma empresa do Mato Grosso do Sul, que trabalhava com construção. Ela se interessou e adquiriu o controle geral da emissora de TV. O Grupo Triunfo adquiriu a emissora, mas não detinha o conhecimento necessário para administrar o novo negócio que havia adquirido. A nova gestão não durou muito tempo. O grupo sentiu problemas e começou a enxergar os prejuízos que a emissora levava.

Em um período muito curto de tempo, decidiram vender. No dia 1º de setembro de 1995, segundo Machado e Torres (2000), foi vendido a TV RCE para o Grupo RBS, que implantou a emissora na cidade para a região sul. A partir daí a RCE deixou de existir. As três letras do nome foram substituídas por outras três, RBS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A televisão é um forte e poderoso instrumento de modelagem das consciências oferecendo promessas de riqueza, felicidade e sucesso gerando assim, a influência do consumo, do comportamento e de tendências socioculturais. Considerado como mais uma força de pressão política, ela é capaz de influenciar e doutrinar devido a sua relevância no âmbito social, cultural, político e democrático. Nesse contexto, a comunicação no veículo televisão é tida como comunicação em massa, sendo responsável em atingir a população de forma generalizada, gerando o modelo estímulo-resposta no público alvo. A informação veiculada se concentra no formato de influência e efeito, fazendo com que os meios de comunicação deixem de ser tidos como simples canais de comunicação passando a ser destaque como construtores de posicionamentos sociais.

Baseado na relevância acadêmica e social deste tema, a pesquisa se dedicou a estudar o surgimento do veículo televisão, na cidade de Criciúma, e a força política do Grupo Freitas. Desse modo, objetivou-se analisar, por meio de referências bibliográficas e retrospectos, o surgimento da TV Eldorado e o poder político do Grupo Freitas na aquisição dessa concessão, bem como os reais interesses de favorecimentos envolvidos nesse processo.

De acordo com a pesquisa, a região estudada possui grande destaque no setor da mineração e da cerâmica, fato que atraiu olhares de investidores de todo o país, e de parte do mundo, acarretando na chegada desses, e daqueles que buscavam oportunidade de emprego e melhores condições de vida. Foi possível identificar que grandes empresários da região, os detentores do poder econômico, em sua grande maioria estavam diretamente ligados a partidos políticos, levantando e defendendo interesses pessoais e partidários, por meio dos seus negócios. Com o Grupo Freitas não foi diferente. Liderado por Diomício Freitas, um importante político e empresário que possuía negócios dos segmentos mais diversos na região, identificou a oportunidade de aumentar seu campo de influência em algo, até então inédito para região, a TV.

Devido a excelentes relacionamentos políticos que possuía, Diomício tornou possível esse desejo e conseguiu a concessão de um canal televisivo, que ao mesmo tempo em que informava também capitalizava no campo político. Com a chegada da televisão local, foi possível que os telespectadores enxergassem a sua realidade e se

identificasse cada vez mais com aquele veículo de comunicação, por meio da TV Eldorado, gerando credibilidade, velocidade na transmissão de notícias, proximidade com a população e a capacidade de gerar valores e comportamentos.

A TV Eldorado, além de levar informações, atuava fortemente na promoção do entretenimento, oferecendo em sua grade programas de auditório para interação com a população. A emissora, além de estar sempre presente nos eventos da cidade, também corroborava para a efetivação desses, mantendo sempre a preocupação de ser reconhecida como a emissora da região, do povo. No seu surgimento, a RCE era afiliada à Rede Bandeirantes, que posteriormente, fez parte da Rede OM (Organizações Martinez), e ainda a CNT, deixando a Rede Bandeirantes.

Compreendemos que controlar a importância do localismo é fundamental para os grupos de mídia, pois é nesse local que as pessoas vivem e propagam os seus discursos, ações, vontades e manifestos, podendo ser reconhecidos e absorvidos e assumidos como suas verdades. A regionalização da mídia é uma tendência que ganha mais forças em todas as partes do Brasil e do mundo, possuindo como principal objetivo aproximar cada vez mais a comunicação do seu público, abordando informações e linguagem com maior precisão do público que se pretende atingir.

Observamos ainda, que a relação entre poderosos grupos sociais rendeu disputa de poder, econômicos e políticos entre famílias e o monopólio na região. Gerando interesses que visavam solidificar e respaldar poderes já constituídos que, por meio da utilização das concessões públicas na área da comunicação, buscavam influenciar a sociedade a interesses que lhes eram convenientes.

O meio rádio desde o seu surgimento no século XIX, passou por grandes transformações para ir se atualizando e buscando mais espaço junto aos seus ouvintes. Ela acompanhou grandes mudanças econômicas e sociais que contribuíram para a hoje chamada imprensa de massa. Reconhecida pela sua mobilidade, possui como ponto forte atrair a atenção dos ouvintes que estão em movimento. Ou seja, nada impedia que no decorrer das suas atividades os cidadãos se atualizassem das informações passadas pelo rádio.

A chegada da televisão foi considerada como o passo inicial da transformação do rádio. Com o passar do tempo, a imprensa foi modernizando e se firmando, deixando para trás o período em que a

maior parte da população não tinha conhecimento de fatos sociais e políticos exclusivamente pelo descobrimento dos fatos.

Foi possível identificar também que a comunicação, a mídia e a política possuem o mesmo objetivo e público de interesse, influenciando e contribuindo para a formação de uma determinada visão de mundo. Exemplo disso é a trajetória de Diomício Freitas, que possuía grande interesse em fortalecer o seu nome no campo da política e, para isso, fez da TV uma excelente ferramenta. Como apresentado, ao conseguir a concessão de uma rede de televisão o Grupo Freitas expandiu sua zona de influência quebrando barreiras e diminuindo distâncias, atingindo todas as classes sociais. Fazendo com que toda a população compreendesse melhor os seus propósitos no intuito de gerar aproximação a ele, ao seu partido e conseqüentemente, garantisse o apoio e notoriedade de novos afiliados aos seus ideais. Afinal, quem tinha mais dinheiro detinha mais poder e esse poder gerava mais favorecimento e relacionamento no campo da política, desejo muito claro por parte de Diomício Freitas.

Em resumo, a saga de Diomício Freitas em relação à área da comunicação, fez como que ele e sua família utilizassem de suas concessões nesse campo para expandir a sua influência, tanto no âmbito político quanto no econômico, fortalecendo sua participação nos mais diversos espaços, ganhando força, prestígio, dinheiro, e notoriedade na região.

É notório que a interferência da política nos meios de comunicação em massa é complexa no sentido do seu controle que inicia desde a sua concessão de licença passando pela censura econômica entre governos e países, chegando aos conteúdos que são divulgados por meio desses. Visto que é por meio desses mesmos veículos que são realizadas as campanhas políticas, buscando a credibilidade e legitimidade junto aos ouvintes e conseqüentemente, eleitores, sendo que o campo político não é objeto passivo de um agente que o influencia, mas ele impõe limites à ação da mídia agindo sobre ela.

Percebeu-se que as concessões públicas e privadas eram “facilitadas” por meio de apadrinhamentos por parte dos detentores do poder político, que junto aos seus pares e partidos de seus interesses, realizavam manobras e desdobramentos para que esses direitos permanecessem nas mãos dos grupos dominantes ou, ainda, sob domínio de interesses estratégicos.

Foi exatamente a partir da identificação da transformação que a política se encontrava que se buscou incluir o discurso político na mídia impressa, radiofônica e televisiva, sabendo-se do seu efeito no comportamento humano devido a riqueza e a variedade dos gêneros dos discursos serem infinitas.

Com o falecimento do Diomício Freitas, foi possível perceber que aos poucos, o grupo foi perdendo as forças, não apenas por questões financeiras e de administração dos negócios, pois esses, continuavam possuindo os mesmos gestores. No entanto, existia uma lacuna na disputa do poder no meio político entre os grupos econômicos existentes na região que, com o falecimento do empresário, teve a sua realidade modificada. Visto que era Diomício Freitas quem assegurava favorecimentos ao Grupo Eldorado, fator fundamental que acarretou na venda da TV Eldorado.

Contudo, é incontestável a importância dos ganhos e o desenvolvimento socioeconômico gerados na região proporcionados com a chegada da televisão que veio a ser um marco para Criciúma. Mesmo que para isso, e de acordo com as referências identificadas e consultadas, tenha ficado muito clara com relação e o jogo de interesses políticos em relação a facilitação e/ou agilidade nos trâmites legais, possibilitando a criação da TV Eldorado.

Por fim, sugerimos que estudos posteriores possam dar andamento a relação de interesses e favorecimentos entre os veículos de comunicação e os partidos políticos. Principalmente referente ao poder político e econômico que a mídia incorporou ao se tornar elemento fundamental na disseminação da globalização econômica e cultural como o setor mais dinâmico da economia, já que a comunicação está diretamente ligada ao comportamento da sociedade e pode ser muito beneficiada com as possibilidades existentes do seu alcance.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA JUNIOR, Humberto. RAMOS, Murilo César. Edgard Roquette-Pinto: **o que ele tem a ver com o rádio digital**. In: FILHO, André Barbosa. CASTRO, Cosette. TOME, Takashi (Orgs). Mídias digitais. Convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 119-142.
- ACADEMIA CRICIUMENSE DE LETRAS (ACLe). **Sede da ACLe**: "Casa De José Pimentel". Disponível em:
<<http://www.acle.com.br/sede.php>> Acessado em: 10 jul 2017.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE CRICIÚMA. Sede do prédio do grupo RCE. 1979. Disponível em:
<<http://www.criciuma.sc.gov.br/site/turismo/arquivo>>. Acessado em: 14 dez 2016.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: **Revista Opinião Pública**. vol. 12, nº 1. Campinas 2006. p. 88-113.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1979.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880 - 1920). In: **INTERCOM**. v. 20, n. 2. São Paulo: Revcom, 1997. p. 87-102.
- BARRETO, Emanuel. Jornalismo e Política: A construção do poder. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 3, n. 1. Santa Catarina: UFSC, 2006. p. 11-22.
- BELLOLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **A história do carvão de Santa Catarina**. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, v.1, 2002.
- BENEVIDES, Maria. **A UDN e o Udenismo**: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BISTANE, Luciana.; BACELLAR Luciane. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Editora Contexto. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 40.285, de 5 de novembro de 1956**. Autoriza a Carbonífera Caeté Ltda. a lavrar carvão mineral no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40285-5-novembro-1956-379675-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 10 out 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 77.128, de 11 de fevereiro de 1976**. Outorga concessão à TV Eldorado Catarinense Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77128-11-fevereiro-1976-425780-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 01 mai 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963**. Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D52795.htm>. Acessado em: 10 out 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 6.222 – de 22 de janeiro de 1944**. Dá nova redação ao artigo 4º do decreto n. 5.964 de 3 de novembro de 1943. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=531320&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acessado em: 10 out 2018.

_____. **Presidência da República. Decreto-Lei nº 3.605, de 10 de setembro de 1941**. Reserva para o consumo do país a produção de carvão do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3605-10-setembro-1941-413607-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 10 out 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.613, de 25 de agosto de 1942**. Institue, como medida de emergência, a entrega obrigatória ao Governo Federal de todo o carvão nacional e dá outras

providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4613-25-agosto-1942-414455-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 10 out 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acessado em: 10 out 2018.

BRITO, Paulo. **Dás um Banho. Roberto Alves: o Rádio, o futebol e a cidade**. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **A regionalização da mídia brasileira**. In: UNIrevista, v 1, nº 3, 2006.

CAMARGO, Camila. **A história da televisão**. 2009. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/projetor/2397-historia-da-televisao.html>>. Acessado em: 24 ago 2017.

CAPPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre, L&M, 1982.

CARBONÍFERA METROPOLITANA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.carboniferametropolitana.com.br/empresa/historico>>. Acessado em: 01 mai 2017.

CÉSAR, Cyro. **Rádio: a mídia da emoção**. São Paulo: Summus, 2005.

COMUNICAÇÃO NO BRASIL. **Imprensa no Império, República; Publicidade no Brasil e Cinema**. Setembro de 2013. Disponível em: <<https://comunicacaonobrasil.wordpress.com/>>. Acessado em: 05 ago 2017.

CORREA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas: A Revolução de 30 e a Política de Santa Catarina até 35**, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

CORRÊA, Maurício Ghedin. **Lembrando os Heróis do Passado: uma História Social do futebol em Criciúma (1950-1970)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 4ª Ed. Série Princípios; São Paulo: Ed. Ática, 1991.

CORREIO DO SUDESTE. **Diomício Freitas ao lado da sua esposa Agripina Francioni**. Criciúma, Santa Catarina, seção não definida, 31 de maio de 1981.

_____. **Jornal impresso de Criciúma: Correio do Sudeste**. Criciúma, Santa Catarina, variedades. p. 5, 6 de maio de 1980.

_____. **Premiação ao Grupo Freitas de Qualidade do Brasil**. Criciúma, Santa Catarina, seção não definida, p. 5, 1 de janeiro de 1978.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio: A RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/FURB, 1996.

DIÁRIO CATARINENSE. **Parceria política e econômica entre a família Guglielmi e Freitas**. Criciúma, Santa Catarina, 10 de setembro de 2010.

ERBOLATO, Mario L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1991. 256p.

FABRE, Ademar José. **“Criciúma Metrópole do Sul – Subsídios para o Planejamento do Município”**, Criciúma: editora UNESC, 2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes.; VARELLA, Ana Maria Ramos Sanchez.; ALMEIDA, Telma Teixeira de Oliveira. **Interdisciplinaridade: Tempos, Espaços, Proposições. Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.11 v.03 set. /dez. 2013, ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da comunicação: rádio e tv do Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: O veículo, a história e a técnica.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FOLHA DO POVO. **Jornal impresso de Criciúma: Folha do Povo.** Criciúma, Santa Catarina, Capa. Ano 1, N. 31, 30 de julho de 1951.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A arqueologia do saber.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

_____. **A ordem do discurso.** 16.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, Paulo César da Costa. **O Conceito de Região e sua Discursão.** In: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, Wilson. **A Transformação da Política.** Versão manuscrita original, 2003.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.

GUTIÉRREZ OLÓRTEGUI, Mario. **Imágenes e imaginarios de la televisión global.** In: Diálogos de la comunicación. Lima. n °45, jun. 1996. p. 30-38.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. In: **Revista Perspectivas.** N 22. São Paulo, 1999. p. 11-29.

JAMBEIRO, Othon.; MOTA, Amanda.; RIBEIRO, Andrea.; AMARAL, Clarissa.; Simões, Cassiano.; et al. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação** [online]. Salvador: EDUFBA, 2004.

JORNAL DA MANHÃ. **Caderno especial de 20 anos do Jornal da Manhã**. Edição, 1º set, Criciúma, 2003.

_____. **Jornal impresso de Criciúma: Jornal da Manhã**. Criciúma, Santa Catarina, Capa, p. 1, 02 de fevereiro de 1997.

JORNAL DE CRICIÚMA. **Posicionamento do Presidente João incomodado com a divisão do operariado de Criciúma**. Criciúma, Santa Catarina, p. 6, 17 de dezembro de 1961.

JORNAL DO SUL. **A organização de um esquema político do Senador Diomício Freitas**. Criciúma, Santa Catarina, p. 12, 09 de dezembro de 1978a.

_____. **Inauguração da TV Eldorado Canal 9**. Criciúma, Santa Catarina, p. 1, 08 de outubro de 1978b.

JULIEN, Jean-Rémy. **Musique et publicité: Du cris de Paris aux messages publicitaires radiophoniques et télévisés**. Paris: Flammarion, 1989.

JUNG, Milton. **Jornalismo de Rádio**. São Paulo: Contexto, 2004.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda**. Convergência digital e novos desafios na radiodifusão. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. **Calar é consentir! Jornalistas Colaboradores e Censores no Pós-1964**. **Revista Contemporânea**, v. vol.1, p. 170-182, 2011.

LEMOS, Gustavo Perez – **Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão**: Criciúma (1953-1964). Florianópolis, 2008, Diss. (Mestrado), UFSC.

LISBOA JUNIOR, Luiz Américo. **História da MPB: Os grandes programas de Rádio (1958)**. Disponível em: <<http://www.luizamerico.com.br/historia-mpb-22.php>>. Acesso em: 10 out 2018.

LOBASSI, Edmundo Washington. **Debate sobre a Mídia no Brasil**. In: Print Brasil 1989, 1989, São Paulo. 1o. Encontro Internacional de Marketing da Mídia Impressa, 1989.

LOPES, Cristiano A. **Regulação das Outorgas de Radiodifusão no Brasil – Uma Breve Análise**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Ed. Consultoria Legislativa. Brasília, 2009.

LOPES, Luís Carlos. Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MACEDO, Edir. Nada a Perder: Momentos de Convicção Que Mudaram Minha Vida. São Paulo: Editora Planeta, 2012.

MACHADO, Agilmar; TORRES, Osvaldo. **História da comunicação no Sul de Santa Catarina**. Criciúma, SC: BTC Comunicações, 2000.

MACHADO, Arlindo. Pode-se falar em gêneros na televisão? In: **Revista Famecos**. Vol 06, N 10. Porto Alegre: PUCRS, 1999. p. 142-158.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding media). 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

MIGUEL, Luiz Filipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. In: **Revista de Sociologia Política**. Vol. 20. Curitiba: UFPR, 2003. p. 115-134.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. In: **Revista Lua Nova**. N. 55-56. São Paulo: CEDEC, 2002. p. 155-184.

MILIOLI, Geraldo. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado no Sul de Santa Catarina**: estudo exploratório de percepção, valores e atitudes do meio ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995, p. 98.

MIRANDA, Antonio Luiz. **Trajetórias e experiências do movimento operário sindical de Criciúma-SC**: Da Ditadura Militar a Nova

República (1964-1990). 2013. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

MUSTAFÁ, Izani. **Alô, Alô, Joinville! Está no ar a Rádio Difusora**. 1ª ed. Joinville: Ed. Casamarca ecodesing, 2009.

NOGUEIRA, Peixoto Marilane. **A história do jornal Correio Centro-Oeste: o registro da memória sob a ótica da violência**. 2005.

Disponível em:

<<http://jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/jornal/marilenepeixotonogueira.doc>>. Acessado em: 10 mai 2018.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

O GLOBO. **Relembre o “Grande resenha Facet”, primeira mesa-redonda da TV**, de 1963. Comandado por Luiz Mendes, o programa tinha nomes como Armando Nogueira, Nelson Rodrigues e João Saldanha, 2014. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/relembre-grande-resenha-facit-primeira-mesa-redonda-da-tv-de-1963-12752794>>. Acessado em: 10 mai 2018.

O MINEIRO. **Primeiro jornal impresso de Criciúma: O Mineiro**. Criciúma, Santa Catarina – Capa. Ano 1, N. 1, 1 de janeiro de 1926.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A Revolução e suas versões. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1997.

_____. **Um outro território**. In: BOLAÑO, César R. S. (org.). Globalização e regionalização das comunicações. São Paulo: EDUC/Editora da UFS/INTERCOM, 1999, p. 51-72.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** 4ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PARTENOSTRO, Vera Íris. **O Texto na TV: Manual de Telejornalismo.** Segunda edição. Campos. Editora Elsevier Brasil. 2013.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Lunardelli: FCC Edições, 1992, 172 p.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade.** São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º. sem. 2005.

PETERS, Ana Paula. O regional, o rádio e os programas de auditório: nas ondas sonoras do Choro. In: **Revista eletrônica de musicologia.** Vol. VIII. Curitiba: UFPR, 2004. p. 01-10.

PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo Catarinense: das suas raízes aos nossos dias 1934-1984.** Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

PORAT, Marc Uri. **Information economy: definition and measurement.** Washington: Department of Commerce/Office of Telecommunication, 1977. (OT Special Publication).

POUPART, Jean.; DESLAURIERS, Jean-Pierre.; GROULX, Lionei-H. LAPERRIERE, Anne.; MAYER, Robert.; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** I tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica.** São Paulo: Summus, 1989.

RÁDIO ELDORADO. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.am570.com.br/apresentacao.php>>. Acessado em: 22 jun 2018.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré a o Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Antônio Paiva. **Rádio Analógico.** 2008. Disponível em: <<http://www.carosouvintes.org.br/radio-analogico/>>. Acessado em 10 jun 2016.

SAPERAS, E. **Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas.** Lisboa: Edições Asa, 2000.

SARTORI, Giovanni. Videopower. Government and Opposition. **Journal of Comparative Politics**, New York, v. 24, n. 1, p.39-53, jan. 1989.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia dos Bolsos, 2010.

SHAVER, Mary Alice. **Como vender a mídia: O marketing como ferramenta de venda do espaço publicitário.** São Paulo: Nobel, 2002.

SILVA JÚNIOR, José da. **Histórias que a bola esqueceu – a trajetória do Esporte Clube Metrópol e sua torcida.** Florianópolis: CMM Comunicação, 1996.

SILVEIRA, Marcio Rogério. Formação Sócio-Espacial do Sul do Brasil: Povoamento e Consolidação Ferroviária. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). 2004.

SLAVIERO, Daniel Pimentel. **Regionalização da Mídia.** São Paulo, 2009.

SOARES, Humberto Bitencourt. **A unificação do sonho da bola: O cenário econômico da cidade de Criciúma no processo de surgimento do Criciúma Esporte Clube (décadas de 1970 – 1980).** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2010.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira.** São Paulo: Summus, 2015.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo: produção e técnica.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade.** Florianópolis: Insular, 1996.

TEIXEIRA, Teresa Patrícia de Sá. **Todas as vozes: diferentes abordagens para um conceito de rádio local.** São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. Patrícios e plebeus. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, John Brookshire. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TRIBUNA CATARINENSE. **A grade da programação voltado ao público feminino.** Criciúma, Santa Catarina, s/d, 30 de novembro de 1980b.

_____. **A homenagem póstuma de Diomício Freitas.** Criciúma, Santa Catarina, p. 5, 06 de junho de 1981.

_____. **A instalação de uma repetidora na cidade de Lages/SC/ A primeira transmissão, ao vivo, de outra cidade (futebol).** Criciúma, Santa Catarina, p. 6, 05 de junho de 1982.

_____. **A mudança no governo de Santa Catarina e o cenário político local.** Criciúma, Santa Catarina, p. 4, 08 de dezembro de 1979a.

_____. **A programação da TV Eldorado na sua inauguração.** Criciúma, Santa Catarina, variedades, pp. 5, 11, de 11 de outubro de 1980a.

_____. **Aniversário de Criciúma/ As intervenções externas.** Criciúma, Santa Catarina, p. 6, 29 de dezembro de 1979c.

_____. **Jornal impresso de Criciúma: Tribuna Criciumense.** Criciúma, Santa Catarina, Capa. Ano IX, N. 439, de 21 a 28 de dezembro de 1963.

_____. **Primeiro debate na TV Eldorado com a presença oito deputados estaduais de Santa Catarina.** Criciúma, Santa Catarina, p. 14, 08 de outubro de 1979b.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **Vidas Marcadas – Trabalhadores do Carvão.** Tubarão SC. Editora Unisul, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas.** Criciúma, SC: UNESC, 2012.